



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1.989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silverio, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (44). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Acyr Mezzadri, Dirceu Manfrinato, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Leônidas Chaves, Nelson Vasconcellos, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli e Rafael Greca (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 60/89

Curitiba, 1º de agosto de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração desta Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que altera os limites para a abertura de créditos suple-

mentares fixados na lei nº 8.905 de 05 de dezembro e 1988 (artigos 5º e 9º), relativos tanto à administração direta quanto à indireta.

A necessidade de se ampliar o limite em questão para as alterações orçamentárias procedidas pelo Executivo decorre, principalmente, de aceleração do processo inflacionário que, elevando nominalmente os valores, suscita a rápida exaustão do limite autorizado nos artigos mencionados da lei 8.905/88 (30% sobre uma dotação orçamentária fixa). Como se sabe, a taxa acumulada de inflação, no período junho/88 - junho 1989 (IPC), alcançou 1.171,86%, bem acima, portanto, da taxa embutida na lei orçamentária atual (646%).

Por outro lado, se a inflação, até o final do ano, se situar no patamar dos 30% ao mês, índice que foi considerado nas estimativas do "orçamento provável" para 1989, contidas nas tabelas abaixo, haveria ainda uma taxa acumulada adicional de 382,68%

A seguir, apresentam-se os valores prováveis das diversas espécies de despesa integrantes do Orçamento Geral do Estado, dentro da expectativa inflacionária antes mencionada, bem como as necessidades de autorização adicional por parte do Poder Legislativo.

RECURSOS DO TESOUREIRO

RECURSOS DO TESOUREIRO				Em NCz\$ 1,00
ESPÉCIES DE DESPESA	ORÇAMENTO PROVÁVEL/89	LEI ORÇAMENTÁRIA	AUT. (art. 9º lei 8905/89)	NEC. DE AUT. ADIC.
- Pessoal e encargos sociais	2.526.250.000	785.798.284	235.739.485	1.504.712.231
- Serviço da Dívida	722.134.000	209.034.444	62.710.333	450.389.223
- Outras Despesas Correntes	533.000.000	304.906.073	91.471.822	136.622.105
- Outras Despesas de Capital	655.029.917	655.029.917	196.508.875	-
TOTAL	4.436.413.917	1.954.768.718	586.430.615	2.091.723.559

Côm referência aos recursos de recolhimento descentralizado, a situação se apresenta da seguinte forma:

RECURSOS DE OUTRAS FONTES				Em NCz\$ 1,00
	VALOR PROVÁVEL/89	VALOR ORÇADO	AUT. (art. 5º lei 8905/89)	NEC. DE AUT. ADIC.
TOTAL	915.833.750	537.175.460	161.152.638	217.505.652

RECURSOS DO TESOUREIRO				Em NCz\$ 1,00
ESPÉCIES DE DESPESA	ORÇAMENTO PROVÁVEL/89	LEI ORÇAMENTÁRIA	AUT. (art. 9º lei 8905/89)	NEC. DE AUT. ADIC.
- Pessoal e encargos sociais	2.526.250.000	785.798.284	235.739.485	1.504.712.231
- Serviço da Dívida	722.134.000	209.034.444	62.710.333	450.389.223
- Outras Despesas Correntes	533.000.000	304.906.073	91.471.822	136.622.105
SUB-TOTAL	3.781.384.000	1.299.738.801	389.921.640	2.091.723.559

- Outras Despesas de Capital	655.029.917	655.029.917	196.508.975*	-
------------------------------	-------------	-------------	--------------	---

* Com a hipótese de Reservar a autorização já concedida para ser aplicada nas mesmas espécies de despesas se as contingências econômico/financeiras permitirem e exigirem.

Naturalmente, a utilização da autorização adicional ora solicitada ficará na dependência do comportamento efetivo da arrecadação estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 8.905, de 05 de dezembro de 1988, à conta de Receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor NCz\$ 2.091.723.359,00 (dois bilhões, noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e nove cruzados novos), em acréscimo à autorização já contida no art. 9° daquela Lei, a fim de atender despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive transferências de recursos para as entidades vinculadas da administração indireta.

Art. 2°. Fica também o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos orçamentos próprios das autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e órgãos de regime especial, aprovados pelo Decreto nº 4.609, de 30 de dezembro de 1988, à conta Receita de Recolhimento Descentralizado, até o valor de NCz\$ 217.505.652,00 (duzentos e dezessete milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzados novos), em acréscimo à autorização já contida no artigo 5°, § 2° da Lei nº 8.905/88, a fim de atender às programações de cada entidade.

Art. 3°. Servirão como fonte de recursos para a cobertura dos créditos referidos nos artigos 1° e 2° quaisquer das formas especificadas no § 1° do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIO:

Sob o nº 458/89, do Senhor Antônio Ferreira Ruppel - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o qual encaminhou a esta Augusta Assembléia Legislativa, o Parecer Prévio emitido sobre as contas do Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 1988.

Por igual, anexo a Prestação de Contas do Relatório de Atividades desta Corte, referentes ao mesmo exercício, constantes

dos processos protocolados sob nºs 4339 e 6794/88 - TC., respectivamente. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 547/89, do Senhor Antônio Ferreira Ruppel - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o qual encaminhou a esta Casa Legislativa, processo protocolado sob nº 8603/87-TC., referente à prestação de contas, exercício de 1986, da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 609/89, do Senhor Antônio Ferreira Ruppel, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o qual na forma do disposto no artigo 96, inciso II, letra "b", combinado com o artigo 73 da Constituição Federal, encaminha para exame desta Casa de Leis Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/118/89, do Senhor Governador do Estado, comunicado haver VETADO o Projeto de Lei nº 110/89, em razão do fato da Entidade "Associação de Moradores e Amigos do Jardim Weisópolis" em Piraquara, já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei nº 8.393, de 24 de outubro de 1986. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/133/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando que entre os dias 5 a 8 de julho do corrente ano, afastou-se do País, com destino ao Paraguai, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os nºs:

019/89:

De autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Artes Marciais Katã Shubu - Dô - Ryu, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.030. Anote-se - Arquite-se

016/89:

De autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Comunidade da Vila Nossa Senhora da Paz, no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.029. Anote-se - Arquite-se

071/89:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a Asso-

ciação de Moradores e Amigos de Jardim Alto da Cruz III, com sede em Colombo, o qual convertido em lei tomou o n° 9.028. Anote-se - Arquivo-se.

034/89:

De autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Inquilinos, com sede e foro no Município de Curitiba, Paraná, o qual convertido em lei tomou o n° 9.027. Anote-se - Arquivo-se.

053/89:

De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de utilidade pública estadual a Federação Paranaense de Handebol, com sede e foro na Cidade de Curitiba Paraná, o qual convertido em lei tomou o n° 9.026. Anote-se - Arquivo-se.

273/88:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a Associação de Caridade e Amparo à Criança "O Amanhã", com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o n° 9.025. Anote-se - Arquivo-se.

088/89:

De autoria do Deputado NETIVO BERALDIN, que declara de utilidade pública a Casa do Estudante Nipo-Brasileiro de Curitiba - CENIBRA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o n° 9.024. Anote-se - Arquivo-se.

099/89:

De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA que declara de utilidade pública estadual a Sociedade Educacional Nossa Escola, com sede e foro na Cidade de Pato Branco Paraná, o qual convertido em lei tomou n° 9.023. Anote-se - Arquivo-se.

327/88:

De autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Campina do Simão, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em lei tomou o n° 9.022. Anote-se - Arquivo-se.

027/89:

De autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Guarapuava, com sede e foro naquela localidade, o qual convertido em lei tomou o n° 9.021. Anote-se - Arquivo-se.

319/88:

De autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de utilidade pública a Sociedade dos Amigos do Núcleo Cristo Rei, com

sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em lei tomou o n° 9.020. Anote-se - Arquivo-se.

026/89:

De autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Paz - ACDP, com sede e foro no Distrito de Paz, Município de Guarapuava, o qual convertido em lei tomou n° 9.019. Anote-se - Arquivo-se.

005/89:

De autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de utilidade pública a Associação da Educação do Talento Musical do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado Paraná, o qual convertido em lei tomou o n° 9031. Anote-se - Arquivo-se.

007/89:

De autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários da Fundação Cultural de Curitiba - ASSUCC, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Paraná, o qual convertido em lei tomou o n° 9.032. Anote-se - Arquivo-se.

017/89:

De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que reconhece como de utilidade pública a Associação Lar de Meninas de Francisco Beltrão, sediada na Cidade de Francisco Beltrão, o qual convertido em lei tomou o n° 9.033. Anote-se - Arquivo-se.

022/89:

De autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a APAM - Associação de Promoção à Menina, de Ponta Grossa - Paraná, o qual convertido em lei tomou o n° 9.034. Anote-se - Arquivo-se.

077/89:

De autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública estadual a Associação da Farmácia Comercial do Estado do Paraná com sede e foro nesta Capital do Estado, o qual convertido em lei tomou n° 9.035. Anote-se - Arquivo-se.

082/89:

De autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Unidos do Jardim Paulino, com sede e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em lei tomou o n° 9.036. Anote-se - Arquivo-se

089/89:

De autoria do Deputado ANTONIO BARBARA, que declara de utilidade pública, a União da Mulher Maringaense - U.M.M., com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.037. Anote-se - Arquivo-se.

102/89:

De autoria da Deputada IRONDI PUGLIE-SI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLAVO GODOY, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.038. Anote-se - Arquivo-se.

107/89:

De autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHEITI, que declara de utilidade pública a Associação "Ano 53", com sede e foro na Cidade de Londrina, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.039. Anote-se - Arquivo-se.

279/88:

De autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que altera a Lei n° 8060/84, de declaração de utilidade pública da ACCRE-SA, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.040. Anote-se - Arquivo-se.

330/88:

De autoria do Deputado DJALMA ALMEIDA CEZAR, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Mariana, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.041. Anote-se - Arquivo-se

336/88:

De autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção ao Deficiente Físico-Mental da Tia Maria, de Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.042. Anote-se - Arquivo-se.

344/88:

De autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que denomina Rodovia José Henrique Rupp, o trecho da estrada compreendido entre o entroncamento da PR-281 e PR-473, no Município de São Jorge d'Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.043. Anote-se - Arquivo-se.

351/88:

De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de utilidade pública estadual a Associação Mangueirense do Meio Ambiente, com sede e foro na Cidade de Mangueirinha, deste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.044. Anote-se - Arquivo-se.

006/89:

De autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores do Rio do Banho - APRORIBA, com sede na comunidade denominada Rio de Banho e foro na Comarca da União da Vitória, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.045. Anote-se - Arquivo-se.

052/89:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito "Post-Mortem" ao ex-Deputado OLIVIO BELICH, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.046. Anote-se - Arquivo-se.

073/89:

De autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores de Batata - BINTJE do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.047. Anote-se - Arquivo-se.

157/89:

De autoria dos TRIBUNAL DE CONTAS, TRIBUNAL DE JUSTIÇA e PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, que dispõe que os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e do Procurador Geral da Justiça do Estado, a partir de 01.06.89, ficam fixados em oitenta por cento dos percebidos pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.048. Anote-se - Arquivo-se.

131/89:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a atribuir aos ocupantes dos cargos que especifica, a gratificação de responsabilidade técnica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.049. Anote-se - Arquivo-se.

137/89:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que revoga a Lei n° 8.682/87 e dispõe sobre a Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.050. Anote-se - Arquivo-se.

081/89:

De autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que concede a IRENE TASSI SAVOLDI, uma pensão mensal equivalente a 02 salários-mínimos de referência, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.051. Anote-se - Arquivo-se.

048/89:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza a doação do imóvel que especifica ao Município de Tomazina, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.052. Anote-se - Arquive-se.

054/89:

De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Estrela, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o n° 9.053. Anote-se - Arquive-se.

087/89:

De autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de utilidade pública a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Céu Azul - PROMAZUL, com sede e foro no Município de Céu Azul, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o n° 9.054. Anote-se - Arquive-se.

325/88:

De autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ARIOSTO DA RIVA, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.055. Anote-se - Arquive-se.

OFÍCIO N° 202/89

Curitiba, 31 de julho de 1989.

Senhor Presidente

Cumpro o dever de comunicar a Vossa Excelência que, desde o dia 12 de julho passado estou filiado ao PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL - PRN.

Diante deste fato, solicito a Vossa Excelência que a minha incorporação à Bancada do PRN desta Casa, seja considerada para os efeitos de preenchimento e composição da Comissão Constitucional, bem assim, das demais Comissões Regimentais.

Atenciosamente

(a) DAVID CHERIEGATE

Curitiba, 08 de agosto de 1989.

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, vem por meio deste comunicar a Vossa Excelência que em razão de viagem ao exterior estará ausente desta Casa no período de 10 a 18 de agosto do corrente ano.

Sendo o que tinha para o momento, aproveito para reiterar meus protestos de estima e consideração.

(a) NILTON BARBOSA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1516

Senhor Presidente

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE

URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 145/89, de 13.06.89, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMAS - APAE.

Sala das Sessões, em 8/8/89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1431

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 170/87, protocolado sob o n° 7869/87, que eleva a Município, o distrito de Cardói, atualmente, pertencente a Guarapuava.

Sala das Sessões, em 8/8/89

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 1549

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 170/89, derivado da Mensagem do Poder Executivo de n° 54/89, que estabelece normas básicas pertinentes à prestação de serviços públicos, no transporte coletivo rodoviário.

Sala das Sessões, em 8/8/89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1546

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, prioridade de votação ao Projeto de Lei n° 126/89.

Sala das Sessões, em 8/8/89

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1528

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 157/84, de sua autoria, que consta em 1ª Discussão da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 8/8/89

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO N° 1432

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Ari Aires Malharbe, ocorrido no dia 05 de julho próximo passado no Município de Laranjeiras do Sul, neste Estado.

Requer outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência à família enlu-

tada, na pessoa da viúva, Sra. Ana Maria Malharbe, à Rua XV de Novembro s/nº - Laranjeiras do Sul - Pr.

Sala das Sessões, 8/8/89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

O passamento de Ari Aires Malharbe, ex-Secretário da Fazenda da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, consubstancia-se na perda de um valoroso companheiro que, em virtude de comportamento exemplar como cidadão, aliado a laços de amizades profundos deixa saudosas lembranças entre aqueles que tiveram o privilégio de partilhar do seu relacionamento, fazendo com que sua imagem permaneça indelevelmente marcada.

REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão de "Voto de profundo pesar" pelo passamento do Senhor Arthur Scherer, ocorrido em 02 de julho de 1989, aos 82 anos de idade no Distrito de Pato Bragado Município de Marechal Cândido Rondon.

O extinto deixou a prantear-lhe a morte, 10 filhos, dos quais um, o ilustre homem público o atual Vice-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Senhor Verno Scherer.

Pioneiro de Marechal Cândido Rondon, onde chegou por volta de 1952, Arthur Scherer com seu passamento enluta toda a comunidade de Pato Bragado e por extensão o Município onde viveu e viu prosperar.

Desta decisão, REQUER ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Continental s/nº - distrito de Pato Bragado - Município de Marechal Cândido Rondon - Pr.

Sala das Sessões, em 08/08/89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Valter Roberto Bernal Galhardo, ocorrido no dia 23 de junho de 1989, em Curitiba, Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada na Cidade de Curitiba - Paraná, à Rua João Batista Trentin, nº 936, Bloco B, apartamento 36.

Sala das Sessões, em 08/08/89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, terça, em 08.08.89

O falecimento ocorrido no último dia 23 de junho de 1989, em Curitiba, Paraná, do ilustre funcionário público estadual, Valter Roberto Bernal Galhardo, vem deixar uma lacuna irreparável na comunidade de Curitiba.

Gaúcho de Porto Alegre, nascido em 27 de novembro de 1939, deslocou-se ao Estado do Paraná, vindo diretamente para a Cidade paranaense de Curitiba, onde ingressou no serviço público estadual, funcionário do Poder Executivo, no Palácio Iguaçu, veio servir a Casa Civil por mais de 30 anos, servindo assim, vários governos que por ali passaram.

Foi meu companheiro de trabalho quando juntos servimos o Deputado Federal Euclides Scalco, que na época era o Secretário de Estado Chefe da Casa Civil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, presta através deste requerimento a sentida homenagem ao seu funcionário, amigo, e servidor Valter Roberto Bernal Galhardo.

Com seu desaparecimento, aos 50 anos sua coragem e o seu serviço ficarão marcados na história dos servidores públicos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Desembargador James Portugal Macedo, ocorrido nesta Capital em 19 de julho do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, 08/08/89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade paranaense recebeu entristecida a notícia do falecimento do Senhor Desembargador James Portugal Macedo, ocorrido nesta Capital dia 19 de julho/89.

O extinto deixou viúva dona Maria Luíza Romangueira Macedo, os filhos Sarita, Luiz, Maria Luíza e Raquel, netos e bisnetos.

Seu desaparecimento enlutou não somente seus familiares, amigos e o Poder Judiciário, mas toda a sociedade paranaense.

O desembargador James Macedo deixou também, como exemplo vivo de sua dedicação às causas da justiça, importantes obras.

Era membro de tradicional família de nosso Estado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a

condição humana de seu servo James.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Macedo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1436

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Hamilton de Lacerda Suplicy, ocorrido nesta Capital em 20 de julho/89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08/08/89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 20 de julho último, faleceu nesta Capital, o Doutor Hamilton de Lacerda Suplicy, Médico, Professor Universitário e Laboratorista.

O extinto deixou viúva dona Maria Lurdes, 4 filhos e 12 netos.

Era membro de tradicional família da Cidade da Lapa.

O desaparecimento do Dr. Hamilton Lacerda Suplicy veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Hamilton.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Suplicy, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforme.

REQUERIMENTO N° 1437

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário SELVINO CARAMORI ocorrido nesta Capital no dia 20.06.89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 59 anos faleceu o empresário SELVINO CARAMORI, acionista ma-jo-

ritário da Empresa Reunidas S/A.

Deixa viúva a Senhora Therezinha Coelho de Souza Caramori e quatro filhos.

Seu desaparecimento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, principalmente do setor empresarial.

Perdeu Santa Catarina, perdeu o Paraná e, por extensão perdeu o Brasil um de seus expoentes máximo do Setor Empresarial de Transporte.

Caramori, homem de visão e liderança conseguiu, com sua grande força de vontade, com seu dinamismo e admirável coragem, enfrentar todos os obstáculos surgidos e fazer com que a empresa "REUNIDAS" se transformasse no que é hoje, uma das maiores empresas de transporte do sul do país.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Selvino.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família CARAMORI, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Jornalista TELÊMACO DA SILVA QUADROS, ocorrido em data de 1°.06.89, no litoral paranaense.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada e à Revista dos Municípios.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 61 anos desaparece o jornalista Telêmaco da Silva Quadros, Diretor da Revista Paranaense dos Municípios, que deixou viúva a Senhora Jurema de Quadros, 02 filhos e netos.

Telêmaco, Líder municipalista que, com sua Revista dava cobertura a todo o Estado do Paraná levando aos paranaenses a informação, o entretenimento, a cultura - ao mesmo tempo transportando para a opinião pública imagem real dos nossos municípios.

Incansável batalhador, que com seu espírito de pioneirismo deu sua preciosa contribuição, através da Revista dos Municípios, para o desenvolvimento social, cultural econômico e sobretudo municipalista, pois era considerado pelos Prefeitos do Paraná como o "Embaixador dos Muni-

cípios" na Capital do Estado.

O desaparecimento do Jornalista Telêmaco veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família de Telêmaco da Silva Quadros, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Reverendíssimo Padre FLORO VODONIS ocorrido na Cidade de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, ao Padre Vigário da Paróquia de São Basílio Magno de União da Vitória, ao Bispo Dom EFRAIN B. KREVEY e ao Senhor Prefeito Municipal de Mallet, Lauro Baran e ao Senhor Presidente da AMSULPAR, Dr. Enéas Henrique dos Santos Distéfano.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA.

Após longa enfermidade, de que foi acometido, faleceu na Cidade de União da Vitória, o Padre Floro Vodonis.

Padre Floro deixou saudades, deixou somente amigos, entre os quais este Deputado que teve a ventura de conviver com sua amizade e estima por muitos anos.

Dedicou uma vida inteira praticamente o bem à humanidade, sempre desempenhou com dedicação e grande amor ao próximo todos os encargos que lhe foram confiados em diversas regiões de nosso Estado, do Estado de São Paulo ...

Padre Floro era uma força da ação missionária da Igreja. Com sua palavra sempre alegre e cativamente realçava com preocupação os valores da família e da solidariedade de seus paroquianos, com integração da realidade da nossa vida com a doação e o sacrifício. Afirmava sempre Padre Floro: "A Família está passando por terríveis provações; experimenta problemas de toda a sorte e vê sua dignidade e caráter atacados por muitos, que não levam em conta que o futuro da humanidade passa pela família".

O destino privou seus familiares, seus paroquianos e principalmente seus amigos, do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua

Curitiba, terça, em 08.08.89

alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo FLORO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamento, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família VODONIS, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário votos de profundo pesar pelo infausto falecimento do Jornalista TELÊMACO DA SILVA QUADROS, ocorrido em 01 de Julho de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo-se correspondência à Ilustríssima Senhora Jurema de Quadros - Travessa Francisco de Freitas Saldanha, n. 73 - 82.500 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O jornalismo do Paraná perde uma de suas figuras mais destacadas: TELÊMACO DA SILVA QUADROS.

Combativo, polêmico, corajoso e, acima de tudo, um profissional de conduta ilibada era, igualmente, uma personalidade cativante que em todos os municípios deste Estado se fez conhecida.

TELÊMACO, deixa a marca do seu talento, persistência e idealismo na Revista Paranaense dos Municípios que todos conhecemos tão bem e, que, através de 22 anos de bons serviços tem divulgado, como ninguém, o trabalho de Prefeitos e Vereadores de todos os Municípios do Estado do Paraná.

A nossa homenagem é dirigida, também ao Homen TELÊMACO - um ser humano de grande coração, desprendimento e altruísmo.

REQUERIMENTO N° 1441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MIGUEL LASKOSKI, ocorrido dia 31.07.89 no Município de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 58 anos de idade faleceu, vítima de assassinato, o Senhor Miguel Laskoski, no último dia 31 de julho.

Deixando viúva a Senhora Elza e oito filhos, desaparece o mais antigo dos motoristas de taxi da região das cidades gêmeas do Iguazu, União da Vitória e Porto União.

O passamento de Miguel Laskoski veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Miguel.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família LASKOSKI, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1442

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor GASTÃO ADOLPHO ROMANÓ, ocorrido nesta Capital, em 28.07.89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 28 de julho, faleceu o Médico e Professor GASTÃO ADOLPHO ROMANÓ que deixou viúva a Senhora Nancy, 3 filhos e 10 netos.

O passamento do Dr. Gastão veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Gastão.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família ROMANÓ, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do empresário ARTHUR NACKE, de Francisco Beltrão - ocorrido dia 09 de julho passado, solicitando-se que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O homenageado foi um dos pioneiros de Francisco Beltrão que vislumbraram o futuro para o Município e a ele entregaram o seu trabalho, sem descanso. Especialista em eletrônica, dedicou à comunidade seus serviços profissionais de reconhecido gabarito, além de participar, como sócio-técnico do serviço de cinema local. Pela atividade social exercida por tantos anos, com simpatia e dedicação, Arthur Nacke conquistou amistoso relacionamento com clientes da sua oficina de serviços eletrônicos e dos frequentadores de cinema para quem a sua figura se tornou parte integrante do ambiente.

Homenagear Arthur Nacke será, indubitavelmente, homenagear a Cidade de Francisco Beltrão e seu povo, reconhecendo nos que prestaram bons serviços à comunidade, a própria força de trabalho daquela população ordeira e participante.

Pelos argumentos, tomamos a liberdade de solicitar, para a presente proposição, o apoio unânime dos nobres Pares desta Colenda Corte de Leis.

REQUERIMENTO N° 1444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do empresário IRINEU LUIZ GIACOBBO, de Francisco Beltrão - ocorrido a 22 de julho passado, solicitando ainda que desse ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA.

IRINEU LUIZ GIACOBBO foi um dos empresários que acreditaram no Sudoeste paranaense e ali investiram toda a sua capacidade. Iniciou com uma pequena loja de representações de máquinas para escritório em Pato Branco, o que se tornaria, em poucos anos, as Organizações Giacobbo. Com o crescimento, descentralizou a administração de suas empresas, abrindo filial em Francisco Beltrão - que logo se tornaria a Capitânea da Organização, liderando filiais em diversas cidades sudoestinas - todas obedecendo ao traço comum da Organização - investir prioritariamente nas localidades afiliadas, o que tornou a empresa um verdadeiro símbolo regional.

Irineu Luiz Giacobbo confiava nos que

trabalhavam ao seu lado, permitindo-lhes exercitar a sua criatividade, com o que formou um verdadeiro exército de bons vendedores que o ajudaram a alcançar e manter uma posição de vanguarda e somar, pessoalmente, um invejável contingente de amigos que sempre o respeitaram e admiraram.

Seu trabalho, certamente, permanecerá para fazê-lo sempre credor da homenagem ora proposta que, esperamos, merecerá o apoio unânime dos Senhores Deputados.

REQUERIMENTO N° 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do cantor nordestino LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO, ocorrido na presente data.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do falecido, através de correspondência endereçada para:

- MARIA EDELZUITA RABELO (esposa)
Av. Domingos Ferreira, 3965 - ap. 204
- Boa Viagem - 51.020 - RECIFE - PE.
- LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO JÚNIOR (filho) (endereço acima).

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1521

Senhor Presidente

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada a família do Senhor JOSÉ GARCIA GIMENES, pai do Prefeito Municipal José do Carmo Garcia do Município de Cambé, pelo seu falecimento ocorrido dia 07 de agosto fluente.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LUIZ MANSUR, ocorrido nesta Capital.

Membro de tradicional família, o extinto deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, também que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, 08.08.89.

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO N° 1539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor JOSÉ GARCIA, pai do atual Prefeito do Município de Cambé e Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e pioneiro daquele progressista Município do Norte do Paraná, ocorrido em 06 de agosto próximo passado.

Pede, ainda, que este registro seja conhecido à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1480

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Cantagalo, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Estevam Damiani, à Av. Epaminondas Fritz, 497.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1481

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Pinalhão, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Rinsaku Ishikiriya-na, à Rua Getúlio Vargas, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1482

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcíno Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Nova Fátima, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Mário Sergio Santos, à Av. 14 de Dezembro, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1483

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcíno Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Salto do Itararé, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. João Carlos Spósito, A/C da Câmara Municipal ao Vereador Noel Carvalho.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1483-A

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcíno Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Marilândia do Sul, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Mário César Jensburg Leão, à Rua Elias Reis Lopes, 750.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1484

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcíno Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Primeiro de Maio, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Onivaldo Zanuto, à Rua 04, n° 120 - Centro.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1485

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas

pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Califórnia, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Fernando Fracasse, à Av. América, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1486

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Jataizinho, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Evilásio Rangel Cordeiro, à Rua Monteiro Lobato, 288.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1487

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa

de Módulos Sanitários o Município de Jundiá do Sul, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Eraldo da Silva Braga, A/C da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1488

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Iranduba, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Pedro Procópio de Souza, à Av. São Paulo, 821.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1489

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Rancho Alegre, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida

pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. José Fontana, à Avenida Brasil, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1490

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Uraí, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Adelino Done, à Rua Prefeito Leônidas Pontes, 617.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1491

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de São João do Ivaí, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Flávio Quintanilha,

à Rua Pedro Bezerra Guedes, 654-B.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1492

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Santo Antônio do Paraíso, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Raul Rodrigues, à Praça Diogo Navarro Sanches, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1494

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de São Jerônimo da Serra, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Sérgio Antônio Mello Costa, à Rua Maria Candelária, 99.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1495

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Santa Amélia, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Miguel Rodrigues, A/C da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1496

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Santa Mariana, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Laurindo Moreira de Carvalho, à Rua Henrique Spagada, 38.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1497

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Ri-

beirão do Pinhal, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. José do Carmo Badaró, à Rua Antônio Rosa, 922.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1498

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Itambaracá, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. João Cheira, à Av. Interventor Manoel Ribas, 155.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1499

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Grandes Rios, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais ca-

rente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Sebastião Vieira da Costa, à Av. José Monteiro de Noronha, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1500

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Figueira, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Amando de Oliveira, A/C da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1501

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Camborá, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Di-

retório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Paulo Roberto Marzenta, à Rua Coronel Batista, 336.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1503

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Bandeirantes, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. João Abrão, à Av. Comendador Luiz Meneghel, 18 Bandeirantes-Pr.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1456

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Senegés, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Paulo Roberto Gusmão Pinheiro, à Rua da Saudade, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1455

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Jaguariaíva, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Ademar Ziemmer Batista da Cruz, à Rua Fortunato Pedroso, 57.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1457

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Congonhinhas, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Denétrio Maruch Nunes da Silva, à Rua Elias Salim Maruch, 08.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1458

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Campo

cendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município da Lapa, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Paulo Roberto Pasdiora, à Rua Souza Naves, 1317.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1459

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Marilena, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Jarbas Vivan, à Rua Santos Dumont, 342.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1460

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Campo

do Tenente, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Sílvio Wenski, à Rua André Valenga, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1461

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Antônio Olinto, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Dilson Luiz Kasprzak, à Rua Lagoa da Cruz.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1462

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Santo Antônio da Platina, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento bá-

sico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Pedro de Oliveira, à Rua Dom Pedro II, 26.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1463

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de São Pedro do Ivaí, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Manoel Vieira Guimarães, A/C da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1464

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Curitiba, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Nagib Fadel, à Rua Afonso Camargo, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1465

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Santana do Itararé, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Evilásio Neves de Oliveira, à Rua Paraná, 143.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1466

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Jaboti, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. José Maria de Oliveira, à Rua Domingos Luiz Siqueira, 136..

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1467

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas

pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Assaí, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Deoclécio Cordeiro da Silva, à Rua Guiana, 236.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1468

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Ibatí, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Levy Rosa dos Santos, à Rua Joaquim Silva Reis, 306.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1469

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa

de Módulos Sanitários o Município de Tomazina, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Ricardo Villordo, à Rua Major Vergílio, 237.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1470

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Wenceslau Braz, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Adalberto Lopes, à Rua Presidente Vargas, 56.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1471

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Cruzeiro do Sul, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida

pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Waldemar Natal Marion, à Av. Gastão Vidigal, 271.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1472

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Santa Cecília do Pavão, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Wenceslau Moreira Branco, à Av. Interventor Manoel Ribas, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1473

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Lunardelli, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático

Trabalhista - PDT, Sr. Salvador Dílio Neto, à Rua Água Feia.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1474

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Saponema, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. James Messias de Oliveira, ao Sindicato Rural de Saponema.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1475

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Leopoldópolis, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Waldecy Pereira dos Santos, no Bairro Primavera.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1476

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Ribeirão Claro, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. João Augusto Moreira, à Rua Cel. Emílio Gomes, s/n.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1477

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de São Sebastião da Amoreira, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Plínio Neves Angiensi, à Praça Lunardelli, 306.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1478

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Es-

Curitiba, terça, em 08.08.89

tado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Lupionópolis, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sr. Paulo César Claviso, à Av. Barra Dourada, 664.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1479

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Inácio Martins, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará benefícios à classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, Sra. Irene Bastos Druciaki, à Caixa Postal, 44.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LAURO HIRT FERREIRA, ocorrido no dia 15 de julho próximo passado.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor LAURO HIRT FERREIRA, dedicou-se à carreira do magistério, tendo sido professor estadual e era professor aposentado da Universidade Federal do Paraná.

Deixou viúva a Senhora Otília Lacerda

5g. 21
Ferreira e dois filhos, o Dr. Ovidio Lacerda Ferreira e Cecília Lacerda Ferreira.

Solicitamos, ainda, seja enviado cópia deste à família enlutada, representada na pessoa da viúva, Sra. Otília Lacerda Ferreira, residente na Rua Lamenha Lins n° 530, Ap. 91, nesta capital.

REQUERIMENTO N° 1450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Jaime Broietti, ocorrido no último dia 03 de julho.

Requer, ainda, que da decisão da Casa sejam informados o Prefeito Municipal, a Câmara Municipal de Arapongas, a Igreja Presbiteriana Renovada local, bem como a família enlutada.

Sala das Sessões em, 08.08.89

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 03 de julho, Arapongas perdeu um dos seus ilustres filhos, o vereador Jaime Broietti, aos 38 anos de idade, vítima de enfarte cardíaco.

Portador de deficiência física que o obrigava a locomover-se em cadeira de rodas, durante algum tempo buscou alento nas drogas, tornando-se um viciado.

Soube vencer a dependência, transformando uma vida atormentada, numa vida útil, dedicada aos necessitados.

Cursava então o último ano de Direito e sua vida dividia-se entre o trabalho de recuperação de viciados em drogas, apoio ao deficiente físico, sua faculdade e a Câmara Municipal.

Seu trabalho legislativo foi voltado para estas causas, tendo sido autor de projetos de lei que as envolviam.

Seus últimos anos devem ser lembrados como exemplos de força de vontade, amor e temor a Deus, desprendimento e dinamismo.

Unimos portanto nosso pesar ao da comunidade araponguense, desejando sinceramente que seu falecimento não seja o fim do trabalho tão brilhantemente iniciado.

REQUERIMENTO N° 1398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja considerado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador ALVARO DIAS pela atuação decisiva sobre a reconsideração do fechamento da Usina do Xisto.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Governador ALVARO DIAS, ao Prefeito Dr. ENEAS

HENRIQUE DOS SANTOS DISTÉFANO, ao Vice-Prefeito Senhor FRANCISCO LUIZ ULBRICH e a todos os Senhores Vereadores do SÃO MATEUS DO SUL.

Sala das Sessões em, 08.08.89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A atuação do Excelentíssimo Senhor Governador ÁLVARO DIAS, aliada ao apoio de todas as forças políticas do Paraná, foi fundamental para a decisão sobre o fechamento da Usina do Xisto fosse reconsiderada. O Senhor Prefeito Enéas Distéfano, o Senhor Vice-Prefeito Francisco Luiz Ulbrich, todos os Senhores Vereadores, povo e autoridades de São Mateus do Sul e as forças políticas e produtivas do Paraná estiveram unidas nesta batalha, em que foi a primeira etapa, conseguindo revertê-la, com o governador Álvaro Dias gestionando pessoalmente junto às autoridades federais neste sentido, pois o problema não era apenas do Paraná e sim do país, por todas as suas implicações.

O Paraná não poderia sofrer tamanha injustiça, caso ocorresse o fechamento da Usina do Xisto as consequências seriam nefastas, além de provocar o desemprego de 2.500 pessoas a curto prazo, bloqueava a arrecadação de impostos do Estado e o desenvolvimento de toda a região.

CONSEQUÊNCIAS DA DESATIVAÇÃO DA USINA DE XISTO DE SÃO MATEUS DO SUL:

1. A USINA DE SÃO MATEUS DO SUL E O GÁS DE XISTO COMO OPÇÃO IMEDIATA PARA O ESTADO

Atualmente, a PETROBRÁS opera em São Mateus do Sul uma unidade-piloto com a seguinte produção diária:

- . 850 barris de óleo;
- . 18 t de enxofre e
- . 40 t de gás combustível

Com a entrada em operação do primeiro módulo industrial, a produção diária total (incluindo aquela da unidade-piloto) atingirá:

- . 3.800 barris de óleo;
- . 100 t de enxofre;
- . 130 t de gás combustível; e
- . 45 t de GLP.

Tal disponibilidade já levou a Indústria Cerâmica do Paraná S.A. - INCEPA a iniciar investimentos de cerca de US\$ 100 milhões na construção de nova unidade industrial no Município de SÃO MATEUS DO SUL, a qual começará a operar em meados de 1990 e deverá gerar 1.700 empregos diretos.

2. REFLEXOS IMEDIATOS DA DESATIVAÇÃO DA USINA DO XISTO

. perda de 512 empregos diretos na Usina;

. comprometimento do projeto da INCEPA (investimento de US\$ 100 milhões e

1.700 empregos diretos);

. não-realização de receitas fiscais da ordem de US\$ 10 milhões/ano e de receita de exportação da ordem de US\$ 16 milhões/ano em função da frustração do projeto da INCEPA;

. não recebimento de "royalties" da unidade industrial do xisto, da ordem de US\$ 2 milhões/ano;

. adiamento por pelo menos 3 anos da introdução do gás no Paraná. Outras fontes de suprimento de gás, ainda não definidas, exigirão investimentos de porte elevado.

3. ALTERNATIVAS DE OFERTA DE GÁS AO ESTADO DO PARANÁ

3.1. Plataforma Submarina: gás oriundo do campo de Tubarão.

3.2. Bacia do Paraná: gás das regiões central e sul do Paraná.

3.3. Gás importado:

a) da Argentina, proveniente do Norte Grande;

b) da Bolívia, via gasoduto Norte Grande Argentino;

c) Gás liquefeito, via navios metaneiros.

3.4. Gás de Xisto.

Das várias opções de oferta apresentadas, o gás de xisto é a única já disponível.

4. A IMPORTÂNCIA DO GÁS PARA O PARANÁ
O gás é indispensável para:

a) assegurar a competitividade das indústrias paranaenses;

b) diminuir a dependência da lenha, recurso energético cada vez mais escasso.

A vantagens do uso do gás são: alta eficiência energética; redução da poluição atmosférica;

. competitividade em relação a outras formas de energia disponíveis; e agregação de tecnologias modernas nos processos industriais, mormente no setor cerâmico.

REQUERIMENTO N° 1399

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Professor Dr. MÁRIO MARANHÃO pela sua eleição à Presidência da Sociedade Interamericana de Cardiologia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao homenageado, a Associação Médica do Paraná e ao Conselho Regional de Medicina do Paraná.

Sala das Sessões em, 08.08.89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O médico cardiologista Mário Maranhão

é professor do Curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná, é um cientista e pesquisador profissional da medicina que goza do maior respeito e admiração face a seus profundos e sempre atualizados conhecimentos. Tem contribuído de forma esplêndida para o progresso da ciência e o avanço da medicina, em busca do objetivo único que é minorar o sofrimento do ser humano, devolvendo-lhe a vontade e a alegria de viver.

Seu trabalho e sua capacidade acabam de ter mais um reconhecimento internacional com a sua eleição para a Presidência da Sociedade Interamericana de Cardiologia. Com certeza na sua humildade e no seu despojamento por títulos, a escolha em si, dentre tantos nomes internacionais, não lhe seja o mais importante. Certamente, para ele é mais uma oportunidade de avançar no trabalho em favor do seu verdadeiro apostolado - a profissão, a ciência médica da humanidade.

É por isso digno do nosso maior respeito e admiração. E mais que isso, pelo seu espírito humanitário, pelo seu boníssimo coração, o Dr. Mário Maranhão, é digno credor das nossas maiores homenagens, as quais devemos manifestar aqui, não só em nome desta Casa que representa o povo do Paraná, mas de todos aqueles que conhecem o Dr. Mário Maranhão e por ele nutrem a mais sincera admiração.

REQUERIMENTO N° 1400

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à jornalista MARILDA PRECOMA PODLECKI, pelo lançamento do Jornal NOTÍCIA NOVA na cidade de SÃO MATEUS DO SUL.

Requer, outrossim, que da decisão de Casa, seja dada ciência à mencionada jornalista.

Sala das Sessões em, 08.08.89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal NOTÍCIA NOVA, lançado pela jornalista MARILDA PRECOMA PODLECKI, em São Mateus do Sul, inicialmente mensal, para em seguida quinzenal e, finalmente a curto prazo, semanal que terá circulação em toda a região, representa o verdadeiro espírito paranista, que certamente contribuirá sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico.

A alta tecnologia aliada à capacidade criativa dos recursos sob a orientação e eficiente capacidade gerencial da Jornalista Marilda Précoma Podlescki, lançadora do Jornal Notícia Nova resumem os fatores de promissor sucesso.

A imprensa tem uma grande responsabilidade na construção dos ideais de um povo, porque participa da construção do Estado oferecendo contribuição inestimável para o fortalecimento das instituições e preservação dos valores que formam as sociedades desenvolvidas, justas e unitárias.

São Mateus do Sul está de parabéns pelo lançamento do Jornal Notícia Nova.

Ao congratular-se com a direção do Jornal, e seu quadro de funcionários, rende a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sua homenagem à idealizadora.

REQUERIMENTO N° 1401

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos às jornalistas EVELI DE CASSIA CARVALHO PAES e ELINEDI CAPELLINE, pelo lançamento da Revista CLASSIC.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência às mencionadas jornalistas.

Sala das Sessões em, 08.08.89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Revista CLASSIC lançada pelas Jornalistas EVELI DE CASSIA CARVALHO PAES e ELINEDI CAPELLINE, em Curitiba e que terá a curto prazo, circulação em todo o Paraná e Santa Catarina, representa o verdadeiro espírito paranista, que certamente contribuirá sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico.

A alta tecnologia aliada à capacidade criativa dos recursos humanos sob a eficiente capacidade gerencial das jornalistas lançadoras da Revista Classic, resumem os fatores de promissor sucesso.

A imprensa tem uma grande responsabilidade na construção dos ideais de um povo, porque participa da construção do Estado oferecendo contribuição inestimável para o fortalecimento das instituições e preservação dos valores que formam as sociedades desenvolvidas, justas e unitárias.

Ao congratular-se com a direção da Revista, e seu quadro de profissionais, rende a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sua homenagem às idealizadoras da Revista.

REQUERIMENTO N° 1404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações ao Dr.

FRANCISCO CUNHA PEREIRA, pela inauguração da TV CATARATAS - 4. Emissora da Rede Globo de Televisão, abrangendo o oeste e sudoeste paranaense.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1448

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, sejam insertos nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações a serem oficiados ao Município de Kaloré, representado pelo seu Prefeito Senhor Mauro Labegaline, ao ensejo de seu aniversário no dia 07 de agosto de 1989.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1449

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado votos de congratulações para com o Presidente Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira e demais diretores do Conglomerado BANESTADO pelo significativo trabalho que vem realizando à frente daquela instituição de crédito, assinalado pelo auspicioso e histórico resultado auferido pelo Banco neste semestre.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, contendo votos de cumprimentos pela edição do livro-documento intitulado "Eleições 88 - Prefeitos e Vereadores do Estado", através da CELEPAR, com a colaboração do TRE.

1 - Presidente do TRE, Desembargador Ivan Gradowski;

2 - Presidente da CELEPAR, Abílio Wolff Filho.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de Congratulações ao Dr. Francisco Cu-

Curitiba, terça, em 08.08.89

nha Pereira Filho por mais uma conquista no campo empresarial das comunicações quando, pela terceira vez, o canal 12 recebe o título de "MELHOR EMPRESA DO ANO", conforme análises feitas pela conceituada revista EXAME.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao ilustre empresário, jornalista FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Diretoria do BAMERINDUS, na pessoa de seu Presidente, Dr. José Eduardo de Andrade Vieira parabenizando pelo apoio e o sucesso obtido na campanha "SEMANA ESTADUAL DE CADASTRAMENTO ELEITORAL".

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Diretoria da Rede Paranaense de Televisão, na pessoa de seu Diretor-Presidente Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, pelo apoio e sucesso obtido na campanha da "SEMANA ESTADUAL DE CADASTRAMENTO ELEITORAL".

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1516-A

Senhor Presidente

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Diretor Presidente do conglomerado BANESTADO para que receba e transmita a todos os senhores diretores e funcionários este reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O resultado positivo do balanço do BANESTADO no primeiro semestre de 1989 encerra diversos aspectos da maior importância não só para a instituição em si como principalmente para o Estado, dentre esses aspectos colocamos dois como de elevado

destaque.

O primeiro ressalta a segura e competente administração do Banco imprimida pela diretoria que tem à frente o Presidente Dr. Antônio Carlos de Almeida Ferreira, sob a qual o nosso BANESTADO vem alcançando significativas conquistas que o coloca entre os principais do "ranking" bancário nacional e um dos primeiros entre os bancos estaduais do País. Esse desempenho é fruto de uma permanente modernização, arrojada atuação no mercado e qualificação de seu quadro funcional. O lucro líquido de NCz\$ 32,9 milhões, representando - em relação ao patrimônio líquido - uma rentabilidade de 14,45%, é um seguro indicativo de crescimento mesmo em tempos nos quais a conjuntura nacional tem sido notoriamente adversa. Este fato é altamente elogiável.

O segundo aspecto refere-se ao contexto social, visto que o lucro do BANESTADO consubstancia-se em inegáveis dividendos para toda a sociedade paranaense, beneficiária direta através dos diversos programas de cunho social desenvolvidos pelo BANESTADO em todos os Municípios do Paraná. O desempenho neste primeiro semestre do ano é, também, fruto da confiança de todos os paranaenses que aplicam e investem no banco que tem por objetivo o social e por filosofia o fortalecimento do municipalismo.

É, pois, da maior justiça o registro deste fato nos Anais da Assembléia Legislativa, bem como a consagração dos mais efusivos votos de congratulações com sua alta direção e funcionários.

REQUERIMENTO N° 1517

Senhor Presidente

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, a consagração da Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de Goioerê, que no próximo dia 10 comemora 31 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Vice-Prefeito e todos os vereadores daquele Município como expressão do Poder Legislativo paranaense, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões em, 08.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1527

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, §1°, Inciso IV, do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Soberano Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulação à IMPAR - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DO PARANÁ S/A, que no último dia 30 de junho inaugu-

rou a 1.ª fase do projeto de implantação na Cidade de Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A IMPAR - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DO PARANÁ S/A, é uma indústria voltada a fundição de peças para veículos rodoviários e ferroviários, tendo a frente, como Diretor Presidente, o Dr. Dimas Nari Botelho.

Localizada na Rua Senador Flávio Carvalho Guimarães n° 1647, em Ponta Grossa, ocupa uma área de 18.000 m², construídos num terreno de 290.000 m².

Seu complexo industrial envolve equipamentos da mais avançada tecnologia, destacando-se: fornos elétricos de indução de média frequência, linha de moldagem totalmente automatizada, máquinas de moldar hidráulicas de alta pressão, laboratório químico, espectrográficos de areia, metalográfico e mecânico Magnaslux, ultra-som e fornos para tratamento térmico.

A 1.ª fase do projeto de implantação, recém inaugurada terá uma capacidade inicial de 1.500 ton/mês de peças acabadas.

A previsão é de, em 10 meses, estarem em funcionamento equipamentos que permitirão uma produção de 50.000 ton/ano de peças de qualidade asseguradas.

O avançado grau tecnológico e sua capacidade de produção darão à empresa a terceira posição no "ranking" nacional de fundições.

Esse empreendimento trará auto-suficiência no abastecimento de fundidos de alta qualidade no Estado, com um investimento já realizado na ordem de US\$ 28 milhões.

Também nessa 1.ª fase serão criados cerca de 400 empregos diretos e na conclusão do projeto esse número subirá para 1.500, sendo que destes 300 serão aproveitados na moldagem manual.

Pelo exposto, temos a honra de expressar nossas sinceras congratulações à Diretoria e funcionários da IMPAR - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DO PARANÁ S/A.

Requeiro que, cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

REQUERIMENTO N° 1534

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após consultado o Colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo, votos de congratulações à ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS, pelas atividades programadas e levadas a efeito por ocasião do DIA MUNDIAL ANTIDROGAS, comemorado no dia 26 de junho próximo passado.

Há muito falamos que a necessidade de combater-se essa terrível patologia social

deveria unir todos os setores da sociedade, independente de divergências particulares, com o objetivo de livrar de sério e irrecuperável comprometimento boa parte da nossa juventude.

Aí entra o sério e dedicado trabalho desenvolvido pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS, como entidade social comprometida com o combate à narcomania, principalmente, quanto ao aspecto preventivo e esclarecedor.

No dia mundial antidrogas diversas atividades foram programadas e levadas a efeito, com o objetivo de intensificar a campanha que vem sendo desenvolvida no campo das drogas, pela Associação em destaque, todas coroadas por êxito e o pleno alcance dos objetivos a quem se propunham.

Que do teor do presente, dê-se ciência à ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1535

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data, do Poder Legislativo votos de congratulações ao CONSELHO ESTADUAL NA CONDIÇÃO FEMININA, pela campanha MULHER, SAÚDE E CIDADANIA: DIREITOS A SEREM CONQUISTADOS, desenvolvida com o objetivo de chamar a atenção para os elevados índices de mortalidade materna, abortos clandestinos, cesarianas desnecessárias, adolescentes grávidas, doenças sexuais, esterilidade, morte por câncer cérvico-uterino e mamário em nossa comunidade, devido à falta de informações e de um serviço público de saúde que preste atendimento à mulher em todas as fases de sua vida, permitindo, inclusive, o acesso aos métodos contraceptivos com atendimento médico e, portanto, ao livre e consciente controle de sua reprodução.

A campanha pretende atingir a população feminina, levando informações importantes sobre os serviços já prestados na rede pública de saúde (pré-natal e preventivo de câncer, por exemplo), bem como a necessidade de conhecer e cuidar bem do seu corpo, da adolescência à menopausa.

Nesse sentido, o Conselho Estadual da Condição Feminina e uma equipe de profissionais da área estão à disposição das entidades e órgãos afins, visando a promoção de palestras, debates e outras iniciativas com material educativo de apoio (cartilhas, vídeos, etc...) sobre temas como: adolescência, planejamento familiar, gravidez/parto/pós-parto/aleitamento, prevenção e tratamento de câncer ginecológico e

mamário e doenças sexualmente transmissíveis, aborto, sexualidade, terceira idade, menopausa e outros, relacionados à saúde da mulher.

Receba, através desta simples homenagem, o Conselho Estadual da Condição Feminina, os mais sinceros cumprimentos do Poder Legislativo pela brilhante e oportuna empreitada assumida e levada, com dedicação e empenho, a efeito.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1536

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data, do Poder Legislativo votos de congratulações pela passagem do 29° aniversário do Município de MANDIRITUBA.

MANDIRITUBA era habitada por indígenas. Consta que os padres jesuítas que por aqui também estiveram, teriam se servido dos caminhos indígenas na sua fuga para o sul. Vestígios verídicos são encontrados, tais como diques de pedras, cemitérios, pedras trabalhadas com formato de cunhas, machados, em escavações e estradas abandonadas. O local, embora nas proximidades em estado de civilização latente. Foi com a abertura de estradas, movimento de tropas, transporte de cargas que aos poucos o local foi se desenvolvendo e a população aumentou.

Em 1900, foi instalada uma serraria na localidade de Fazenda Rio Grande, de propriedade da firma Irmãos Bettega, assim como as duas primeiras casas comerciais e uma escola. Em 1903, teve lugar a nomeação da primeira professora pública na pessoa de Etelvina Maria Stankl.

Em 1909, foi transferida do povoado Tietê a sede do distrito judiciário criado pelo Decreto n° 243 de 17 de maio de 1909, dando definitivamente a denominação de Mandirituba, localidade que, até então, era conhecida como "Estrada de Mandirituba". A instalação do Distrito veio beneficiar o lugar com a criação de um cartório, tendo como escrivão o Sr. Antonio Lopes Ribeiro, uma Delegacia, uma Coletoria Estadual da Comarca, sendo coletor o Sr. Lino Constantino Machado.

Em 25 de julho de 1960, pela Lei n° 4245, Mandirituba foi levada a Município desmembrado de São José dos Pinhais, sendo instalado em 15 de novembro de 1961.

Mandirituba derivou "manduri" que significa abelha miúda de "tuba" que signifi-

O povo mandiritubense, de índole trabalhadora e determinada, empenhou-se no trabalho agrícola, na cultura do milho, do feijão, batata salsa, camonila, fumo e folha. Horticultura, granja de aves para corte, na indústria, olarias, madeiras, para beneficiamento da produção primária, serralheria e, ainda, na área comercial, onde predominam os gêneros alimentícios.

A esse povo que não só colaborou incansavelmente pelo crescimento daquela comuna, mas, que emprestou seu esforço para o próprio crescimento e engrandecimento do Paraná, os melhores e mais sinceros cumprimentos e votos de apreço deste Poder.

Que da decisão desta Casa, seja dada ciência do teor do presente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores com assento à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1537

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do 135° aniversário da Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná, a ser comemorado no próximo dia 10 de agosto.

A referida corporação vem desempenhando, durante toda a sua existência, papel relevante junto às comunidades do Estado sempre cumprindo a missão de prevenção e repressão à violência e criminalidade, exercendo, desta forma, a nobre tarefa de velar pela segurança da população paranaense, além de atuar em outras diversas áreas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Excelentíssimo Senhor Cel. QOPM Wautuil Borges, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que dê conhecimento a todos os valorosos integrantes da centenária corporação.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1538

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à diretoria eleita e empossada da SOCIEDADE CONSULAR DO ESTADO DO PARANÁ. Representantes das mais diversas nações, no Estado do Paraná, cientes do

grave papel e responsabilidade que lhes foram confiados, na carreira diplomática, estão congregados na Sociedade Consular do Estado do Paraná. A troca de experiências, o fortalecimento das relações, laços de amizade, além da divulgação das atividades de cada Casa Consular, são os objetivos maiores dessa entidade, dirigida sempre, por pessoas da mais polida e ilibada conduta, além de destaque e distinção no exercício da carreira.

No último mês de junho, a eleição realizada dentre os integrantes da Sociedade, indicaram os novos dirigentes, a seguir nominados: Presidente, Cônsul OZEIL MOURA DOS SANTOS (Senegal); Vice-Presidente, Cônsul MARIHA THORT SANCHEZ (Uruguai); 1° Secretário, Cônsul LOURY SIZENANDO RAMALHO (França); 2° Secretário, Cônsul SAVAS JOANIDES (Grécia); Diretor Tesoureiro, Cônsul CARLOS MARIA GAONA VELASCO (Paraguai); Diretor Social, Cônsul SATURNINO HERNANDO GORDO (Espanha); Diretor Orador, Cônsul Mons. VICENTE VITOLA (Peru). Para o Conselho Fiscal foram sufragados os nomes distintos do Cônsul da Bélgica, JOSÉ IVO MANDELI; da Alemanha, IRENE GRÜNDER; da Síria, ABDO DIB ABAGE; e, como suplentes, WALTER NORBERT JIRASCHEK, Cônsul da Áustria e RUTH EICHLBERGER, Cônsul da Suíça.

Recebam, todos os empossados, os melhores cumprimentos deste Poder Legislativo do Estado, pela assunção das elevadas funções e os mais sinceros votos de êxito do ideal almejado.

Dê-se ciência, desta homenagem, aos eleitos e empossados para a SOCIEDADE CONSULAR DO ESTADO DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, votos de congratulações ao Senhor DEUSDETE FERREIRA DE CERQUEIRA, pela sua brilhante vitória nas eleições da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, ocorridas em 30 de junho de 1.989.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Deusdete Ferreira de Cerqueira, é pecuarista de renome nacional, e foi quem introduziu a criação do bovino "Indu Brasil" no noroeste do Estado.

Encabeçou a chapa que disputou as eleições para a Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, e obteve brilhante vitória, sendo este o merecido reconhecimento pelo seu esforço em elevar a pecuária do Noroeste e do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1396

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da presente sessão, voto de louvor ao Radialista MIGUEL FERNANDES REICHERT, Funcionário Padrão de 1989 no município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Requer mais, que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento ao homenageado no seguinte endereço: Rádio Educadora Marechal Ltda, Rua Sete de Setembro, 520, CEP 85.960 - Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O homenageado, profissional de destaque e reconhecido valor nos meios de comunicação e na própria sociedade regional foi, em promoção anual da Associação Comercial e Industrial e Rotary Club de Marechal Cândido Rondon, distinguido com o título de Funcionário Padrão daquele Município em 1989.

MIGUEL FERNANDES REICHERT desempenha hoje as funções atinentes ao cargo de Diretor Gerente da Rádio Educadora Marechal Ltda., empresa que o admitiu em 1° de julho de 1978, na condição de aprendiz de sonoplasta.

Sua dedicação como profissional de rádio, dentro e fora da empresa, ao longo dos anos, se fez reconhecida e respeitada pela sociedade rondonense como um todo já que, através do empresariado foi agraciado com o honraria de FUNCIONÁRIO PADRÃO, concurso que contou com representantes de inúmeras empresas instaladas no Município.

A transcrição da homenagem nos Anais deste Poder Legislativo Estadual será o registro para a posteridade. O registro de exemplo de tenacidade do menino que se fez homem e profissional dentro da empresa pela qual responde nos dias de hoje.

REQUERIMENTO N° 1418

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor ao MOINHO DA LAPA, empresa do Grupo Sadia, pela iniciativa de investir mais de quinze milhões de dólares no Município de Dois Vizinhos.

Requer-se, seja dada ciência do conteúdo deste requerimento a todos os membros da diretoria da "Moinho da Lapa", cuja nominata e endereços integram este requerimento.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Município de Dois Vizinhos, o ter-

ceiro em população e o segundo em arrecadação de impostos do Sudoeste paranaense, vive a expectativa de uma nova fase de grande crescimento. Em 1978, quando o Senador Atílio Francisco Xavier Fontana visitou Dois Vizinhos e decidiu instalar uma de suas vinte e três empresas no Município que representamos neste parlamento paranaense, seguramente foi uma decisão que criou a expectativa em todos os municípios que compõem o sudoeste paranaense, hoje passados mais de 10 anos, os investimentos feitos pelo "Moinho da Lapa" passam da ordem de vinte e cinco milhões de dólares.

O povo de Dois Vizinhos, juntamente com os municípios que compõem o sudoeste paranaense, se orgulham em possuir no referido município, o Frigorífico "Moinho da Lapa".

Mas, o objetivo deste requerimento está embasado nas declarações do Superintendente do Moinho da Lapa, Doutor Alberto Stringhini, que anuncia que em apenas um ano, o Grupo Sadia vai investir mais de quinze milhões de dólares, em Dois Vizinhos através do Moinho da Lapa, o que significa a expectativa de investimentos consideráveis e certamente trarão maior progresso ao Sudoeste Paranaense, o bravo sudoeste.

REQUERIMENTO N° 1505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de louvor, com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, pela passagem do DIA DO COLONO, nesta data.

Nada mais justo do que homenagear essa gente anônima que trabalha a terra e a faz produzir.

A nossa homenagem nada mais é do que um agradecimento coletivo a todos e a cada um dos colonos que lutam dia após dia, sem medo das intempéries, numa demonstração inabalável de sua crença na terra, na semente e, em nosso País.

É preciso mais do que nunca, valorizar o trabalho do colono!

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário um voto de louvor, com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, pela passagem do DIA DO AGRICULTOR, nesta data.

Nada mais justo do que homenagear essa gente anônima que trabalha a terra e a faz produzir.

A nossa homenagem nada mais é do que

um agradecimento coletivo a todos e a cada um dos agricultores que lutam dia após dia, sem medo das intempéries, numa demonstração inabalável de sua crença na terra, na semente e, em nosso País.

É preciso mais do que nunca, valorizar o trabalho do agricultor!

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de louvor e congratulações ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, na pessoa do seu Diretor-Presidente, Senhor CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, e na pessoa de seu Diretor de "Marketing", Senhor DORIVAL SPRENGER VIANNA, pelo extraordinário desempenho do conglomerado neste primeiro semestre, registrando um lucro de mais de NCz\$ 32 milhões.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato de que para gerar lucro, como o que ora nos motiva a votos de louvor e congratulações, imprescindível se faz o gerenciamento produtivo, somatório de visão, trabalho, disciplina, dedicação, cooperação, seriedade, competência, eficiência, marca da vocação dinâmica de uma equipe administrativa como o é a equipe do Governo Alvaro Dias, valendo ao Estado do Paraná a satisfação de abrigar uma das melhores instituições financeiras do País.

A Diretoria de "Marketing" e Publicidade deve-se "ao alto nível das campanhas publicitárias, aliada à lucidez das mensagens, demonstrando a real atuação do BANEESTADO, em termos de aplicação de parte do seu lucro em construção de escolas, creches, centros sociais, postos de saúde, esporte, etc..., elevando, ainda mais, a qualidade de vida da população."

Assim, a população se beneficia amplamente dos lucros gerados, permitido-lhes que foi, conhecer o Banco do seu Estado.

REQUERIMENTO N° 1447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja marcada a data de 21 de agosto, do corrente ano, às 17:00 horas, para a outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1395

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito o fornecimento urgente de sementes de feijão, aos pequenos e médios agricultores do município de Boa Vista da Aparecida - PR, no sentido de aumentar a produção de feijão na região Oeste paranaense.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT e PTB, do Município de Boa Vista da Aparecida, e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Oeste paranaense, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Município de Boa Vista da Aparecida, localizado no Oeste paranaense, possui número bastante elevado de agricultores, muitos deles, são pequenos e médios agricultores, gente que há muitos anos, exercem atividades agrícolas em Boa Vista da Aparecida, onde são desenvolvidas várias atividades agrícolas, entre elas o cultivo de feijão.

Os agricultores desse Município, reivindicam e anseiam pela rápida solução no que diz respeito ao fornecimento de sementes de feijão, pedimos através deste requerimento, que a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, urgentemente tome as providências necessárias, no sentido de solucionar a falta de sementes de feijão.

Os pequenos e médios agricultores de Boa Vista da Aparecida, além de querer aumentar a produção de feijão na região Oeste do Paraná, certamente não querem deixar faltar o feijão, alimento indispensável na mesa da Nação brasileira.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais municípios com sua política avançada de agricultura e abastecimento. Através deste, confiamos nos investimentos neste setor, nos faz crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO N° 1397

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Deputado Anibal Khury, a liberação de recursos financeiros na importância de NCz\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos cruzados novos) para fazer frente às

despesas com a realização do evento.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a realização do I FORUM DE DEBATES "MUNICIPALISTA SUDOESTINO", que se realizará no dia 11 de agosto de 1989, na Cidade de Pato Branco, deste Estado, com os patrocínios da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Pato Branco, com apoio da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná- AMSOP, Associação das Câmaras Municipais do Paraná- ACAMSOP, Instituto de Previdência do Estado- Ipe; Secretarias de Estado da Administração e Fazenda e, Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná- C.C.J., esses recursos serão utilizados nas despesas com a realização do evento, em virtude do relevante significado do Encontro Municipalista Regional.

REQUERIMENTO N° 1406

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre representante do Ministério Público da Comarca de Andirá, expediente solicitando as providências cabíveis para apuração da responsabilidade penal em função do seguinte fato:

No dia 26 de julho de 1989, por volta das 17:00 horas, o cidadão Nilson Alves, conhecido por Teixeira, foi preso pelo policial Villas Boas, na Cidade de Itambaracá, e em seguida foi violentamente espancado e submetido à trabalhos forçados, sendo liberado apenas no dia 28 de julho de 1989, e em seguida, hospitalizado. Segundo informações colhidas por esse Parlamentar junto à comunidade de Itambaracá, o ofendido Senhor Nilson Alves, encontra-se em estado gravíssimo, correndo risco de vida em função das agressões sofridas que, segundo consta, teria sido por ocasião de sua detenção junto à Delegacia de Polícia local.

Do presente Requer, se dê conhecimento à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, Prefeito Municipal de Itambaracá, Câmara de Vereadores de Itambaracá, ao Presidente do Diretório do PMDB, Senhor Admilson Merli, à Prefeitura Municipal, Presidente do PDT Senhor João Cheira, à Av. Interventor Manoel Ribas, 155 e ao Presidente do PTB, Senhor Antônio Izidoro Maluta, à Chácara Maluta, todos no Município de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1407

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Andirá, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará a classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista-P.D.T, Senhor Wagner da Silva, à Rua São Paulo, s/n°- A/C do Senhor Clair Batista Oliveira.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1408

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de Carlópolis, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvidas trará a classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista- P.D.T, Senhor João Luiz Claro, à Rua Benedito Salles, 1110.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

Curitiba, terça, em 08.08.89

envio de ofício ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando estudos, visando a instalação de uma Agência no Distrito de Ivailândia, Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Com uma população estimada em 8 mil habitantes, grande parte de pequenos e médios produtores rurais, Ivailândia é um Distrito onde o desenvolvimento é uma realidade, tanto é verdade, que já iniciou um movimento pela sua emancipação política e administrativa. Vizinha a sede urbana do Distrito, está localizada a Sabaralcool, uma das maiores usinas de álcool do Paraná, que hoje contribui com mais de 40% da arrecadação de ICM do Município de Engenheiro Beltrão, além de centenas de empregos diretos.

O comércio da Cidade também é forte, oferecendo todas condições para o residente de Ivailândia não necessitar se deslocar para outros centros. O que falta realmente é uma agência bancária, o que evitaria o deslocamento da população para outras cidades, o que sem dúvida provoca transtornos variados.

Pelo exposto, solicito estudos mais detalhados, visando atender esta que é uma aspiração tão antiga daquele povo.

REQUERIMENTO N° 1411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Diretor dos "Correios do Paraná", reivindicando estudos, visando a instalação de um "Posto dos Correios" no Distrito de Ivailândia, Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Com uma população estimada em 8 mil habitantes, grande parte de pequenos e médios produtores rurais, Ivailândia é um Distrito onde o desenvolvimento é uma realidade, tanto é verdade, que já iniciou um movimento pela sua emancipação política e administrativa. Vizinha a sede urbana do Distrito, está localizada a Sabaralcool, uma das maiores usinas de álcool do Paraná, que hoje contribui com mais de 40% da arrecadação de ICM do Município de Engenheiro Beltrão, além de centenas de empregos diretos.

O comércio da Cidade também é forte, oferecendo todas condições para que o residente de Ivailândia não necessite se deslocar para outros centros. Infelizmente isso ocorre quando se precisa postar uma simples carta, por exemplo, o que aca-

ba se tornando um grande inconveniente, fazendo com que se perca tempo e dinheiro.

Pelo exposto, solicito estudos para concretização do pedido, o que sem dúvida irá em muito beneficiar aquela população.

REQUERIMENTO N° 1412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, reivindicando com a máxima urgência a construção de uma cancha esportiva para o Colégio Estadual Doutor João F. Neves, ensino de 1° e 2° graus, município de Palmital.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento objetiva reforçar o pedido já feito pela Direção do Colégio acima citado, o qual segue cópia anexa.

Não existindo dúvidas que a reivindicação exposta é necessária e imprescindível para o desenvolvimento das atividades escolares, solicitamos a agilização do processo protocolado, para a urgente concretização do pedido.

REQUERIMENTO N° 1415

Senhor Presidente.

Regimentalmente, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após manifestação do Douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Diretor do DETRAN-PR, reivindicando que os Municípios de JURANDA e ALTAMIRA DO PARANÁ, sejam incluídos no âmbito de atuação da 37ª CIRETRAN de UBIATÁ, para exames médicos e psicotécnicos.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubiatã firmou recentemente convênio com o Departamento de Trânsito do Paraná, para prestação de serviços técnicos especializados em âmbito regional.

Pela proximidade existente dos Municípios de Juranda e Altamira do Paraná à Ubiatã, solicitamos, atendendo pedido do Prefeito deste último, a inclusão das duas cidades na área de atuação da 37ª CIRETRAN de Ubiatã, no que se refere a exames médicos e psicotécnicos.

Pelo exposto, solicito empenho e atenção deste DETRAN, para atendimento urgente desta aspiração.

REQUERIMENTO N° 1416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Douto Plenário,

rio, seja enviado ofício ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná- BANESTADO, solicitando estudos, visando a instalação de uma agência Bancária no Município de CORUMBATAÍ DO SUL.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Contando atualmente com aproximadamente 12 mil habitantes, grande parte agricultores e pequenos comerciantes, o recém-criado Município de Corumbataí do Sul, não dispõe de uma Agência do Banco do Estado do Paraná, ficando impossibilitado, portanto, de utilizar os serviços e vantagens por esta conceituada instituição, sendo que, aqueles que desejam assim fazer, são obrigados a se deslocar aos Municípios de Luiziana, Barbosa Ferraz ou Campo Mourão, todos distantes da sede do novo município, o que sem dúvida provoca sérios transtornos.

Pelo exposto, solicito um estudo mais detalhado sobre o assunto em questão, visando o atendimento breve desta reivindicação tão ansiada pela população de Corumbataí do Sul.

REQUERIMENTO N° 1417

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feita a construção urgente de 7 salas de aula para a Escola Estadual Padre José Anchieta, Ensino de 1° e 2° Graus, localizada no Município de São Jorge do Oeste-Pr, no sentido de ampliar a qualidade de ensino e resolver assim os problemas de infra-estrutura.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, dando-se ciência deste ao Conselho para Desenvolvimento Municipal de São Jorge do Oeste e também, ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PFL, PDS, PDT e PSDB, no Município de São Jorge do Oeste, e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Município de São Jorge do Oeste, localizado no Sudoeste Paranaense, um dos mais populosos da região conta com mais de 15 mil habitantes, portanto um município jovem e bem estruturado, mas está clamando e reivindicando maiores condições para melhorar a qualidade de ensino público aplicado no Município de São Jorge do Oeste.

A direção da Escola Estadual Padre José Anchieta, Ensino de 1° e 2° graus, bem como toda a comunidade, social e estudan-

til de São Jorge do Oeste, pedem a construção urgente de mais 7 salas de aula para que venham ser construídas em anexo à Escola Padre José Anchieta, pois, o elevado número de estudantes que se deslocam da área rural e mais os estudantes que residem no perímetro urbano, somados formam e alcançam um índice altíssimo de estudantes de 1° e 2° graus, é necessário criarmos condições adequadas de ensino para que os estudantes tenham um aproveitamento a altura de suas pretensões, em instalações condizentes com o esforço de deslocamento da grande maioria estudantil.

A construção urgente dessas sete salas de aula, certamente levará mais progresso e cultura a toda a classe de educadores e alunos de São Jorge do Oeste, no sentido de ampliar a qualidade de ensino e resolver assim, os problemas de infra-estrutura. A Secretaria de Educação do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais municípios com sua política avançada de educação.

Através deste, confiamos nos investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO N° 1518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao Ministério da Educação, solicitando a inclusão do Município de Campo Mourão no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, da Secretaria de Ensino de Segundo Grau, para a implantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná- CEFET.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná- CEFET, vem instalando unidades avançadas em alguns municípios do interior do Estado, aumentando as possibilidades de acesso à conceituada escola e que Campo Mourão polariza uma vasta região formada por 22 municípios e uma população superior a 650 mil habitantes, com elevado número de jovens sendo obrigados anualmente a procurar formação técnica na Capital do Estado, reivindico a inclusão deste município no Programa e espero contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa.

REQUERIMENTO N° 1419

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito a construção urgente do prédio da escola es-

tadual Arnaldo Busato de 1.^a a 8.^a séries, a ser reconstruída no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, localizado no Município de Dois Vizinhos-Pr.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS do Município de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional, e aos demais jornais, rádios, televisão e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Cruzeiro do Iguaçu, situada no interior do Município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturada, contando com mais de 5 mil habitantes, reivindicam e anseiam pela reconstrução da Escola Estadual Arnaldo Busato, que desde 1987, se encontra esquecida no que diz a sua reconstrução.

O Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, possui, além de sua população adulta, muitos habitantes menores que sentem falta da escola Arnaldo Busato, para que possam ir para a sua aula e aprender a dar os primeiros passos na carreira escolar. Pedimos para demolir as instalações da Escola Arnaldo Busato em 1987, mas no mesmo requerimento aprovado por este Poder Legislativo Paranaense, pedimos a conseqüente construção de novo prédio escolar. Nosso requerimento foi proposto no sentido de proteger a integridade física dos professores e de centenas de alunos que para ela se dirigem diariamente.

Temos a certeza de que nossa proposta é a vontade de toda a comunidade de Cruzeiro do Iguaçu. Este anseio está na memória do mais velho morador até o mais novo morador que pretende ingressar na vida escolar.

Ao Governo Estadual fizemos um alerta no sentido de que não atrase ainda mais a reconstrução da Escola Estadual Arnaldo Busato de 1.^a a 8.^a séries, pois acarretará riscos desnecessários aos alunos e professores.

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais comunidades com sua política avançada de Educação. Através deste, confiamos nos investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO N° 1522

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento In-

terno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, expediente no sentido de incluir no Programa de Módulos Sanitários o Município de São João do Triunfo, tendo em vista a necessidade existente de ampliar cada vez mais esse benefício em todo o Estado do Paraná, pois trata-se de um programa que sem sombra de dúvida trará benefícios a classe mais carente, virtualmente a mais desprotegida pela falta de saneamento básico nos municípios paranaenses.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista- P.D.T., Senhor José Francisco Distefano Neves, à Fazenda Ipê.

Sala das Sessões, 08.08.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1523

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito a instalação urgente de um posto de serviço telefônico pelo Sistema DDD, na comunidade de Erveira, localizada no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, Município de Dois Vizinhos-Pr.

Requer-se, também, que da decisão da Casa seja oficiado à TELEPAR, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS do Município de Dois Vizinhos, aos Senhores Líderes da Comunidade de Erveira, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional, e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Erveira, situada no interior do Município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturada, necessita dos meios de comunicação que evitem deslocamentos, às vezes onerosos.

Erveira, fica distante do Município de Dois Vizinhos, aproximadamente 13 km, o Posto de Serviço Telefônico mais perto está localizado no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu que também fica distante de Erveira, aproximadamente 9 km.

A instalação de um posto de serviço telefônico pelo Sistema DDD., traria o avanço tecnológico da qual a Comunidade de Erveira, necessita para integrar e tornar a vida de todos mais acessível.

A TELEPAR satisfatoriamente tem atendido tais comunidades com seu avançado

sistema de comunicação, e nós através deste, confiamos os investimentos neste setor. Faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO N° 1454

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito a instalação urgente de um posto de serviço telefônico pelo Sistema DDD, na Comunidade de Linha Mariotti, localizada no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, Município de Dois Vizinhos-Pr.

Requer-se, também, que da decisão da Casa seja oficiado à TELEPAR, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS do Município de Dois Vizinhos, aos Senhores Líderes da Comunidade de Erveira, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional, e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Linha Mariotti, situada no interior do Município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturada, necessita dos meios de comunicação que evitem deslocamentos, às vezes onerosos.

Linha Mariotti, fica distante do Município de Dois Vizinhos, aproximadamente 22 km, o Posto de Serviço Telefônico mais perto está localizado no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu que também fica distante de Erveira, aproximadamente 10 km.

A instalação de um posto de serviço telefônico pelo Sistema DDD., traria o avanço tecnológico da qual a Comunidade de Erveira, necessita para integrar e tornar a vida de todos mais acessível.

A TELEPAR satisfatoriamente tem atendido tais comunidades com seu avançado sistema de comunicação, e nós através deste, confiamos os investimentos neste setor. Faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO N° 1402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Doutor OSMAR FERNANDES DIAS, solicitando a instalação de uma Unidade Veterinária, no Município de Reserva-Pr.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente petição é uma antiga reivindicação dos agropecuaristas radicados no Município de Reserva, que se ressentem pela falta de uma Unidade Veterinária capaz de suprir as necessidades específicas e inerentes às lides agropecuárias da região.

REQUERIMENTO N° 1403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro de Estado da Agricultura, Doutor IRLIS RESENDE MACHADO, solicitando o retorno do leilão do milho, pelas Bolsas de Mercadorias do Paraná, de Curitiba e Maringá.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência as entidades ligadas ao setor, cuja relação segue anexa.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ORLANDO PESUTI.

JUSTIFICATIVA:

A entressafra de milho, no Paraná, deixa espaço para que futuras e necessárias medidas voltem a ser aplicadas visando, sobretudo, a normalização do abastecimento e regularização dos preços de mercado.

Uma dessas medidas e, sem dúvida, o retorno dos leilões de milho pelas Bolsas de Mercadorias do Paraná, (Curitiba e Maringá). A prática servirá para corrigir distorções nos preços, determinará maior transparência nos negócios e, principalmente, eliminará o ágio, que encarece o produto para os pequenos e médios criadores e moageiros.

REQUERIMENTO N° 1413

Senhor Presidente.

Regimentalmente, o Deputado que o presente subscreve, usando as suas atribuições, REQUER, após manifestação do Douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Secretária de Estado da Educação, reivindicando em Regime de Urgência a destinação de um microônibus para o Colégio Agrícola de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade dos municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM, nos promoveu solicitação, visando a obtenção de um microônibus, destinado ao transporte de alunos do Colégio Agrícola de Campo Mourão.

Enviamos cópia deste pedido, reivindicando empenho e promoção de esforços para ver concretizada esta aspiração dos prefeitos de minha região.

REQUERIMENTO N° 1414

Senhor Presidente.

Usando de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER, após manifestação do Douto Plenário, o envio de expediente a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR - reivindicando que esta promova a doação de um veículo novo ou semi-novo, a fim de prestar atendimento à A.P.M.I do Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Recebemos tal reivindicação da Presidente de A.P.M.I. de Janiópolis, Anexo, enviamos cópia da mesma.

Acreditando ser esta uma aspiração justa e necessária para aquela entidade, solicitamos empenho desta Fundação para podermos concretizá-la

REQUERIMENTO N° 1420

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso de suas prerrogativas e, após ouvido o Colendo Plenário, o envio do expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Exm° Sr. Ministro da Previdência Social, Jader Barbalho, para que determine uma imediata revisão da tabela de cálculos, para pagamento dos serviços prestados pelos hospitais filantrópicos cadastrados ao INAMPS e a pronta regularização dos pagamentos àquelas instituições.

Desnecessário repetir a importância, aliás, indispensabilidade da colaboração dos hospitais filantrópicos, no sistema de saúde brasileiro.

No momento em que aventa-se a adesão por parte de um grande número de instituições filantrópicas à proposta paulista de um "DESCREDENCIAMENTO COLETIVO", do INAMPS, é salutar, empreender esforços no sentido de garantir a continuidade e o esforço de tal vínculo com o prosseguimento do competente e estimado serviço prestado por essas instituições às populações mais carentes.

Para a manutenção e fortalecimento desses laços, entretanto, é necessário que o INAMPS passe a dispensar um tratamento mais atencioso para com tais entidades, dando olhos à própria realidade gritante, que nos oferece um quadro generalizadamente grave.

A inegável crise econômica que se abate sobre o nosso país tem responsabilidade sobre este quadro e ela tem-se combatido com a potencialidade criativa, o espírito empreendedor e a capacidade de sacrifício de todos os envolvidos na manutenção dos hospitais filantrópicos, além, é claro, da sempre calorosa acolhida por parte da comunidade.

É necessário, contudo, a tomada de medidas, também, por parte do governo, do Poder Público, em caráter imediato, com o objetivo de salvar o que ainda há de bom e eficiente na Rede Hospitalar Brasileira.

Nada é reivindicado, além do pagamento justo dos serviços prestados. Nada mais é reivindicado, além, do direito inalienável do recebimento digno em função do trabalho prestado.

A ação é generosa quando a sensibilidade é aguçada, e quando o espírito é nobre, o sentimento de solidariedade e humanidade, inflama.

Há muita preocupação com a questão de saúde no País, mas, quando o próprio sistema encarregado de gerenciar, de administrar, de fazer fluir uma política séria de saúde, dá claros e sintomáticos sinais de deficiência e falência, a situação passa a ser desesperadora.

As milhões de criaturas atendidas diariamente pelos hospitais filantrópicos, correm o risco de terem seus atendimentos bloqueados por uma simples questão de entendimento administrativo.

Se é consensual que a ação inflacionária obrigou reajustes salariais da ordem de 102% entre os meses de março (77%) e junho (25%);

Se é notória a explosão do preço dos medicamentos e dos alimentos;

Deve ser, também, consensual e notória a necessidade de equiparmos esses reajustes praticados e, mais consensual e notório o direito que têm aquelas casas de saúde, de receberem, a curto prazo, os benefícios por prestação de serviço.

Antes que a ação inflacionária corroa ainda mais os poucos recursos que se tem para a administração caritativamente, as Casas e Hospitais Filantrópicos.

Que da decisão do presente, seja dada, ainda, ciência ao Sr. Governador do Estado, Secretário de Estado da Saúde, aos representantes paranaenses na Câmara e no Senado da República, à Federação das Casas de Misericórdias e Hospitais Filantrópicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor do Departamento Estadual de Trânsito solicitando a abertura, em caráter de urgência, de um canal para agilizar os processos de documentações de veículos de interesse dos usuários em geral, aos despachantes oficiais, num total de 30% (trinta por cento)

dos documentos encaminhados por eles àquele órgão.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

As concessionárias de veículos, empresários de vendas e de transporte de cargas, do transporte coletivo e demais entidades representativas de um contingente expressivo de usuários do Departamento Estadual de Trânsito solicita providências urgentes, tendo em vista a situação agonizante e a morosidade administrativa no tratamento de processo de regularização de veículos junto àquele órgão.

Há naquele Departamento, segundo se comenta, mais de 60.000 (sessenta mil) documentos parados. A morosidade com a tramitação tem causado grandes prejuízos aos usuários e despachantes, a tal ponto que, desacreditados pela sua clientela, devido essa sua injustificável demora, ven abandonando a profissão. Isso ficou constatado pelo próprio órgão representativo de classe que informa ter havido um êxodo acentuado, bem superior às nomeações.

Por sua vez, o "Manual dos Procedimentos" do Detran, apresenta-se complexo e ao invés de esclarecer tem dificultado o atendimento dos Despachantes, bem como dos usuários. Repetidamente os formulários preenchidos são devolvidos, obrigando as pessoas a buscar auxílio junto a funcionários daquele órgão, desprezando muitas vezes os Despachantes, pela circunstância de terem estes dificuldade de diálogo com revisores do Detran, simplificação e agilidade nos processos encaminhados, que merecem ser prestigiados. Será benefício para o próprio Estado do Paraná pois mais de 1.000 (mil) profissionais estimularão o aumento da demanda ao Detran do Paraná evitando evasões a outros Estados.

REQUERIMENTO N° 1451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro da Previdência Social, Dr. Jader Barbalho, solicitando imediata solução à reivindicação da Federação Brasileira de Hospitais, para que os hospitais particulares e filantrópicos não rompam com a Previdência Social, o que poderia gerar, como consequência, uma grave crise no setor da saúde e social.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

Em recente pronunciamento, o Presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Carlos Eduardo Ferreira, anunciou que os hospitais particulares e filantrópicos po-

derão interromper a prestação de serviços para a Previdência Social, caso o Ministério da Previdência Social não dê imediata solução para a grave crise econômica que enfrentam os hospitais, face à má remuneração, ao atraso nos pagamentos das contas e às reivindicações salariais dos empregados do setor.

A Previdência Social autorizou, a partir de 1° de julho do corrente ano, um reajuste de 24,83%, quando o valor da diária hospitalar passou para NCz\$ 11,09, insuficiente para a cobertura dos gastos hospitalares. O agravante dessa situação é que os hospitais só receberão as contas relativas ao mês de julho, no final de agosto, quando o Ministério tiver efetuada a conferência das respectivas contas. Com a inflação galopante que o País está vivendo, o valor da diária torna-se absolutamente inviável para os hospitais.

A rede hospitalar privada e filantrópica compõe-se de 4.000 casas no Brasil, e 400 no Paraná e respondem por 80% das internações realizadas, portanto, em face desse grande percentual, o signatário deste entende que o Ministério há que se sensibilizar para o problema existente, para que a população não sofre as consequências desastrosas da falta de entendimento entre a rede hospitalar e o Governo.

REQUERIMENTO N° 1452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o expediente contendo votos de cumprimentos e congratulações por ter sido aclamado Presidente da Sociedade Intermérica de Cardiologia, ao Dr. MÁRIO FERNANDO DE CAMARGO MARANHÃO.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

O Dr. MÁRIO FERNANDO DE CAMARGO MARANHÃO é curitibano, formou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná, especializou-se em cardiologia no Brasil, tendo estudado também na Universidade de Paris, Hahnemann Medical College and Hospital, de Philadelphia e, Sinai Medical Center em Los Angeles, ambas nos Estados Unidos.

É Professor Adjunto, Livre Docente Doutor da disciplina de cardiologia, Departamento de Clínica Médica, da UFPR; professor responsável da disciplina de Medicina Clínica I, do Departamento de Medicina Clínica, da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná; Professor Orientador do Curso de Pós-Graduação em Medicina Interna, nível de mestrado, da UFPR; Chefe da Unidade de Métodos Gráficos do Hospital de Clínicas da UFPR; Chefe do Serviço de Cardiologia do Hospital Evangélico de Cu-

Curitiba; Chefe do Serviço de Eletrocardiografia do Hospital de Clínicas de Curitiba; Chefe do Serviço de Cardiologia do Hospital Santa Cruz e Diretor Clínico da Vital Clínica para Testes Completos de Saúde.

É Presidente da Comissão Internacional da Sociedade Brasileira de Cardiologia; Delegado do Brasil, Secretário Rotatório e Presidente da Sociedade Interamericana de Cardiologia; Representante das Sociedades das Américas junto ao Comitê Executivo e Membro do Conselho Internacional de Cardiologia Clínica da Sociedade Internacional de Cardiologia.

É participante e organizador de vários cursos sobre eletrocardiografia, arritmias cardíacas, hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, terapêutica cardiovascular e etc. É autor e co-autor de inúmeros trabalhos científicos em revistas médicas especializadas no Brasil e no exterior. Além de ser autor de livros sobre assuntos específicos como betabloqueadores adrenérgicos e arritmias cardíacas, publicados no Brasil e no exterior.

REQUERIMENTO N° 1507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Cultura, Doutor RENÉ ARIEL DOTTI, sugerindo que a peça teatral "GALILEU GALILEI" de Brecht, cuja estréia está marcada para o próximo dia 15 de agosto de 1989, em nossa Capital, seja igualmente, encenada em cidades como Londrina e Maringá (PR); Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT).

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente sugestão visa ampliar o campo de abrangência do teatro e, desse modo, difundir a vida e a obra de GALILEU, que se notabilizou na época do renascimento em FÍSICA, ASTRONOMIA, ENGENHARIA MECÂNICA e MATEMÁTICA.

A contribuição desse gênio foi decisiva para o progresso e a evolução da ciência, até os nossos dias.

Perseguido e humilhado sustentava as suas teorias e, muitas vezes, para salvar a própria vida, teve que retificá-las.

Com a peça teatral "GALILEU GALILEI" - com o conhecido ator Paulo Autran no papel título - tem-se a oportunidade de mostrar ao público em geral e, em particular, aos nossos jovens, a vida de um homem genial a quem a humanidade muito deve. Com o apoio de Secretarias de Estado (Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), além da contribuição financeira de Bancos e do empre-

sariado, temos plena certeza de que a apresentação da peça em outras cidades será, também, um grande sucesso.

REQUERIMENTO N° 1510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Dr. Rubens Bueno, solicitando ao mesmo a pronta liberação de uma viatura (automóvel) para o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MOREIRA SALES.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) LINDOLFO JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato em questão requereu a SEPA no início do mês de julho, uma viatura para aquele sindicato, oportunidade em que o próprio Presidente daquela entidade solicitou pessoalmente ao Secretário Dr. Rubens Bueno, que este veículo poderia ser mesmo "usado" desde que atendesse as necessidades daquele Município.

REQUERIMENTO N° 1511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado dos Transportes, para que seja providenciado a execução das obras no trecho da Rodovia PR 469 (Pato Branco/Itapejara D'Oeste) a partir do "trevo do Patinho" até a Faculdade, conforme projeto já elaborado pela Chefia do 12° D.R. de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de obra de fundamental importância, não só pela necessidade prioritária, mas trata-se também da segurança da vida dos usuários da Rodovia, trazendo maior tranquilidade aos familiares de alunos e professores que por ali transitam no decurso do ano letivo, usuários assíduos da rodovia.

É sabido que a segurança nas rodovias é dever do Estado e um direito subjetivo de seus usuários, por que são costumeiramente carregados de impostos e taxas. Sabe-se, que o Paraná, por seu Governo, é cumpridor de suas responsabilidades e justo, principalmente por sua Secretaria de Estado dos Transportes, que vem cumprindo a contento sua gestão, no cuidado de suas rodovias.

REQUERIMENTO N° 1512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, para que, juntamente com o Conselho Estadual da Educação, seja criada uma Comissão, composta por representantes dos órgãos acima, assessorada por técnicos da Secretaria das Finanças, com poderes para determinar valores de mensalidades escolares dos estabelecimentos da rede privada, no Estado do Paraná, uma vez que o Douto Conselho Estadual de Educação se julga impotente para arbitrar sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de matéria de peculiar importância e polêmica, havendo até ação na Justiça Federal, sem uma resposta satisfatória as partes, causando conflito entre órgãos da administração Estadual e Federal, pais, alunos e estabelecimentos de ensino, envolvendo: SUNAB, CODEC-M.E.C., Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação, causando um impasse de real gravidade, que, só o Mandatário Maior do Estado poderá definir, motivado pela impotência do órgão normatizador da Educação no Estado do Paraná e composto, em grande parte, por representantes de escolas particulares.

REQUERIMENTO N° 1533

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja feita a doação de uma AMBULÂNCIA, para atendimento ao setor de saúde no Município de Sarandi.

1. Secretário de Estado da Administração
MÁRIO PEREIRA
2. Secretário de Estado da Saúde
DELCINO TAVARES

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) LINDOLFO JUNIOR

REQUERIMENTO N° 1547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Governador do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ao Presidente da SANEPAR Ilustríssimo Senhor Nivaldo Kruger, solicitando providências para o lamentável problema provocado pela estação de esgotos sanitários de Andirá. A localização da mesma está dentro de zona densamente urbana, cujo processo de tratamento, exala permanentes e insuportáveis odores por toda a Cidade.

Assim, consideramos imprescindível o remanejamento de tal estação para área afastada, o que peço seja inserido no Programa de Investimentos da SANEPAR, para curto prazo.

Todavia, como modo de amenizar a situação atual, solicito uma efetiva e permanente cloração do material, forma imediata para reduzir a poluição do ar, ou outra alternativa operacionalmente exequível.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado e a Excelentíssima Senhora Gilda Poli da Rocha, solicitando providências no sentido de que sejam convocados os professores remanescentes do concurso estadual de 1986.

Requer ainda, que da decisão da Casa, sejam informados o Prefeito Municipal e os Vereadores do Município de Kaloré, que manifestaram-se a respeito.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O hábito pouco salutar de promover concursos públicos, aprovar pessoas e depois não convocá-las, deixar caducar o tempo e recomeçar novo concurso, etc... etc..., parece ter-se incorporado à nossa cultura.

Parece-nos que esta atitude caracteriza a pouca importância que as pessoas representam para os responsáveis pelos concursos.

No caso presente, existem vagas em todos os municípios, e com o "deficit" existente na rede Estadual, o Município se obriga a colocar professores à disposição do Estado, onerando sobremaneira as finanças municipais.

Estamos certos de que existe uma fórmula que ponha um fim a tal situação, e solicitamos as autoridades competentes que a encontrem.

REQUERIMENTO N° 1524

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam solicitadas as seguintes informações ao titular da Pasta da Saúde, em nosso Estado:

1. Demonstrativo estatístico, dos casos de hepatite e de meningite, no Estado do Paraná, mês a mês, nos anos de 1987, 1988 e 1989.
2. Qual o programa de vacinação execu-

tado nos anos de 1987, 1988 e 1989, incluindo-se, neste último, as metas já alcançadas e o plano para vacinação até 31 de dezembro.

3. Qual a destinação orçamentária específica, nesses três anos, para essa finalidade?

4. O chamado "bloqueio com medicações antibióticas" supre a falta de aplicação de vacinas e tem eficácia preventiva total, no sentido imunológico?

5. O programa de vacinação previsto para o ano de 1989 está sendo executado plenamente? Caso não esteja, quais os motivos que impedem a sua plena execução?

6. Quais as medidas que estão sendo tomadas, na área de saúde, para prevenir contra a hepatite e a meningite?

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A imprensa noticiou, nesta data, a constatação de casos de meningite nesta capital, e a adoção de um "bloqueio com medicações antibióticas".

Ao mesmo tempo, nosso Gabinete foi noticiado de que aumentam os casos de hepatite.

Temos que verificar as causas, se houve aumento estatístico de casos e qual o programa preventivo que o Estado está adotando contra essas enfermidades, visando solucionar o problema.

REQUERIMENTO N° 1405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa, do texto publicado no Jornal "Paraná Oeste" na semana de 22 a 28 de julho de 1989, nas páginas 12 e 13, e Requer ainda, seja dado conhecimento do presente àquele jornal e ao Movimento Estadual dos Sem Terra.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dos Editoriais do Jornal "Folha de Londrina", publicados na página 02, nos dias 04.08.89 e 05.08.89.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) PEDRO TONELLI

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 039/89

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica transformado o Setor de Telefonia, da estrutura organizacional desta Assembleia Legislativa, em Coordenadoria de Telefonia, simbologia DAS-4.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Urgem-se providências no sentido de proclamar-se uma maior autonomia administrativa e funcional ao Serviço de Telefonia desta Casa de Leis, pois o desempenho de funções de responsabilidade, no atendimento básico das comunicações internas e externas desta Secretaria, transmitindo recados aos destinatários, controlando a conta telefônica deste Poder, tarefas distintas e inagregáveis a outras afetas ao Departamento Administrativo, justificam a presente iniciativa de transformação deste Setor em Coordenadoria, atendendo-se às boas técnicas da administração.

A promoção e execução de serviços telefônicos, sustentáculo básico e mister ao funcionamento desta Assembleia Legislativa, nos dá o empenho necessário a solicitar aos excelentíssimos Pares desta Casa, o apoio ao presente projeto de resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 040/89

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - O § 2° do artigo 159 da Resolução n° 11/60, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 159 - ...

§ 2° - Para se praticar a votação nominal fora dos casos previstos neste regimento, é necessário que o deputado o requiera por escrito."

Art. 2° - Fica acrescido o § 3° no artigo 159 da Resolução n° 11/60, nos seguintes termos:

"Art. 159 - ...

§ 3° - Ocorrendo pedido de verificação de votação, se for notória a ausência de "quorum" no Plenário, o Presidente poderá desde logo, determinar a votação pelo processo."

Art. 3° - O artigo 161 da Resolução n° 11/60, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 161 - A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos, obedecidas as normas estabelecidas pela mesa para a sua utilização.

§ 1° - Encerrada a votação, encaminhar-se-á à mesa, a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

a) data e hora em que se processou a votação;

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 172/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Prevenção ao Abuso de Drogas, com sede e foro na Rua Treze de Maio, 985 - Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade apontada no presente plano de lei, é uma sociedade civil filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade lutar pelos interesses comunitários.

O uso de drogas entre a população jovem vem aumentando significativamente no Brasil, ano após ano. Paralelamente as ações policiais que devem ser desenvolvidas para conter o tráfico, é fundamental que sejam criadas entidades de apoio aos viciados. A Fundação de Prevenção ao Abuso de Drogas há mais de um ano vem atuando preventivamente, buscando evitar o envolvimento de pessoas com drogas. A entidade realiza a triagem dos jovens, oferecendo atendimento psicológico, orientação sobre as conseqüências do uso de tóxicos, apoio aos familiares e ainda o encaminhamento dos dependentes para internamento, quando necessário.

Pelas razões expostas, é justo que mereça o reconhecimento do poder público estadual.

PROJETO DE LEI N° 173/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Creche Santo Antônio, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O projeto em referência, objetiva declarar de Utilidade Pública a Creche de Santo Antônio, com sede e foro nesta Cidade de Curitiba, legalmente constituída como entidade filantrópica, tendo como meta, promover o bem estar a menores carentes.

A documentação está de acordo com a legislação pertinente.

PROJETO DE LEI N° 174/89

- b) a matéria objeto da votação;
- c) nome de quem presidiu a votação;
- d) o resultado da votação;
- e) os nomes dos deputados votantes, discriminando-se os que votarem a favor ou contra e os que se abstiveram.

§ 2° - A listagem da votação será publicada no "Diário da Assembléia", no dia seguinte àquele em que se realizou a votação.

§ 3° - O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o seu resultado final.

§ 4° - Só poderão ser aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

§ 5° - Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos deputados, sendo seus nomes anunciados em voz alta, por um dos Secretários; os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão "sim" ou "não", conforme aproven ou rejeitem a matéria em votação, devendo ainda serem anotados pelo Secretário os votos em caso de abstenção.

§ 6° - A votação por escrutínio secreto, far-se-á nos termos deste artigo, somente aparecendo nos painéis e nome dos votantes e os resultados."

Art. 4° - O art. 162 da Resolução n° 11/60, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 162 - Quando o sistema eletrônico de votação não estiver funcionando, a votação por escrutínio secreto far-se-á mediante célula impressa, ou datilografada, recolhida em urna, à vista do Plenário."

Art. 5° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A implantação do controle eletrônico faz-se necessário para adequar a Assembléia Legislativa dos avanços da tecnologia, visando principalmente da celeridade aos trabalhos.

O controle eletrônico está sendo implantado em diversas Assembléias Legislativas do Brasil, além do Senado Federal, conforme projeto em anexo, como forma de democratizar e acelerar os resultados de votações e controle de faltas.

O Anteprojeto do Regimento Interno da Câmara Federal, em seus artigos 157 e 169, regulamenta o processo de votação através de painel eletrônico (documento em anexo), contribuindo para a alteração do nosso Regimento Interno.

O presente Projeto de Resolução permitirá que os trabalhos da Assembléia Legislativa sejam evidenciados à população.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 8947, de 05 de abril de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Município de Godoy Moreira, "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado, segundo decisão do Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do Município de São João do Ivaí, obedecendo as divisas abaixo especificadas:

"Começa na foz do Córrego Jirau no Rio Corumbataí e dali até sua nascente e dali em diante em linha seca rumo 57°00' NE até o Rio da Bulha, por este acima até o confronto com o Município de Lunardelli, dali em diante, em linha seca de rumo 57°00' NE até o Córrego Mangueirão, por este até a sua nascente e dali pelo divisor até a nascente do Córrego Catabriga, por este abaixo até o confronto com os Municípios de Lunardelli e Jardim Alegre, dali em diante em linha seca de rumo 58°30' NE até o Rio Corumbataí e por este abaixo até a foz do Córrego Jirau, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do projeto em questão objetiva, precipuamente, a necessária retificação das divisas do Município de Godoy Moreira, readequando-as às suas linhas originais.

Além disso, anexa-se ao presente plano de lei, Ofício enviado pelo Juízo Eleitoral da 132ª Zona, de nº 124/89, datado de 16 de maio de 1989, que encaminha cópia da Ata Final de apuração do plebiscito autorizado pela Resolução nº 088/87, deste Poder, em que a população do referido Município acolhe a modificação geopolítica proposta.

Inclui-se, também, mapa do IBGE, onde delineia-se a descrição das linhas geodésicas e acidentes naturais que compõem a correta divisa do Município de Godoy Moreira, ficando assim devidamente instruído o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 175/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Sra. DEA AMARAL, viúva do ex-Prefeito do Município de Campo Mourão, HORÁCIO AMARAL, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único: A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a be-

neficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a Sra. DEA AMARAL, viúva do ex-Prefeito de CAMPO MOURÃO, ora submetido a exame de apreciação desta Casa, consubstancia medida que sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do Prefeito HORÁCIO AMARAL falecido aos 47 anos de idade, no dia 07 de agosto de 1974, após ter exercido o cargo de Chefe do Executivo Municipal no período legislativo de 1969/1972, vítima de um acidente automobilístico, deixando 03 filhos.

Estou certo de que esta proposição merecerá dos Senhores Deputados, o necessário apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 176/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a SOCIEDADE EDUCACIONAL GUAÍRA - SEG - sociedade civil, prestadora de serviços sem fins lucrativos, sediada na Cidade de Guaíra - Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A sociedade em questão, fundada para promover o desenvolvimento harmônico e integrado nas diferentes carreiras exigidas pela comunidade guairense visa propiciar ensino, pesquisa e extensão para formação técnico - profissional, difusão e criação filosófica, científica, artística e tecnológica destinada à prestação de serviços sem fins lucrativos.

PROJETO DE LEI Nº 177/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Decreta de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Hortigranjeiros de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) RAUL LOPES

PROJETO DE LEI Nº 178/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Aparecidinha D'Oeste, desmembrado do Município de São Miguel do Iguçu.

Parágrafo Único - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) RAUL LOPES

PROJETO DE LEI Nº 179/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Jardim Santa Cruz", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Santa Cruz, congrega todos os moradores do Jardim Santa Cruz, situados no Município de Campo Mourão, que venham se integrar à Associação, apoiando as suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.

Sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, autônoma em suas decisões, a Associação supramencionada dedica-se desde a sua fundação, 01 de setembro de 1985, a estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores que a constituem, no sentido de desenvolvimento e conquistas na condição de vida dos mesmos e da comunidade como um todo.

Reconhecê-la como de Utilidade Pública, implica intrinsecamente em reconhecer o próprio espírito de fraternidade e cooperativismo como útil para o alcance de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e compromissada com o dever.

Longe de ser apenas mais uma entidade cartorial, a Associação de Moradores do Jardim Santa Cruz, tem realizado na prática, um trabalho exemplar, na verdade, sem precedentes na região onde atua.

Considerando-se o exposto, temos a certeza de que nossos nobres Pares nesta casa, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 180/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ

AROLDO GALLASSINI.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Aroldo Gallassini é o Diretor-Presidente da COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., a maior cooperativa singular da América do Sul - com sede em Campo Mourão e que congrega 41 mil associados em 31 municípios dos Estados do Paraná e Santa Catarina, numa área de ação superior a 2.500.000 hectares.

Quando chegou a Campo Mourão, em 28 de janeiro de 1968, a região era totalmente desprovida de tecnologias para o meio agrícola. Havia algumas lavouras de arroz e algodão. As terras eram ácidas, fracas e pouco valiam. A região não contava com mais de 5 tratores agrícolas.

Formado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná, e bom conhecedor dos anseios da classe rural, José Aroldo Gallassini, deu ênfase à fundação de uma cooperativa no Município de Campo Mourão, participando de diversas reuniões com o intuito de viabilizar a idéia.

Até que no dia 09 de dezembro de 1969, realizou-se o evento que contou com a participação de 110 lideranças, que culminou com a fundação da COAMO, em novembro de 1970.

Eleito como seu Presidente em janeiro de 1974, através da Assembléia geral dos associados, em pouco mais de 18 anos a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. - COAMO, consolidou-se como a maior cooperativa singular do Estado, do País e da América do Sul.

Sempre à frente, como seu Presidente, a COAMO conquistou pela 4ª vez o título conferido pela Revista EXAME/MAIORES E MELHORES, como a empresa de melhor desempenho no setor agropecuário nacional.

A COAMO participa com 72% do montante do ICMS recolhido no Município de Campo Mourão e 63% da arrecadação regional, envolvendo 22 municípios, sendo considerada uma das maiores arrecadadoras do Estado.

Por tais fatos, certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação de nossa iniciativa, estamos encaminhando em anexo o "Curriculum Vitae" do homenageado.

PROJETO DE LEI Nº 181/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Os responsáveis pelo processamento de qualquer modalidade de licitação, de valor igual ou superior a mil vezes o Maior Valor de Referência, relati-

vo à execução de obras de prestação de serviços, fornecimento de materiais ou de mão-de-obra, alienação de bens, concessão de serviços públicos, ou qualquer outro tipo, da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas, ficam obrigados a remeter à Assembléia Legislativa, cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem uma licitação desde a publicação do edital até a ata ou termo de minuta de contrato a ser assinado.

§ 1º - Ficam, também, obrigados a remeter, ao final do pagamento da licitação, a comprovação do custo final da contratação.

§ 2º - A remessa das cópias integrais e autênticas das peças apontadas no Art. 1º, § 1º, deverá ser feita no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de realização de cada ato.

Artigo 2º - Os documentos enviados à Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 1º e seu § 1º, serão encaminhados à Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento, para formação de processo relativo a cada uma das licitações que ficarão à disposição de qualquer Deputado Estadual que deseje consultar.

Artigo 3º - A Assembléia Legislativa, deverá adequar as Comissões de Finanças e Orçamento, tanto em material, quanto em pessoal para o cumprimento desta lei, utilizando-se verbas orçamentárias próprias.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo tem como escopo principal, além de legislar, o de fiscalização dos atos exercidos pelo Poder Executivo, sejam daqueles de origem da Administração Direta, Indireta, Autárquica, ou daqueles que por sua vinculação se encontrem ligados às Secretarias de Estado.

Há necessidade de se dar mais eficácia ao exercício de fiscalização própria do Legislativo. Nesse sentido, ao tornar obrigatória a remessa dos documentos referentes às atividades comerciais ou não do Estado, mas que envolvam modificação estrutural, estamos praticando a mais lúdima justiça, pois estaremos colocando a disposição de toda sociedade como se está utilizando os recursos angariados pela comunidade.

Por outro lado, este projeto de lei tornar-se-á mais um instrumento a serviço da idoneidade das decisões tomadas pelo Poder Executivo nas licitações públicas, já que qualquer dúvida ou suspeição poderá ser facilmente dirimida pela facilidade de acesso à documentação que o público terá através de seu representante na Assembléia

Legislativa.

A determinação de um valor mínimo para as licitações sujeitas à jurisdição do presente projeto de lei, ao nível de 1.000 (mil) vezes o Maior Valor de Referência, visa assegurar que as concorrências para a compra de bens e prestações de serviço e para a realização de obras sejam cobertas por esse dispositivo legal, conforme dispõe a legislação federal consubstanciada no Decreto nº 88.931, de 31 de outubro de 1983.

Quanto à obrigatoriedade de remessa de informações relativas ao custo final da obra ou serviço, ou fornecimento de material, ou de mão-de-obra, diz respeito a permitir ao Poder Legislativo poder avaliar mais adequadamente os gastos efetivamente realizados em termos de prioridades econômicas e sociais, disponibilidade de recursos existentes, estimativas previstas nos contratos e outros critérios de avaliação considerados relevantes.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela, Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério e Lindolfo Junior.

PROJETO DE LEI Nº 182/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a desapropriar os Lotes de Terras sob nº 01 e 02 AGS-2, situados em Eldorado, no Município de Marilândia do Sul, denominado "Castelo Eldorado", transcrito no Registro de Imóveis daquela Comarca sob nº 13.491 e com matrícula nº 260, considerando-se ser este de utilidade pública, sob o aspecto cultural, turístico e científico.

Art. 2º - Dita área de terras constituir-se-á em parque florestal a ser protegida na forma do estabelecido no art. 1º, itens II, III e VI, da Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, qual seja:

- I - como reserva ecológica;
- II - por ser esta área destinada à proteção dos recursos naturais renováveis;
- III - como localidade e acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas e de lazer.

Art. 3º - Além da preservação da floresta natural com vistas a seu valor ecológico e a pesquisa científica, serão instalados no imóvel, em locais a serem designados por ato do Poder Executivo:

- I - a sede do parque florestal;
- II - um museu da flora e da fauna;
- III - viveiros de peixes;
- IV - locais adaptados com a infraestrutura básica necessária à prática de atividades recreativas, desportivas e de

lazer.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A área situada no Município de Marilândia do Sul, em Eldorado, sob a denominação de "CASTELO ELDORADO", consubstancia-se em local turístico de interesse e utilidade pública.

Trata-se de Estância com mais de 2.200 metros quadrados de área construída, instalado numa área de mais de 12 alqueires, onde existe lagos e bosques de inquestionável beleza, além de construção arquitetônica de gabarito e culturalmente apreciável.

A desapropriação da aludida área e a conseqüente conservação e exploração pelo Poder Público, traduzir-se-á certamente em benefício de inegável valia ao Estado e ao Município, posto que além de passar a ser destinada à visitação pública, obter-se-ão recursos para a sua plena conservação e maior flexibilidade para o planejamento de atividades compatíveis com as características do local.

PROJETO DE LEI Nº 183/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, de que trata a Lei 9050 de 14 de julho de 1989, passa a denominar-se "FUNDAÇÃO FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação formulada pelos integrantes da Faculdade Musical do Paraná, através de seus professores, funcionários e alunos, é que apresentamos esta emenda modificativa corretiva, contando com a aprovação dos nobres Deputados nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 184/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Federação das Instituições de Ensino Superior do VALE DO IGUAÇU, formada pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas, com sede e foro na Cidade de União da Vitória, Estado

Curitiba, terça, em 08.08.89

do Paraná, entidade autárquica de regime especial, na forma do artigo 8º, da Lei Federal nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, sem fins lucrativos, reger-se-á por Regime Unificado e pela Legislação específica vigente.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, num prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa unificar sob Federação a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e a Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas da Cidade de União da Vitória.

A comunidade de União da Vitória reclama tal instituição, visto a necessidade de unificar os vários cursos mantidos pelas Fundações aludidas.

É inegável a viabilidade destas proposições, visto que haverá maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros, evitando assim a sua dispersão.

Contamos com o apoio dos nobres Pares, nesta Casa de Leis, para a aprovação de tal medida.

PROJETO DE LEI Nº 185/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes de cargos de nível universitário da Administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelo Decreto Federal nº 85.878/81 e Lei Federal nº 3.820/60, Decreto-Lei nº 5.452/43, Lei 2.800/56, Decreto nº 85.877/81 e Lei Federal nº 6.684/79, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

As Leis Federais e Decretos aludidos no presente projeto de lei, regulam as profissões de Farmacêutico, Químico e Biólogo, cujos serviços profissionais estão sujeitos a "Anotação de Responsabilidade Técnica", pela execução de serviços nas respectivas funções técnicas.

Tais profissionais têm ampla responsabilidade sobre os serviços que executam,

responsabilidade esta inerente às suas profissões e por força deste fato estão obrigados a responder por sua imperícia e pelos danos dela decorrentes que, no entanto, muitas vezes são decorrência de elementos outros que não a falta de técnica ou perícia.

Assim, a presente gratificação visa conceder aos mencionados profissionais das áreas de farmácia, química e biologia, uma forma de compensação pela responsabilidade técnica que têm no exercício de suas respectivas profissões.

PROJETO DE LEI Nº 186/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Fica, por força desta lei, sob responsabilidade exclusiva do Governo do Estado do Paraná, as despesas com a manutenção dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá.

Artigo 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI Nº 187/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído no Estado do Paraná, o "DIA DA HABITAÇÃO", a ser comemorado todos os anos, na data de 14 de maio.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A importância do setor habitacional no Estado Paraná.

Toda pessoa tem direito de morar com dignidade. A precariedade de moradia é o mais flagrante indicador da injustiça social. A política habitacional preconizada pelo Governo Álvaro Dias reflete um compromisso fundamental com a justiça social, reconhecendo a necessidade de uma ação mais efetiva na questão de moradia.

O Paraná é um dos Estados mais ricos e desenvolvidos do País, dispendo de peso expressivo na economia brasileira, tanto na área agrícola como em alguns setores industriais, onde emerge entre os principais produtores. Para o produto nacional contribui com cerca de 6%, sendo assim, o quinto maior produto entre os Estados. Sua população representa 6,4% da população brasileira, constituindo-se no sexto Estado em número de habitantes. Possui uma das melhores redes viárias do País, sendo o

suporte de infra-estrutura energética, de saneamento, de transporte e de telecomunicações de reconhecida qualidade. Segundo projeções do IPARDES, a economia paranaense deverá crescer entre 1988 e 1991 a uma média de 5,64% ao ano, sendo que em relação ao PIB brasileiro, a economia paranaense deverá passar de 6,30% para 6,74% em 1991.

Se bem que o Paraná apresente um crescimento regional acentuado, constituindo-se em quase uma exceção dentro do contexto nacional, nem por isso os problemas sócio-econômicos estão podendo ser equacionados plenamente. Ao contrário, a marginalidade e anomia social atingem índices elevados, afetando a maioria da população paranaense. Se a renda "per capita" paranaense apresenta-se com relativa alta, isto reflete o avanço econômico regional que no entanto, não representa uma maior ou mais justa distribuição de renda. A concentração de renda é muito acentuada, obrigando a maioria da população a viver em condições de vida extremamente precárias. A falta de moradias, é revelador nesse sentido constituindo-se uma questão crucial para o Paraná.

Conforme projeções do ex- BNH, o "deficit" habitacional do Estado é estimado em 400 mil casas. 32% desse total corresponde à faixa de até 2 salários-mínimos de renda familiar mensal e 37,6% corresponde à faixa de 2 a 5 salários-mínimos.

Em face a essa situação o Governo do Paraná, além dos Programas Habitacionais Convencionais, executados por empreiteiras e destinados a população com faixa de renda familiar de 5 a 10 salários mínimos, priorizou o desenvolvimento de Programas Habitacionais mais alternativos, visando atender principalmente os setores mais empobrecidos da população. Instituíram-se programas de acesso ao lote, à moradia e de intervenção em áreas de urbanização especial, como o Mutirão, Auto-Construção e Lotes Urbanizados. São programas de custo reduzido e destinados preferencialmente às famílias com até 3 salários mínimos de renda mensal. Vale ressaltar que a renda familiar média da população beneficiada é de 1,3 salários mínimos. Em relação a sua ocupação, 47% da população atingida em 1987/1988 era constituída de operários, 28% de boias-frias, subdividindo-se os 25% restantes em diversas outras categorias.

Os programas desenvolvidos, reconhecidos nacionalmente como das mais eficientes e promissoras respostas governamentais ao problema da moradia para os mais carentes, estão contudo, seriamente ameaçados em sua continuidade, apesar dos seus inequívocos efeitos sociais.

As restrições dos créditos ao setor público, impostas desde fevereiro de 1988

pelo Governo Federal, atingindo indevidamente os investimentos habitacionais, restringiram drasticamente a expansão da produção de moradias desenvolvidas pelo Governo Álvaro Dias, comprometendo uma das programações de maior alcance social do Estado Paranaense.

Apesar do Sistema Financeiro da Habitação - SFH ser mantido principalmente por meio de recursos advindos de um fundo arrecadado de todos os assalariados, ou seja, do fundo de Garantia por Tempo de Serviço e das Cadernetas de Poupança, sendo suas finalidades primordiais a implementação da construção de moradias populares, o Governo Federal suspendeu as linhas de crédito para os programas habitacionais previstos pelo Paraná a médio e longo prazo. Teme-se, portanto, que as metas previstas venham a ser prejudicadas.

A crítica situação enfrentada pela economia e sociedade brasileira, acelerando o empobrecimento e marginalidade social de amplas e cada vez maiores camadas populacionais, acentua as disparidades sociais, colocando em risco, inclusive, o incipiente processo de democratização.

A Habitação Popular não irá solucionar o problema brasileiro, que é estrutural, porém uma política habitacional como a preconizada e efetivada pelo Governo do Paraná, que, para sua consecução exige a mobilização e organização dos próprios beneficiários, como é o caso do Mutirão, eliminando em grande parte, resquícios de políticas com conotação paternalista e assistencial, contribui decisivamente para o avanço na conquista da cidadania dos mais duramente atingidos pela marginalidade e anomia social.

Os primórdios da COHAPAR remontam ao início dos anos 50, quando foi criada a Caixa de Habitação do Paraná, pela Lei nº 360 de 05/07/50. Com 15 anos de existência, construiu 16 conjuntos habitacionais, num total de 994 casas. Em 14/05/65 criou-se a Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, sucedendo a Caixa de Habitação, através da Lei nº 5.113. Instituída como Sociedade de Economia Mista, tinha por finalidade integrar o Paraná no Sistema Financeiro da Habitação, passando a operar com recursos do Banco Nacional da Habitação - BNH a partir de 1967. Dois anos depois incorporou a Companhia de Habitação de Ponta Grossa - COHAB - PG, criada em 1965 (Decreto 1.747 de 04/11/65 da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa).

Com exceção de Londrina, Paranaguá e Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, onde atuam duas outras COHAB's a COHAPAR atua em todos os Municípios paranaenses, tendo construído até hoje 77 mil unidades habitacionais. Outras 5.700 casas encontram-se em fase de obras.

PROJETO LEI Nº 188/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Aos dependentes do policial civil e militar mortos em serviço, fica assegurada a percepção de um pecúlio de valor mínimo correspondente a doze (12) vezes a remuneração que lhe era atribuída na data do óbito, a ser paga pelo Estado, independente de qualquer contribuição por parte do servidor.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08/08/89

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora se propõe, objetiva dar uma garantia, mesma que efêmera, mas necessária, aos dependentes de policiais civis e militares mortos no pleno exercício de suas funções. Não se pretende, com o projeto, obter um tratamento diferenciado a essas classes funcionais, mas conceder uma relativa proteção aos seus dependentes, sobretudo, em momentos de desespero e aflição, quando ocorre a perda irreparável e inesperada do chefe da família.

Juntamente quando acontece essa lastimável desgraça que a família se desespera, entra em pânico e se desestabiliza, passando a enfrentar as mais difíceis situações. Para minimizar e atenuar as dificuldades nesses momentos, é que propomos o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Nilton Barbosa com a palavra.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, gostaria de solicitar à Mesa que fossem inseridas nos Anais da Casa as presenças dos companheiros de Iracema, distrito de Formosa do Oeste, que vieram acompanhar hoje a votação na Comissão de Constituição e Justiça do Projeto nº 169/86, de autoria do eminente Presidente da Casa, Deputado Aníbal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para emancipação do distrito de Iracema, em Formosa do Oeste. Senhores: Prefeito Municipal, Dr. Shiqueni Kiara, Luiz Gonzaga Vieira Bicena, Elias Pinheiro, Antônio Nunes Carvalho, Antônio Marcos da Silva, Lorival Bernardino, Vereador, inclusive, do Município que representa o Distrito, Jair Dalmo Fernandes e José Custódio Lima Filho, um grande líder político

de lâ. Esses companheiros vieram acompanhar a votação da CCJ que autoriza a emancipação do distrito de Iracema.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença dos nossos ilustres companheiros de Iracema e de Formosa do Oeste e manda anotar nos Anais da Casa.

Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A rigor, nem deveria estar aqui para fazer a observação a que me propus fazer dentro de alguns segundos quando tomei conhecimento neste plenário de uma informação trazida por um assessor do meu gabinete.

E, como não poderia deixar de ser, diz respeito à segurança pública.

Os jornais de hoje destacam alguma coisa a respeito de uma possível greve deflagrada pela Polícia Civil, greve que, naturalmente, está a preocupar toda a comunidade paranaense e, como tal, os órgãos governamentais.

Eu, como um homem egresso da área da segurança, um Deputado que milita nesta Casa e com satisfação e honra sustento sempre a política da boa vizinhança para com esta área, não poderia, evidentemente, deixar de transmitir uma observação aos companheiros para que mantenham a tranquilidade, porque segundo tenho conhecimento o Governador do Estado já está tomando providências no sentido de sanar a preocupação de todos os companheiros integrantes da Polícia Civil. E que, como de arrasto, leva os companheiros da Polícia Militar que também estão devidamente preocupados. Mas a preocupação minha, companheiros, é pelo conhecimento de que um soldado da Polícia Militar, preocupado com a situação do seu salário e com o momento econômico que vive o Brasil, escreveu para um companheiro que milita na área da comunicação pedindo alguma providência com o que ele vai fazer com o salário dele defasado, totalmente desgastado e, como tal, tem sua responsabilidade para sanar seus compromissos. O encaminhamento se fez na área desse programa e eles disseram: encaminhe ao Deputado de sua área, o que os representa na Assembléia, o Deputado Raul Lopes.

Não ouvi o programa, mas ouvi o que o meu companheiro disse, agradeço ao companheiro pelo encaminhamento porque nesta tribuna tenho militado, lutado junto com os demais companheiros pela forma de procurar dar o melhor, de oferecer o melhor ao nosso funcionalismo público e, em especial, aos homens que militam na área

da segurança pública. Razão pela qual vou procurar buscar mais informações e fique certo de que nós aqui desta tribuna, do nosso gabinete e da Mesa de trabalho deste Plenário, estamos lutando juntos com esses companheiros, para que o Governo sensibilize, como está sensibilizado pelo que eu li hoje no Jornal, no sentido de melhorar, de sorte que a transferência desse clamor, dessa angústia para mim, eu a recebo gratificante.

Recebo com bastante satisfação, porque é o que eu mais faço, o que eu mais desempenho, com a veemência que me é peculiar e necessária, toda a vez que eu ocupo esta tribuna.

Quero aproveitar também o tempo que me resta, para parabenizar o Congresso Nacional, que desta tribuna, quantas vezes em nome de todos nós chamei a atenção para a necessidade da comunidade política se integrar, na forma de um pacto e sensibilizar o Governo, para uma retomada de imediato, ao momento nacional, no que diz respeito a uma política econômica desgastada.

Reuniram-se o líder do Congresso, o líder da Câmara Federal, os líderes e os presidentes dos partidos e ali alinharam alguma estratégia, que o Governo já começou tomar alguma providência. Parabéns, porque a omissão daqueles companheiros, no momento que eles escreviam a Carta Constitucional Federal, servia no reflexo, na extensão e desgaste a todos nós, e eu chamava a atenção para "nos otros"?

Há necessidade de tomarmos alguma providência, sem a qual, nós seremos responsabilizados. Razão pela qual, eu parabenizo os companheiros e tomara Deus, que nas primeiras horas de hoje, alguma providência seja tomada, de fato e de direito.

E esse é o momento que nós estamos vivendo.

Quero concluir a minha mensagem, dizendo o seguinte: Nós políticos, não merecemos o que aí fora estão a nos identificar, como homens omissos e responsáveis pelo estado de coisas que acontece neste Brasil.

Nós somos homens responsáveis, conscientes, com os pés no chão e como tal, vamos dar o endosso, o aplauso, o trabalho, para que possamos nesses noventa e nove dias que antecede o grande pleito eleitoral, podermos fazê-lo com a maior harmonia, dignidade e decência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLD RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a questão da saúde no Estado do Paraná, trazer alguns esclarecimentos a esta Casa, de como estão acontecendo os trabalhos nesta Comissão Parlamentar.

Esta Comissão foi criada e apresentada em Plenário no dia 19/4, deste ano, foi declarada constituída pela Presidência em 24/4 deste ano. Foi instalada em 23/5, com duração de três meses, com prazo portanto, até 23 de setembro deste ano, para conclusão dos trabalhos.

A última reunião da CPI, realizada em 27/6 seguido do recesso de julho, e tendo ainda as atividades da CPI, que se faz em concomitância com os trabalhos da Constituinte.

A última reunião da CPI definiu, solicitar dezenas de informações ao INAMPS, ao escritório regional do INAMPS e a Secretaria da Saúde.

Definiu ouvir representantes de entidades que subscreveram o documento de apoio, a Associação Médica do Paraná, Sindicato dos Médicos, para instalação da CPI, resolveu ouvir o Coordenador da Comissão de Tomada de Contas do escritório regional do INAMPS, que deu parecer negativo à aprovação de todas as contas trimestrais apresentadas pela Secretaria da Saúde, em 1ª instância, no Paraná, remetendo-as para Brasília.

Devo dizer, portanto, como Presidente da CPI, que os trabalhos estão ocorrendo de forma normal, dentro desta Comissão, em concomitância, sem dúvida nenhuma, com os trabalhos da Constituinte, que foi determinado e definido como prioridade nesta Casa. No entanto, causa-nos espécie e sobressalto a postura do Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares, que declarou no jornal "Indústria e Comércio", no dia 06, que "procura dar uma resposta à convocação de uma CPI sobre a saúde, feita por um grupo de políticos descontentes, invejosos e que tentam se promover de uma forma desleal ao jogarem pedras na política de saúde desenvolvida pelo Governo do Estado". Na mesma matéria, Tavares vai mais longe e desafia a Comissão responsável pela CPI a apontar e provar irregularidades nos SUDS, dizendo e chamando de "grupo de politiquinhos irresponsáveis os membros responsáveis pela convocação da CPI". Ao mesmo tempo, declarou ontem no programa da "Rádio Independência", do JP, que o Presidente da CPI é "inidôneo". Já solicitamos a gravação em fita para melhor avaliação e análise. Ao mesmo tempo em que enviou recentemente aos jornais, "releases" dizendo que a CPI "retarda propositadamente os trabalhos, para desgastá-lo com o que não concordamos". Ao mesmo tempo em que declarou no

final da semana, no Sudoeste, em Santa Izabel do Oeste, que a extrema esquerda e a extrema direita querem derrubá-lo da Secretaria.

Eu, parafraseando o Deputado Paulo Maluf, gostaria de dizer que é a única extrema que poderá derrubar o Senhor Secretário Delcino Tavares é a sua extrema incompetência. Porque nós não podemos aceitar pressões sobre os trabalhos da CPI! Nós não podemos aceitar pressões sobre os trabalhos da Constituinte! E quero dar, aqui, a minha solidariedade ao Deputado Valderi Vilela, que foi violentamente atacado, grotescamente e de forma truculenta, no jornal "O Estado do Paraná", sobre a sua Emenda, que foi aprovada aqui nesta Assembléia Constituinte do Paraná.

E eu devo dizer, para esclarecer a esta Casa, que foi definido na última reunião da CPI, contratação de auditoria independente, para auditoria nas prestações de contas da Secretaria de Estado da Saúde. E com autorização da Presidência da Casa, contatamos cinco empresas de auditoria independente e apenas uma se dispôs a fazer uma proposta a esta Casa. Porque ao que me parece, todas as outras prestam serviço ao Governo do Estado, motivo pelo qual não assumem fazer uma auditoria nas contas dos SUDS no Paraná, que é prestação de contas da Secretaria do Estado.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero dizer a esta Casa que os trabalhos da CPI estão ocorrendo normalmente e naturalmente. E conto com a Presidência da Casa e com os Senhores Deputados para que não soframos pressões externas ao nosso trabalho.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Algaci Túlio tem a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Preocupa-me também o que pode ocorrer nesta Capital do Estado, do nosso Estado do Paraná a partir de zero hora de amanhã.

Ocorre que ontem houve uma assembléia dos policiais civis e desta assembléia tirou-se a seguinte conclusão: pelo não atendimento às reivindicações da classe policial, pelo não diálogo já há um ano sem qualquer resposta por parte do Governo do Estado, os policiais civis do Estado do Paraná decidiram que a partir de zero hora de amanhã estarão de braços cruzados.

Imaginem senhores, se com a polícia trabalhando nós já vivemos um clima de total insegurança, o que será sem a polícia trabalhando?

Nós estamos bastante preocupados com isso. Pertencemos a Comissão de Segurança desta Casa e é preciso que nós desta Co-

missão tomemos uma posição. Procuremos ouvir imediatamente, se possível ainda hoje, o Senhor Secretário da Segurança Pública, o Senhor Diretor da Polícia Civil porque afinal de contas, nós políticos não podemos nos omitir, não podemos esperar que o pior venha acontecer a partir de zero hora de hoje. É necessário uma posição imediata desta Casa. Na verdade já nem sei mais se o presidente desta Comissão é o Deputado Raul ou é o Deputado Alborghetti. Na verdade eu estou numa indecisão terrível, porque evidentemente, em função dos trabalhos da constituinte estadual praticamente as comissões internas não tiveram reuniões e eu agora estou nessa dúvida, quem é o presidente da comissão a que eu faço parte para que nós possamos chamar à atenção e irmos a uma conversa com o Senhor Secretário da Segurança Pública no sentido de que haja a sensibilidade por parte do Governo do Estado. Houve uma reunião pela manhã e eu estou tentando durante toda a manhã e agora à tarde um contato para saber o resultado dessa reunião. Não obtive ainda esse resultado. Não sei se houve consenso de ambas as partes para que pudessemos ter, pusesse ser evitada essa greve já programada para o dia de amanhã.

Então, espero que a liderança do Governo nesta Casa traga alguma informação para que possamos tranquilizar a população curitibana e como do resto do Estado do Paraná.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria tão logo o orador terminasse seu pronunciamento me inscrever para explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Após a sessão V. Exa. está inscrito para explicações pessoais.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Última forma então Senhor Presidente, eu tinha que fazer imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não é possível Deputado, porque V. Exa. já usou da palavra.

Continua com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Dizia então que lamento profundamente a situação em que chega a segurança no Estado do Paraná. É lamentável e todos nós sabemos a precariedade, hoje, da segurança do Estado do Paraná. São delegacias sendo interditadas; delegacias sendo despejadas aqui na capital do Estado do Paraná; policiais se envolvendo no contrabando e na corrupção, alguns pela safadeza, mas muitos pela necessidade de poder arranjar dinheiro para

dar de comer à sua família.

Então, é preciso mais do que nunca uma posição, uma reclassificação dentro da nossa polícia, no que diz respeito ao salário dos policiais.

Nós não podemos exigir uma polícia boa, uma polícia atuante se a polícia não é bem paga. E hoje o Paraná, lamentavelmente, é um dos Estados onde mal se paga o policial. Onde o policial menos recebe. O policial civil hoje ganha um salário de um motorista de ônibus sem qualquer demérito a esta classe valorosa também que são os motoristas, são homens que cuidam da nossa segurança e são homens que recebem uma carga violenta de toda uma sociedade que clama por segurança, que clama por tranquilidade, no entanto, esses homens não têm a devida tranquilidade ao sair de suas casas para nos transmitirem esta tranquilidade. Por isso, peço e espero que a liderança do Governo traga ainda para esta sessão alguma informação e que tenha havido o bom senso, que tenha havido o entendimento e que esta greve, marcada para amanhã, se Deus quiser, não venha a acontecer.

Muito obrigado.

O SR. RAUL LOPES (Pela ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sua Excelência, o Deputado Algaci Túlio, fez uma observação, preocupado por ser um membro integrante da Comissão de Segurança, quem era o presidente e quem era o vice, porque até a data de hoje a Comissão ainda não havia se reunido, talvez porque não houve necessidade. Mas, o assunto que o Deputado aborda hoje, na tribuna nós abordamos também, e foram as nossas observações no sentido de até observar a Sua Excelência o Governador do Estado, para a necessidade, de pronto, de imediato, de tentar antecipar o que os jornais já noticiam e que nós já temos conhecimento, no que diz respeito a um substancial aumento de vencimento para o sistema de segurança pública do Paraná, isto é, Polícia Militar e Polícia Civil. Mas, nós já tivemos oportunidade de observar que estamos de todo acompanhando e sensibilizados para a realidade do que está ocorrendo na área da segurança pública, por parte da Polícia Civil do Paraná. Estamos, de fato, muito preocupados e pretendemos sensibilizar, em meu nome e tenho certeza, dos companheiros integrantes da Comissão, quero crer do Deputado Presidente, Deputado Alborghetti, para que de pronto e de forma imediata, seja resolvido o problema. De sorte que, estamos acompanhando, muito sensibilizados, na área da segurança pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é só para dizer ao Deputado Algaci que hoje, na rede de televisão, o que o senhor acabou de falar, nós falamos. Eu fui ontem, filmamos, foi um manifesto muito grande, dentro do Sindicato, como Vossa Excelência falou hoje, numa outra tribuna, que é mais ampla, que vai mais longe, eu aproveitei e falei agora há pouco também em termos da nossa Comissão, o que estava acontecendo. E, na oportunidade recebemos uma série de telefonemas, inclusive citando o seu nome e o nome do Deputado Raul, falando que ele é o Deputado da Polícia Militar; o que o Deputado Algaci, o Deputado Alborghetti, e os outros membros faziam pela Polícia Civil do Paraná? Foi a hora que fiquei nervoso, no ar, e disse que nós estamos fazendo isso há muitos anos, quer dizer, falar, a gente está cansado de falar, pedir, a gente está cansado de pedir, gritar, a gente está cansado de gritar! Quer dizer, cada ano que passa, é um problema a mais, a nossa missão estamos cumprindo neste Parlamento, estamos brigando nesta Casa de Leis, estamos exigindo, pedindo, como eu disse hoje, através de uma rede de televisão. Existe uma Comissão de Segurança, nesta Casa, realmente nós ocupamos este Parlamento, pedimos, imploramos. Hoje, pela manhã, preocupado, em nome desta Comissão, usei o nome de todos, pedi ao Palácio do Governo e ao Diretor da Polícia Civil que nos enviassem esclarecimentos se vai ou não vai acontecer este aumento; porque não adianta só os Delegados de Polícia ganharem bem, não adianta; ontem, nesta reunião, Deputado Algaci, Deputado Raul, os agentes são médicos legistas que estão incluídos nesta classe. Mas, também não é só a Polícia Civil que tem que ganhar bem, a Polícia Militar também.

Então, digo ao Deputado Algaci, ao Deputado Raul, nós estamos prontos, o que os companheiros acharem que possamos fazer, mais ainda do que nós estamos gritando, porque cansado de mandar ofício e pedir eu já estou cansado, como todos aqui, mas a Comissão existe, continuamos membros, todos nós, e vamos continuar a luta, pedindo ao Secretário, pedindo ao Dr. Renato Ortolan e pedindo também ao Governador Álvaro Dias, para que ele possa também analisar o pedido da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TULLIO (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer também que quando eu fiz o meu pronunciamento, não foi com a intenção de atingir nenhum dos componentes da Comissão, pelo contrário, na verdade esclareci bem que em função do trabalho Constituinte, praticamente as Comissões

internas não se reuniram durante esse primeiro semestre, e eu na verdade com toda essa confusão de Constituinte, acabei não me lembrando mais quem era o Presidente da minha Comissão. Eu, evidentemente que respeito o trabalho do Deputado Luiz Carlos Alborghetti; agora, eu ainda acho, Deputado, que nós deveríamos agora, logo após esta sessão, ou durante a sessão, termos um contato com o Secretário da Segurança Pública para que ele nos transmita alguma coisa, para que nós possamos imediatamente transmitir também aqui nesta Casa e aos nossos milhares de ouvintes, o senhor pela televisão e eu pelo rádio ainda hoje, uma tranquilidade a todo o Paraná, porque há um clima de intranquilidade, porque está confirmada a greve a partir da zero hora de hoje. Então, é preciso que o Secretário da Segurança Pública nos encaminhe informações para que nós possamos transmiti-la ao povo do Paraná. Apenas isso, sem qualquer sentido, sem qualquer intenção de atingir a qualquer um dos companheiros Parlamentares que fazem parte da Comissão de Segurança, que têm trabalhado, todos têm procurado dar a sua colaboração dentro das possibilidades para que esta Comissão possa evidentemente trabalhar e exercer o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Annibelli com a palavra.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com muita satisfação que hoje viemos a esta tribuna para agradecer ao Governador Álvaro Dias a sua liderança, a nível de Brasil, pela suspensão, a nível de Governo Federal do fechamento da Usina da PETROBRAS do Município de São Mateus do Sul. Quero ressaltar nesta tribuna a presença do poder político, não só dos nossos Deputados Estaduais Anibal Khury, Acyr Mezzadri e deste Deputado, como do Deputado Max Rosermann e Maurício Fruet, que ao lado do Governador Álvaro Dias desde os primeiros minutos da madrugada, quando foi anunciada a desativação daquela Usina, as lideranças, a comunidade, os funcionários daquela empresa, o povo, crianças, mulheres, a comunidade por inteiro se uniu em favor da causa paranaense, da causa do trabalho, da causa de gente séria, de gente que quer o desenvolvimento deste Estado. Não poderíamos nós deixar de vir aqui registrar, porque quantas vezes cobramos do governo federal a devolução das terras alagadas para construção de Usinas, para fornecer energia a outros Estados, e não seria agora que o governo federal em fim de mandato, acatando estudo de meia dúzia de tecnocratas incompetentes, venha a desativar uma Usina que já está com mais de 80% da sua

obra quase pronta, para talvez economizar o salário de alguns marajás da PETROBRÁS, desativando aquele anseio, desativando aquele pólo industrial que se forma em São Mateus do Sul. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero agradecer de público ao nosso Governador, agradecer de público às lideranças de São Mateus do Sul, ao Senhor Prefeito, Doutor Enéas Stefano, aos Senhores Vereadores, à comunidade de São Mateuense, à imprensa que deu o apoio total à causa do Paraná e ao nosso Governador, que soube exercer a sua influência e a sua liderança para fazer com que a PETROBRÁS e o Governo Sarney retificassem aquele erro para o nosso Estado. Quero registrar o agradecimento pela força da comunidade, pela força dos Deputados, independente de siglas partidárias, que lá estivemos pensando no Município e na comunidade paranaense. É assim que se ganha, é assim que se luta pela causa maior, esquecendo aqueles interesses particulares e fazendo valer o interesse de nossa gente, do nosso Estado, e fazendo com que o Brasil não cometesse um crime contra este Estado, sério, rico e que o é reconhecida-mente pelo governo federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Senhor Artagão Mattos Leão, com a palavra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas:

Ouvimos com atenção, inicialmente o pronunciamento do Deputado Haroldo Ferreira, quando falou com relação à CPI da Saúde. Essa CPI ainda encontra-se em andamento; ela tem um Relator, e nós achamos prematuro, até uma maneira de préjulgar as palavras proferidas pelo Deputado Haroldo Ferreira.

Nós confiamos no Secretário Delcíno Tavares; concordamos, a Bancada do PMDB concordou incontinentemente com a instalação da CPI, e acho que, devemos aguardar a conclusão, o resultado da CPI, para depois, julgarmos ou não, culpados, se existirem. Acho que, o Secretário tem agido com lisura, com competência, mas, prefiro aguardar a definição da CPI.

Com relação às palavras do Deputado Algaci Túlio, nós devemos dizer que também estamos preocupados com o problema dos policiais em nosso Estado, a Polícia Civil, principalmente. Mas, não podemos concordar quando o Deputado diz que existe falta de diálogo; que há mais de um ano existe falta de diálogo entre o Governo e os policiais civis.

Não é verdade; as conversações estão acontecendo. Foi colocada uma pauta à Mesa de negociação; houve contra oferta por

parte do Governo do Estado. O Governo analisou as suas possibilidades e fez a sua proposta, aos senhores policiais. E, numa reunião, inclusive de ontem à noite, quando se encontravam presentes o Dr. Renato Ortoloni, e o Diretor Geral da Secretaria da Segurança, Dr. Ricardo Mac Donald, ficou colocada, evidenciada a pretensão dos senhores policiais civis, que não é um aumento puro e simplesmente, e nem uma reposição salarial mensal, que o Governo se propôs a dar.

Além de 40% de aumento, dividido em duas parcelas, o Governo se propõe, digo, se propôs a fazer uma reposição salarial mês a mês.

E, nesse momento então, sentiu-se que o que os senhores policiais civis querem mesmo é isonomia com os Senhores Delegados de Polícia.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Deputado, eu me inscrevo para um aparte, posterior.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu o darei no Horário da Liderança do PMDB, porque agora não me é possível.

O SR. RAUL LOPES - Perfeitamente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - É evidente, Senhores Deputados, que o Governo não vai poder arcar com todas estas isonomias. Não existe Governo que suporte e nem contribuinte que agüente pagar impostos apenas para o Governo pagar os funcionários públicos: policiais civis com delegado, delegado com promotor, promotor com juiz, juiz com desembargador, desembargador com Supremo Tribunal. E o Estado vai arrumar dinheiro aonde? Não existe má vontade do Senhor Governador e nem do Governo do Estado em negociar.

Achamos justa a pretensão dos senhores policiais, mas, tudo tem um limite. Nós não podemos fazer uma Constituição para o Governador Álvaro Dias parar este Governo! Virão outros governos! E quando o contribuinte terá condições de pagar impostos, impostos, impostos e mais impostos para que estes pleitos, estes desejos todos sejam atendidos?

Então, Deputado Algaci Túlio, a boa vontade, realmente, existe. Nós sentimos que os senhores policiais civis - como também os militares - precisam ter um aumento. Inclusive parece-me que com os militares está havendo um acerto. Nós entendemos e concordamos, simplesmente o Governo oferece dentro do seu limite, fora deste limite não pode oferecer mais. E se a solução for a greve nós vamos ter que suportar uma greve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No grande expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais integrantes desta Casa de Leis.

Em se falando, Senhor Presidente, em Casa de Leis, nós, jamais, poderíamos deixar de comparecer à tribuna para esclarecer alguns fatos que ocorreram e foram publicados na "FOLHA DE LONDRINA" do dia 06 de agosto de 1989. Mais uma vez, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Parlamento foi denegrido, este Parlamento foi injuriado, foi criticado, o que realmente nos preocupa a situação momentânea em que vivemos no dia de hoje. Se a crítica partisse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de uma pessoa que não tem conhecimento, que não ocupasse nenhum cargo no alto escalão do Governo, se fosse uma pessoa simples, que não tivesse os conhecimentos necessários, seria até aceitável, mas, aceitar uma crítica da forma violenta, da forma agressiva, da forma desumana, da forma irracional como foi proferida por Sua Excelência o Secretário da Agricultura, Senhor Osmar Dias, é inaceitável, é inaceitável, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não se chama de palhaço quem nem sequer se conhece! Não se chama a mãe, nem do mais infeliz, de puta a qualquer momento para um cidadão vir ofender a mãe de quem quer que seja. Esse homem deveria pensar um pouco mais quando diz que a mãe de alguém é puta.

Eu vou dizer, em resposta a ele, que reconheço, entre tantas outras virtudes, que a mãe dele tem uma virtude maior ainda: criou, gerou e educou nada menos e nada mais do que o atual Governador do Paraná. Essa é uma virtude, essa é uma honra e essa é a grande ofensa que eu posso dizer ao Secretário de Estado, a sua mãe Senhor Secretário, merece da nossa parte o maior carinho possível, porque ela gerou Sua Excelência o Governador Álvaro Fernandes Dias, que governa este Estado.

Meus companheiros, meus caros Deputados, Senhor Presidente, passei a noite de domingo para segunda-feira, não preocupado comigo, por ele ter me chamado de palhaço, por ele ter chamado a minha esposa de funcionária vagabunda da Assembleia Legislativa, coisa que ela não é.

Não me preocupei com isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mas me preocupei com minha mãe, uma senhora viúva de 67 anos de idade, que cuida da sua propriedade, que vive junto dos seus filhos, que vive junto das suas noras, que vive

junto com seus netos, que vive junto com sua neta. A minha mãe não tem nada a ver com o político Valderi Vilela, mesmo que ele fosse agressor, ela tem que ser respeitada, ela tem que ser cativada no seu canto, porque o grande mal que ela fez foi criar sete filhos e uma filha. Um é mecânico, o outro é agricultor, o outro o povo do Paraná quis que fosse Deputado, uma é professora, outros são auxiliares de escritório, mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, ela não é nada disso que o Secretário da Agricultura disse. Ela nunca foi isso, eu tenho certeza, porque convivo com ela há 40 anos, jamais admitiria que alguém falasse isso da minha mãe, sem que eu lhe dissesse, sem que eu retrucasse, sem que eu sentisse profundamente, naquilo que o homem tem de mais sério, de mais honesto, de mais puro, que é seu coração, a sua mente e a sua alma.

Eu considero o Secretário da Agricultura um homem não preparado emocionalmente para ocupar o cargo que ocupa. Tecnicamente, profissionalmente, é um dos mais capacitados que este Estado possui. É um homem que profissionalmente vem executando, dentro da sua maneira, um trabalho sério neste Estado e durante dois anos e meio neste Parlamento jamais denegrimos a pessoa dele, da sua família, do seu irmão que é Governador ou de seus outros irmãos, que é também uma família numerosa.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando eu afirmo que ele é mal informado, é porque ele é mal informado.

Vejam o que ele disse e ele se referiu a todos os Deputados desta Assembleia que têm em seus gabinetes alguém vinculado à sua família. Ele disse que os Deputados precisavam criar leis para tirar os vagabundos dos seus parentes que não aparecem na Assembleia Legislativa e citou um exemplo: a esposa do Deputado autor da emenda é a chefe de gabinete dele. Ele está mal informado. Ou ele agiu de má-fé, porque a minha esposa já foi exonerada há oito meses, coisa que todos neste Parlamento já sabem e ele não tinha especificamente de ofender apenas o Deputado autor da emenda.

Ele foi mais longe: disse que o Deputado Valderi Mendes Vilela só aparece na Assembleia de vez em quando.

Eu invoco o testemunho da Presidência, do 1º Secretário, Deputado Tadeu Lúcio Machado, de todos os líderes que compõem os partidos políticos que integram a Assembleia Legislativa, se nós aparecemos só de vez em quando, podem emitir declaração que isto realmente ocorre. Mas, se nós frequentamos o Plenário, se nós vamos nas reuniões dos líderes, se nós participamos das reuniões da primeira Secretaria e na Presidência, na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão Constitucional, tam-

bem digam, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, para que o povo lá fora não pense que somos um bando de vagabundos, desocupados, que nada fazem, como disse o Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Fernandes Dias.

Mas, eu sei o porquê de tanta mágoa. É porque eu o conheço há tantos e tantos anos. Ele se formou, estudou, foi professor e Diretor da Escola Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, em Bandeirantes.

É por isso, é porque os interesses eleitorais dele também estão na minha cidade de Bandeirantes. Mas, ele não poderia prejudicar a Constituição do Estado. Critique sim o Deputado Valderi Mendes Vilela. Esqueça a Assembléia. Esqueça a Constituinte. Esqueça os seus parentes. Esqueça, especialmente, a sua mãe.

Mas, Senhores Deputados, ele disse que nós teríamos que consultar os produtores rurais para ver se realmente o Deputado Valderi Mendes Vilela já ficou comendo grama na frente do Ministério da Agricultura, em Brasília, tentando conseguir verbas para o Paraná. A isto eu dou uma resposta. Fui eleito pelo povo do Paraná para criar leis, para representar o povo do Paraná para trabalhar na Assembléia, para reivindicar os interesses do nosso povo. Para comer grama frente aos Ministérios só quem votou em José Sarney para poder fazer isso. Eu não vou lá porque não votei em Sarney.

Outra coisa, Senhor Presidente, está mal informado Sua Excelência o Secretário de Estado da Agricultura. A emenda não o atinge. A emenda nossa não o atinge. Há um dispositivo na Constituição Federal assegurando o direito adquirido. Bastava a sua assessoria examinar tal fato que isso ele já não precisava mais fazer; tomar tamanha atitude desastrosa como ele tomou.

Enquanto os jornais do Paraná publicavam matérias elogiando esta Casa pela aprovação dessa emenda, fomos criticados violentamente por um homem que eu não sei se sabe, mas que aqui representa, este Parlamento representa o Poder Legislativo, o Poder mais forte do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é verdade também quando ele afirma taxativamente que nós fizemos uma emenda apenas para tirá-lo de Secretário da Agricultura. Todos sabem, todos sabem que a nossa emenda visa proibir a nomeação, a partir da promulgação da Constituição em todos os Poderes do Estado do Paraná, atingindo também o Tribunal de Justiça, lógico, o Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas.

Por que? Por que denegrir? Por que inventar mentiras? Por que denegrir o Parlamento, como fez quando veio aqui tentar

agredir o atual Secretário e Deputado Rubens Bueno, como fez quando tentou agredir o Deputado Algaci Túlio? Isso não pode ocorrer: isso tem de acabar no Paraná. Vamos torcer para que ele venha para cá em 1991, e aí certamente ele saberá respeitar o Parlamento, o Poder do qual ele fará parte se o povo o eleger como Deputado, a meta que ele está tentando atualmente.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência concede-me um aparte.
(Assentimento).

Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, Senhor Presidente, Senhores Deputados. O PDC manifesta a sua total e irrestrita solidariedade ao Deputado Algaci Túlio ante a nefasta, grotesca, brutal agressão verbal sofrida e partida, infelizmente, de um Secretário de Estado do nosso Governo.

Entendo que a agressão, Deputado Valderi Mendes Vilela antes de mais nada, não se limita a Vossa Excelência, mas ela atinge esta Casa como um todo; e acredito que a Mesa Executiva desta Casa deva emitir uma nota oficial de protesto por tudo aquilo que foi dirigido contra o Deputado Valderi Mendes Vilela e de um modo geral contra todos os Deputados desta Casa.

Nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, inicialmente é interessante o desvario que tomou conta do Secretário da Agricultura em razão da aprovação da emenda de Vossa Excelência. E é preciso recordar alguns detalhes que antecederam a discussão dessa emenda para se ver a postura com que se houveram os Senhores Deputados em todas as fases e a falta de postura do Secretário da Agricultura.

Existiam 4 ou 5 emendas sobre a matéria e elas foram inicialmente analisadas na comissão de líderes no colegiado de líderes. Naquela ocasião recordo-me perfeitamente que, entre outros Deputados, eu fui um dos que afirmei que, quando se invocou o exemplo do Secretário da Agricultura, era ele até uma das poucas coisas boas que existiam no Governo Álvaro Dias pelo seu dinamismo, pela sua forma de tentar acertar alguma coisa em favor da Agricultura do Paraná.

Ninguém na comissão de líderes fez qualquer crítica à atividade ou à pessoa do Senhor Osmar Dias. Quando as emendas vieram para discussão no plenário desta Casa - e a discussão foi longa não se ouviu um Parlamentar sequer fazer críticas, quer ao trabalho de Osmar, quer à pessoa de Osmar Dias. E eis que ele vem com palavras, com acusações, e principalmente vocábulos, que não se escuta de modo algum numa casa de respeito. Atingiu Vossa Excelência profundamente, mas também atingiu esta Casa.

E eu lamento que o Senhor Governador

do Estado - e esta é a primeira vez que eu critico o Senhor Osmar Dias; se houvesse por parte do Governador do Estado respeito a esta Casa, o Senhor Osmar Dias deveria estar na rua no mesmo dia em que o fato ocorreu porque ele agrediu a um dos poderes legítimos do Estado e infelizmente ele está na Secretaria da Agricultura. E agora não se discute mais a competência ou não dele, mas a existência ou não de equilíbrio mental para que ele possa exercer esse cargo.

Fica o nosso apoio a Vossa Excelência, o nosso protesto e a nossa certeza de que a Executiva da Casa lançará nota oficial; e quanto à expressão final publicada pelo jornal, eu lamento que ela tenha partido de um Secretário de Estado e, dadas as circunstâncias de ter sido proferida em público eu acredito que deva ser uma expressão usual na residência dele, Secretário da Agricultura. Na nossa não é e nesta Casa também não.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu agradeço o aparte do Deputado Edmar Luiz Costa e concedo o aparte ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Deputado Valderi Mendes Vilela, Senhores Deputados.

Em nome da bancada do PSDB, a Bancada Tucana da Assembléia Legislativa, no primeiro momento, nos apressamos em prestar a nossa solidariedade ao Parlamentar atingido e achincalhado por um homem que exerce função pública de Secretário de Estado da Agricultura - Senhor Osmar Dias. A nossa plena e total solidariedade pelas agressões sofridas que não ficam, apenas, na mera expressão verbal. A palavra, e por falar na palavra me ocorre uma citação do Ministro Taleyrand, que eu encontrei registrado num pedaço de jornal da "Folha de Londrina", numa das reuniões da liderança na Constituinte e anotei. Dizia tal Ministro da França no século XIX: "A palavra foi dada ao homem para ocultar o pensamento".

Na verdade para o Secretário Osmar Dias, a palavra foi dada ao homem para ocultar o pensamento. Por que ele usou da palavra sem o raciocínio. Taleyrand nos dá uma lição quando fala que a palavra nos foi dada para ocultar o pensamento. Seria bom que o Secretário Osmar não tivesse usado a palavra e ficasse apenas no pensamento, aquilo que ele pensou em fazer, numa agressão individualizado, a Valderi Mendes Vilela e, quando, na verdade, estendeu a agressão a todos nós, a todos os parlamentares. Porque a sua indignação com a emenda não é uma agressão ao Parlamentar, não é apenas uma agressão ao Parla-

mento, é uma agressão à própria Constituinte que decidiu, soberanamente. Em primeiro plano, num entendimento de lideranças e no plano soberano da decisão: no plenário da Comissão Constitucional. Sabe, Vossa Excelência, que inúmeros parlamentares apresentaram emenda no mesmo sentido, inclusive a minha emenda que se referia, especificamente, aos parentes do Governador. Mas não é só isto, não é apenas ao Governador, é a todos. É uma medida que a própria sociedade clama e eu até reconheço que é uma decisão radical, é uma decisão que, neste momento, precisa, realmente, ir na raiz e proibir, em todos os níveis e em todos os âmbitos a nomeação de parentes para dar essa satisfação à sociedade. E o Secretário Osmar Dias vai contra esse clamor da sociedade e se coloca como um homem incompetente, agredindo a Constituinte, dizendo que está trabalhando! Usando expressões de que se deve comer grama na frente do Palácio do Planalto.

Vossa Excelência foi muito feliz quando afirma, que outro seu irmão que exerce a função de Governador, realmente frequentou muito os gramados do Palácio do Planalto, para garantir esse malsinado ano em que Sarney exerce o mandato. Na época da discussão dos 4 anos ou dos 5 anos, quando aqui, vários parlamentares tomavam a diretriz de que 4 anos eram suficientes, era suportável. O Governador e o seu irmão, e outros governadores, se consorciaram e deram mais um ano ao Presidente. Que constitui, na verdade, uma década de sofrimento.

Este trabalho ele deveria exaltar, deveria se orgulhar de ter contribuído para que Sarney continuasse no Governo por mais um ano, no desgoverno por mais um ano. As agressões, quando a constituinte aprova uma medida moralizadora, faz com que - neste momento ao lhe prestar a solidariedade - levantemos a questão da sua soberania, da soberania desta Assembléia e das suas decisões. Não seria um recado do Secretário para que nós não aproveamos isto? Afinal a emenda não foi dirigida a ele mas a todos. Todos nós estaremos impedidos de nomear parentes, não apenas o Secretário Osmar que terá de entregar o chapéu no dia 06 de outubro, porque a Constituinte vai manter o texto que foi aprovado com a contribuição de Vossa Excelência.

Desta maneira, ao encerrar este meu pronunciamento, presto esta solidariedade, inclusive o Deputado Haroldo que por outro Secretário também é agredido, chamando-o de inedôneo.

Um dos Secretários desce ao nível de chamar de palhaço, de agredir a mais santa das mulheres, que é a mãe da gente. O outro, coloca sob suspeita a própria CPI que investiga dos desmandos da Saúde. Essa articulação, este medo da independência é de

gente que não está acostumada com a prerrogativa que o Parlamento tem hoje. A melhor resposta que podemos dar é acentuar a fiscalização e o controle deste Governo e de seus assessores agressores.

Muito obrigado, ilustre Deputado

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu agradeço o aparte do Deputado Nereu Carlos Massignan e gostaria de esclarecer que realmente o Deputado Massignan tem razão. A Emenda n. 341, do Deputado José Rogério Carvalho era de quase o mesmo teor; a Emenda n. 624, do Deputado Pedro Tonelli, a mesma coisa; a de n. 762, do Deputado Edmar Luiz Costa, um pouco até mais abrangente, segundo os acordos das lideranças vamos apresentar emenda também proibindo a contratação de parentes para os cargos de confiança, abrangendo as Estaduais, as sociedades de economia mista, Deputado Edmar, é a sua própria emenda.

Há emenda do Deputado Nereu Massignan, há emenda do Deputado Lindolfo Júnior, todas elas são moralizadoras do Poder Público Estadual. Moralizadoras. E isso é o que ocorre neste Paraná quando se pretende moralizar, quando se quer moralizar a partir de uma data, você é chamado de palhaço, de vagabundo e de outras coisas que não mais repetirei neste Parlamento.

O Sr. Algaci Túlio - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu gostaria, Senhor Presidente, de ler toda a matéria que foi publicada na "Folha de Londrina". Mas, solicito de Vossa Excelência que considere como lida e que seja registrado nas notas taquigráficas desta Casa, para que daqui a cinquenta anos os Deputados que aqui estiverem vejam como foram ofendidos os Deputados Constituintes de 1989.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

VALDERI MENDES VILELA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o n. 7.301-PR, ora no exercício de mandato parlamentar estadual, residente e domiciliado à Rua Angelo Sampaio n. 2808 - Jardim Champagnat, em Curitiba/PR, por seu procurador ao final assinado (instrumento anexo), com endereço profissional à Rua Augusto Severo, n. 825 - Alto da Glória, em Curitiba/PR, onde recebe as comunicações d'estilo, vem mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência.

R E P R E S E N T A R

contra OSMAR FERNANDES DIAS, brasilei-

ro, separado, engenheiro agrônomo, atualmente exercendo a função de Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, com endereço profissional à Rua dos Funcionários n. 1559, em Curitiba-PR, pelos crimes de DIFAMAÇÃO E INJÚRIA

previstos nos arts. 139 e 140 do Código Penal, pelo que amparado no art. 39, §§ 2º e 5º do Código de Processo Penal, relata e requer o que segue:

I - O EVENTO CRIMINOSO:

1. Em sessão pública do 12º Encontro de Rizicultores, realizado neste último final de semana na cidade de Querência do Norte, em pronunciamento proferido a mais de 300 participantes, como informa a Folha de Londrina, edição de 06 de agosto de 1989, após nominar o Representante, o Representado desferiu-lhe as seguintes imputações:

"Relembrando a emenda apresentada pelo Deputado Valderi Mendes Vilela, Osmar Dias disse:

- Alguns Deputados deviam fazer leis para tirar parentes vagabundos, que não aparecem na Assembléia.

E citou um exemplo:

- A chefe de gabinete do Deputado que apresentou a emenda é a própria esposa dele. E desafio que proven que ela apareceu algum dia no trabalho. Só vai receber o pagamento. E, no entanto - continuou aparece um Deputado palhaço para elaborar essa emenda.

.....
- Mas, de repente, um Deputado, que só trabalha de vez em quando, apresenta uma emenda desse tipo, colocando em dúvida o trabalho como técnico, achando que tudo se deve ao fato de ser irmão do Governador. Eu só tenho, mesmo é que mandar para a puta-que-o-pariu".

2. Pela figura dialética da irrogação, é de se esperar que a defesa do Representado argua-lhe INSANIDADE MENTAL, derivativa do reconhecido destempero emocional que, em episódios diferentes, com a mesma indene virulência verbal, vilipendiou a honorabilidade do Deputado Rubens Bueno, agrediu o Deputado Algaci Túlio, para reeditar agora, através de afirmações inverossimes, subreptícias e criminosas, engendradas quem sabe, das pocenas de assessores despreparados que, mal informados ou desconhecedores do processo legislativo constitucional em marcha, implantaram-lhe as opiniões que tão infelicitadamente foram dispostas.

3. Com a mesma veemência com que agrediu o trabalho da Assembléia Estadual Constituinte, o Representado, no desvario de sua desabrida inconsequência, atinge a probidade, a seriedade e a compostura moral do Representante, que ao contrário do que enseja a demente reverberação do Re-

presentado, tem pautado a sua conduta ética de forma a honrar, com dignidade e decoro, o mandato que a vontade popular lhe delegou, o que o desloca da mira das acusações improcedentes que o Representado lhe assaca, e dos impropérios que lhe foram desferidos.

4. As circunstâncias, é dever do Representante informar que:

a). desconhece que sua esposa ou parentes, tenham vínculo empregatício com a Assembléia Legislativa do Estado, ou qualquer outro órgão governamental;

b). o quadro de suas frequências ao Plenário da Assembléia Estadual Constituinte ou das Comissões Permanentes que integra, é o mais legítimo atestado de que sempre cumpriu os deveres e obrigações inerentes à investidura do mandato que exerce, inobstante não carreie elogios em causa própria, nem faz proselitismo sobre as conquistas de benefícios populares oriundas do seu trabalho parlamentar;

c). repudia a pecha de "palhaço";

d). quanto à invocação de sua mãe, o Representante tem a esclarecer que, aos 67 anos de idade, viúva, criou, entre o Deputado, outros filhos: um mecânico, uma professora, dois agricultores e dois auxiliares de escritório, e vive no recesso de seu lar, cuidando de suas propriedades, cercada de seus filhos, genro, noras, netos e neta. Da mesma forma, ao ensejo, o Representante sente-se no dever de homenagear a mãe do Representado, que no seu currículo de virtudes, gerou, criou e educou, também, o Excelentíssimo Sr. Governador do Paraná.

O HOMO SAPIENS, embora seja a única criatura dotada de razão, é também a única, como se observa, que é capaz de sujeitar as suas efêmeras verdades a coisas irracionais ou interesses de ocasião.

5. Por oportuno e conveniente, o Representante deve ressaltar que a Emenda Constitucional produzida, e que causou toda essa ira celenita, não pretendeu alcançar o Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, nem questionar o trabalho que ven desenvolvendo. Se assim, ignorantemente procedesse, estaria omitindo o "direito adquirido" do Representado, que a Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXVI, lhe confere. Ou o Representado desconhece o grau de nepotismo que gangrena a administração pública paranaense? Quais, então, os inóspitos motivos que nortearam a vociferação contundente do Representado? Que interesses menores o estariam ditando? Seria esse o comportamento plausível de quem, APENAS COMO TÉCNICO, trabalha!? ATÉ ONDE É ACEITÁVEL QUE O REPRESENTADO, DE BOA FAMÍLIA, DE FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA, EXERCENDO FUNÇÃO PÚBLICA DE NOTÓRIA RESPONSABILIDADE, SE COMPORTE COM TÃO INFIMO

PADRÃO DE DISCERNIMENTO? Da atividade política, assim, só nos restará concluir, como George Orwell, em suas elucubrações concluiu, que TODOS OS ANIMAIS SÃO IGUAIS, MAIS ALGUNS SÃO MAIS IGUAIS QUE OUTROS. É lastimável, deve-se confessar.

II - QUALIFICAÇÃO DOS CRIMES:

DIFAMAÇÃO: art. 139 do Código Penal.

Na lição de Bento de Faria:

"É a ofensa à reputação da honra alheia, comunicada pelo agente, a outros, ao público, mesmo na ausência do ofendido. Vale dizer que, se atribui a alguém um procedimento, um caso, que compromete a reputação".

Na mesma linha de entendimento, o Tribunal de Alçada de SP, através do MM. Juiz Albano Nogueira, assim pronunciou-se:

"A difamação consiste na imputação de fato que, embora sem revestir caráter criminoso, incide na reprovação ético-social e é, portanto, ofensivo à reputação da pessoa a quem se atribui." (AC-JUTACRIM 50/389).

Advirta-se, entretanto, que a exceção da verdade não é admissível em relação ao fato ofensivo da reputação, também objeto da acusação.

INJÚRIA: Art. 140 do Código Penal.

Na definição de Bento de Faria:

"É expressa pela ofensa à dignidade ou ao decoro de alguém. Todo o indivíduo tem o direito de não ser ofendido e, assim, protegendo-o a lei visa não somente resguardar o seu interesse pessoal como, também, o interesse público da vida coletiva, evitando a sua perturbação pelas inimizades, ressentimentos, ódios ou vinganças".

Sobre esta definição, é pertinente acrescentar-se o proferido pelo MM. Juiz João Guzzo, do Tribunal de Alçada Criminal de SP:

"A imputação de fato ofensivo a alguém, com o intuito de molestá-lo, confundir-lo ou humilhá-lo, configura o delito de injúria." (AC-RT 399/290).

III- O REQUERIMENTO:

POR TODO O EXPOSTO, o Representante requer que se digne Vossa Excelência, em recebida a presente, dar vista ao Órgão do Ministério Público para que, após o persecutório indiciário, a comprovarem-se os requisitos de autoria, materialidade e culpabilidade, seja apresentada a denúncia, com o objetivo de promover-se a competente ação penal pública.

Arrola as testemunhas nominadas em anexo, e protesta por todas as demais provas asseguradas em lei.

Nestes termos,
P. e E. Deferimento.
Curitiba, 08 de agosto de 1989.
pp. (a) ilegível.

Curitiba, 08 de agosto de 1989.
(a) VALDERI MENDES VILELA

JORNAL "FOLHA DE LONDRINA"
06.08.89.

ROL DE TESTEMUNHAS:

1. O jornal "FOLHA DE LONDRINA", através de seu redator da Sucursal de Paranaíba-PR, que redigiu a matéria;

2. NEREU CARLOS MASSIGNAN, brasileiro, casado, Deputado Estadual, Líder da Bancada do PSDB;

3. EDMAR LUIZ COSTA, brasileiro, casado, Deputado Estadual, Líder da Bancada do PDC;

4. LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA, brasileiro, casado, Deputado Estadual, Relator da Comissão Constitucional;

5. BASÍLIO ZANUSSO, brasileiro, casado, Deputado Estadual, Presidente da Comissão Constitucional;

6. TADEU LUCIO MACHADO, brasileiro, solteiro, Deputado Estadual, 1º Secretário da Assembleia Estadual Constituinte;

7. ANIBAL KHURY, brasileiro, casado, Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Estadual Constituinte,

todos com endereço na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em Curitiba - PR.

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: VALDERI MENDES VILELA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob o nº 7301-PR, ora no exercício de mandato parlamentar estadual, residente e domiciliado à Rua Angelo Sampaio, 2808, Jardim Champagnat, em Curitiba - PR.

OUTORGADO: DEMETRIO BALDASSO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB-PR, sob o nº 13.743-B, com escritório profissional à Rua Augusto Severo, 825, Alto da Glória, em Curitiba-PR.

PODERES: Amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia.

ESPECIAL: Para REPRESENTAR, criminalmente, perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ou foro competente, contra OSMAR FERNANDES DIAS, brasileiro, separado, engenheiro agrônomo, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, com endereço profissional à Rua dos Funcionários, nº 1559, em Curitiba - PR, pelos crimes de difamação e injúria.

OSMAR DIAS CRITICA OS CONSTITUINTES

O Secretário da Agricultura, Osmar Dias, fez duras críticas aos Deputados da Comissão Constitucional que aprovaram emenda à Constituição do Estado que, entre outras coisas, proíbe que parentes do Governador ocupem cargos de confiança. O principal alvo dos ataques foi o Deputado Valderi Vilela, do PDT, chamado até de palhaço pelo Secretário, que é irmão do governador Álvaro Dias. (Pág. 3).

OSMAR DIAS CHAMA DEPUTADO DE PALHAÇO

PARANAVAI (Da sucursal) - O Secretário Osmar Dias, da Agricultura, teceu duras críticas aos Deputados da Comissão Constitucional que aprovaram emenda à Constituição Estadual, que não permite, entre outras medidas, que parentes do Governador ocupem cargos de confiança como o de Secretário, por exemplo. O principal alvo dos ataques foi o Deputado Valderi Vilela, do PDT, chamado até de palhaço pelo Secretário da Agricultura.

Osmar compareceu ao 12º Encontro de Rizicultores realizado em Querência do Norte, sendo saudado na abertura pelo prefeito anfitrião, José Edgar Pereira. O Prefeito lamentou as críticas que Osmar tem recebido, ressaltando que quando um Secretário começa a trabalhar realmente pelo engrandecimento do Paraná, aparecem pessoas querendo lhe puxar o tapete.

Osmar Dias falou da importância do encontro e de críticas que tem recebido: "Alguns Deputados estaduais, preocupados com as eleições e não com o seu trabalho, para se manter no cargo, pisam até em cima da mãe". Relembrando a emenda apresentada pelo Deputado Valderi Vilela, Osmar Dias disse; "Alguns Deputados deviam fazer leis para tirar parentes vagabundos, que não aparecem na Assembleia". E citou um exemplo: "A chefe de gabinete do Deputado que apresentou essa emenda é a própria esposa dele. E desafio que proven que ela apareceu algum dia no trabalho. Só vai receber o pagamento". "E no entanto - continuou, aparece um Deputado palhaço para elaborar essa emenda".

Osmar disse que se a emenda for aprovada vai convocar todos os produtores rurais para que compareçam em frente à Assembleia Legislativa e mostrem o que os homens que trabalham a terra desejam. E prometeu: "Vou fazer um movimento muito mais eficiente do que esses que o PDT costuma realizar". O Secretário, durante o

discurso a cerca de 300 pessoas, fez mais alguns desafios: "Será que esse Deputado já sentiu o cheiro de bosta de vaca? Será que ele já foi comer grama em frente a algum Ministério para trazer verbas para o Estado?"

O Secretário também lembrou que a "Folha de Londrina" recentemente disse que era o auxiliar do Governador Alvaro Dias mais bocudo. Disse que realmente há coisas que o irritam, e nessa hora o que menos importa é a ética. "Tenho feito muito pelo Estado nesses dois anos e meio de governo. Mas, de repente, um Deputado que só trabalha de vez em quando, apresenta uma emenda desse tipo, colocando em dúvida o trabalho como técnico, achando que tudo se deve ao fato de ser irmão do Governador. Eu só tenho mesmo é que mandar para a puta-que-o-pariu".

O Deputado Eduardo Baggio, que também participou do encontro, garantiu que na votação em plenário será um dos contrários à aprovação dessa emenda.

Na sequência concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nobre Deputado Valderi Vilela, a Bancada do PDT, evidentemente, está solidária para com Vossa Excelência bem como o Partido Democrático Trabalhista, na sua reunião de ontem da Executiva, e nós como Vice-Presidente do Partido tiramos uma posição de solidariedade ao companheiro.

Na verdade, Deputado Valderi Vilela e demais Deputados, vindo do Senhor Osmar Dias, tudo se pode esperar. Aliás até hoje não está explicado ainda o escândalo do PROMOPAR, em que o Sr. Secretário foi acusado pelas funcionárias denitidas como sendo o homem responsável pela caixinha da campanha do PMDB. E, por ocasião daqueles fatos, o Sr. Secretário foi a um canal de televisão e deu uma entrevista onde repetiu quatro vezes: "ladras, mentirosas, ladras e vagabundas e onde é que elas enfiaram as provas?". Vê se isso é palavreado de um Secretário de Estado que vai à televisão e diz: "onde é que essas ladras e vagabundas enfiaram as provas?".

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados até que ponto nós chegamos.

Esse mesmo Secretário que esteve nesta Casa em um ato solene representando o seu irmão, o Governador, e não teve a devida responsabilidade, o respeito ao Parlamento quando nós fomos cumprimentá-lo e fazer às vezes evidentemente dos homens da Casa, recepcionando as autoridades, não nos deu a mão, nos ofendeu e nos ameaçou ainda de uma agressão física.

Esse mesmo Secretário, que foi acusado aqui nesta Casa, recentemente, pelo Deputado Alborghetti, "estar desviando combus-

tível", e que o Prefeito de uma das Cidades confirma que realmente está havendo esse desvio de combustível.

E esse mesmo Secretário, que segundo informações reside numa Casa do Governador do Estado do Paraná, que é lá no Canguiri, segundo as informações, ele está morando onde morava antes o Governador do Estado José Richa, e agora ele ocupa a Casa do Estado, sem pagar aluguel certamente, e usufruindo dos privilégios de morar numa propriedade do Estado do Paraná que todos nós paranaenses pagamos para comprar.

Então esse é o Secretário Osmar Dias, evidentemente que eu estou procurando separar o problema pessoal que existe entre eu e esse elemento.

Mas, estou mencionando os fatos que o envolveram nestes últimos dias aí, nestes últimos meses, e dizendo mais, que contra ele existe um inquérito policial no município de Palmeira, fazer lembrar esta Casa agora, processo que se encontra de posse do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que por maneiras outras eu não sei quais, está parado. Eu tenho dois processos na justiça, nunca me neguei de falá-los, estão lá parados em função da Função que eu exerço hoje Parlamentar, ele está parado por um direito que temos nós Parlamentares, mas na hora que eu deixar de ser Deputado, que eu deixar de ser Parlamentar, vou ter que pagar pelo crime que a justiça me condenou. Muito embora entenda, e tenha a certeza de que não cometi o crime de calúnia e difamação.

Mas, o Osmar Dias, tem lá o processo em Palmeira, está nas mãos do Tribunal de Justiça, processo de notas promissórias e me parece falsificação, coisa parecida, que certamente na sequência vai aparecer aqui nesta Casa.

Então portanto, eu quero deixar aqui a minha solidariedade pessoal ao companheiro Valderi Vilela, um dos mais ativos Deputados desta Casa, um dos mais presentes às sessões desta Casa, e para lembrar ainda, que esse mesmo Secretário fez até acusações ao nobre Deputado Presidente da Comissão Constitucional Basílio Zarusso, quando na época se referiu a esse caso do Promopar, dizendo, que talvez tenha sido o único pronunciamento feito por Basílio Zarusso ao longo de muitos anos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Desrespeitando um dos mais nobres, um dos mais antigos Parlamentares desta Casa, na verdade é um cidadão destemperado, lamentavelmente, faz parte do Governo do Estado do Paraná, como talvez, fosse um pouquinho mais além da Casa de Canguiri, e fosse até o manicômio judiciário, onde seria melhor a sua residência.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Vossa Exce-

lência permite-me um aparte?

O SR. VALDERI VILELA - Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Artagão Mattos Leão, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - É verdade, ilustre Deputado Valderi Vilela, "que nem todos os caminhos são para todos caminhantes".

Vossa Excelência vinha fazendo um pronunciamento brilhante. Pronunciamento que me tocou fundo, ilustre Deputado, Vossa Excelência com seu pronunciamento, demonstrou que realmente está capacitado para ser um Parlamentar, para ser um Constituinte.

E eu evidentemente pretendia parabenizá-lo, mas no meio disso tudo, entrou o Deputado Algaci Túlio.

Deputado Algaci Túlio, que critica o Secretário Osmar Dias por usar as palavras "ladras e vagabundas", palavras que ele usa diariamente em seu programa de rádio. Deputado que acusa o Secretário de desviar combustível sem poder provar, Deputado que acusa o Secretário de residir em casa do Governo do Estado, quando ele não tem certeza disso, quando talvez algum dos seus informantes, entre aspas, lhe passou. Deputado que diz que o Secretário Osmar Dias não presta porque tem vários processos, sendo que este Deputado deve ter muito mais processos contra ele do que o Secretário...

O SR. ALGACI TÚLIO - Treze processos, Deputado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Então, é evidente Senhor Deputado Valderi Vilela, que têm caminhos e existem caminhos. Vossa Excelência deve e merece a minha consideração. Mas, não podemos aceitar de forma nenhuma as palavras do Deputado Algaci Túlio, que é "useiro e vezeiro" em fazer estas acusações! É "useiro e vezeiro" em ouvir dizer e vir a este Plenário fazer denúncias! Algumas delas talvez ele tenha que provar um dia. Deixa o Deputado Algaci Túlio de ter razão quando desce ao mesmo nível. Continua Vossa Excelência tendo razão e meus respeitos, porque fez um pronunciamento limpo, um pronunciamento claro. Fez a sua defesa com competência e não agrediu ninguém!

O SR. VALDERI VILELA - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, Líder do Governo, e vou esclarecer um fato, nobres Deputados, Senhoras Deputadas, Senhor Presidente, demais integrantes desta Casa; esta Casa é composta por 54 Parlamentares, dirigida por um Comissão Executiva. Existem vários Líderes. Líderes

do Governo, inclusive. Com nenhum deles, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tivemos atritos, nos diferentes posicionamentos ideológicos, às vezes até abrindo mão de uma idéia, de um pensamento, para se fazer um consenso, nesta Casa. Isto é o que nós podemos dizer. Somos 54 Parlamentares, perto de 1500 funcionários que nós trabalhamos e dialogamos diariamente. Por isso, Deputado Artagão Mattos Leão, eu lhe agradeço de coração, porque V. Exa. sim, V. Exa. no que diz respeito à nossa pessoa, age com uma honestidade incrível. Aquela mesma honestidade que nós procuramos apregoar, desenvolver e atuar dentro da Assembléia Legislativa. Mas, tenho a certeza, o "episódio Secretário Osmar Dias" passará. Nós estamos ingressando com um processo na justiça. Acabamos de dar entrada no Tribunal de Justiça, agora há pouco. Vamos para os meios legais. Mas, nenhum fato, Senhores Deputados, deixará nos amedrontar e de procurar cada vez mais moralizar o serviço público do Paraná, porque aí nós contamos com o apoio dos 54 Deputados que compõem esta Casa, com o apoio da Executiva.

Eu concedo, novamente, aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio e pediria que fosse rápido, para a minha conclusão, ainda.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Valderi Vilela, eu entendo a situação do Deputado Artagão Mattos Leão, porque tem evidentemente que defender o irmão do Governador. Ele é da Bancada do Governo do Estado.

Mas, o que eu falei aqui quando falei a respeito do desvio de combustível, foi o próprio Deputado Alborghetti que denunciou, nesta Casa. Foi o próprio Deputado Alborghetti que fez a denúncia com relação ao desvio de combustível.

Com relação ao termo de "ladras" e "vagabundas", é muito raro eu usar esses termos no programa. E quando o faço, faço em cima de uma posição já tomada pela polícia que já diz que o cidadão, que o elemento, ou que a pessoa está presa porque roubou, porque matou, porque violentou, porque estuprou, porque contrabandeou. Aí é diferente.

Agora, chamar as moças do Promopar de ladras e vagabundas sem ainda ter uma prova na mão é bem diferente Deputado Artagão.

De qualquer maneira eu respeito sua posição em função da função que exerce como homem da liderança do Governo.

Muito Obrigado.

O SR. VALDERI VILELA - O Sr. Presidente, para encerrar gostaria de solicitar a V. Exa. tendo em vista que nós já ocupamos também o horário da liderança do PDT, que

mandasse inserir como parte do nosso pronunciamento a representação que fizesse junto ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná de 10 laudas datilografadas, inclusive com a matéria. E solicitando também de V. Exa. como Presidente deste Parlamento que todas as demais medidas necessárias cabíveis ao caso fossem aplicadas, não em defesa do Deputado Valderi Vilela, mas do Parlamento que é o Poder Legislativo; o Poder que fiscaliza e o Poder que realmente tem que ser respeitado por todos os paranaenses e brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senhores e Senhoras integrantes desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência em pronunciamento feito no dia 18 de maio de 1989 dizia o seguinte:

"O respeito ao legislador é o fundamento da democracia.

Para exercitar as tarefas de representação democrática os legisladores tiveram asseguradas amplas prerrogativas pelo Artigo 53 da Constituição Federal: São invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

Ao assegurar amplas prerrogativas a representantes políticos da sociedade a Constituição adota o regime democrático conceituado pelos pensadores como o Sistema Representativo Pluralista. Nele a vontade política da sociedade se forma ao embate das correntes de opinião sendo o conflito mediatizado por regras de convivências civilizadas cuja finalidade é a conciliação das partes em proveito de uma solução comum".

A Mesa está solidária com o Deputado Valderi Vilela pelas infelizes palavras do Secretário de Agricultura Osmar Dias. E quer reafirmar perante o plenário que não tolerará ataques fora da ética contra qualquer dos Senhores Deputados mormente aqueles que estão no legítimo poder de Constituinte.

Ben, também quer dar a solidariedade ao Deputado Haroldo Ferreira pelas infelizes palavras do Secretário de Saúde Pública.

No horário das lideranças concedo a palavra ao PSDB, Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu venho a esta tribuna registrar nos anais desta Casa a minha análise sobre o evento mais importante que se desenvolve no País que é a eleição presidencial.

Eu não venho aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados para exaltar candidaturas.

Mas, venho aqui para cobrar o mínimo de coerência daqueles que se dizem coeren-

tes!

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados eu já não tenho mais dúvida de que o teatro que está aí montado, principalmente pelos grandes meios de comunicação deste País, para viabilizar um candidato, para representar os interesses das elites brasileiras, esse teatro tem que ter novos personagens. E eu entro nesse teatro, como personagem crítico que desejo ser, dos fatos que acontecem e que estão aí se desenvolvendo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o candidato que o sistema de comunicação deste País, construiu, baseado numa vontade subconsciente da população, precisa dar respostas aos fatos que sobre ele recaem. Já vieram a esta Tribuna, outros Deputados, para cobrar respostas, inclusive o Deputado Edmar Costa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o sociólogo Hélio Jaguaribe disse numa análise que fez aos meios de comunicação deste País: estão jogando com o subconsciente da população, porque vestiram naquele candidato que estão apoiando, e que se chama Fernando Collor de Mello, a roupagem que, no subconsciente da população seria o ideal. O candidato honesto, o candidato que combate as injustiças sociais, que combate os privilégios e quer o fim deles, que seja inteligente, que seja jovem, que seja elegante, enfim, esta é a vontade subconsciente do povo para com seus representantes. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os meios de comunicação que estão menos dominados vêm e trazem à população casos como o fato recente, da "Folha de São Paulo", da edição de ontem e de hoje, que diz que, em Alagoas, no Governo Collor de Mello, existia, no orçamento do Estado uma rubrica que destinava recursos para ser usado, secretamente, pelo Governador! Isso é coisa do "Reino de Avilan," e não do Brasil democrático e de candidatos que se dizem justiceiros! E se não chegasse, Sr. Presidente, a existência da rubrica da verga secreta, este candidato, gastou, nada mais, nada menos, em cinco meses, do que um milhão e cem mil dólares de verbas secretas, que não há necessidade de prestar contas! Mas, a escola que ele teve, a escola malufista, é claro que não poderia dar noutro exemplo. Esse candidato está aí, pelo Brasil afora, distribuindo presentes, muitas flores, muitas pousadas em hotéis, para seus apaniguados políticos e eleitorais, e ele precisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, explicar estes gastos absurdos, incoerentes, antiéticos e imorais, porque senão nós nos sentimos na liberdade de colocá-lo como suspeito de corrupção passiva, de corrupção ética, porque pode ser legal, mas é profundamente imoral a existência de uma rubrica de verbas secre-

tas e que já não são tão secretas assim, porque a "Folha de São Paulo" traz a relação e a destinação destas verbas, e elas sempre beneficiaram, fisiologicamente grupos, pessoas, ou um verdadeiro esbanjamento do dinheiro público!

É esse candidato, Sr. Presidente, Srs. Deputados perde o único atributo que lhe era dado, o caçador de marajás deste País, porque nunca se teve coragem nem os seus correlegionários eleitorais de dizer que ele é competente por exemplo; porque não é competente e está lá o estrago que ele fez no Governo de Alagoas. A infelicidade que ele está causando ao povo alagoano e que causou. Nunca se teve a coragem de dizer que ele vai ou que ele é capaz de enfrentar os grandes desafios que se impõem a um novo Presidente da República, como sanear o Estado, como levar este povo ao progresso e ao desenvolvimento econômico e social. Isto não é um atributo que lhe é dado, o único a ser honesto e de ser caçador de marajás. Mas os fatos denunciados pela imprensa e até hoje não respondidos, como por exemplo, o chuncho de cem milhões de dólares que ele fez com os usineiros e que o Tribunal de Contas obrigou que o Governo reduzisse para 1/4, transformando a devolução de cem milhões de dólares para vinte e cinco milhões de dólares do ICM dos usineiros. Ele também já não tem mais o atributo de "caçador do empreguismo", porque promoveu o empreguismo quando foi Prefeito de Maceió em 1982, empregando mais de três mil funcionários nos últimos dias da sua gestão como Prefeito, quando se desincompatibilizava para ser candidato a Deputado Federal, para ir ao Colégio Eleitoral votar em Paulo Salim Maluf. Ele precisa também e ele não tem o atributo e não tem moral para vir neste País dizer que falcaturou o Governo Sarney promoveu, porque no Governo dele também contratou irregularmente assessorias e de parentes dele, e que hoje são seus principais assessores e que foram os beneficiados com todos esses atos ilícitos, imorais, antiéticos e que eu aqui proclamo, corruptos.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

(Declina)

PTN com a palavra.

PRN.

Deputado Ferrari Júnior com a palavra.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, não pretendia fazer uso da palavra no horário do PRN, contudo, a presença há pouco do ilustre Deputado Paulino Delazeri me obriga aqui, vir e dizer, pelo menos duas pala-

bras, em nome até dos companheiros do PRN que aqui estão, depois do brilhante pronunciamento e da posição política do Deputado Paulino Delazeri, eu tenho impressão que o Fernando Collor de Mello já perdeu a eleição, é indiscutível! Citou o Deputado Paulino Delazeri que o povo brasileiro está sendo manipulado através do seu subconsciente, citou Fernando Collor de Mello e citou Maluf. Alguma coisa deve estar bem diferente do que traz aqui o ilustre Deputado. O povo brasileiro, acima de 40%, perde para Fernando Collor de Mello. Se ele vai ser o Presidente da República ou não vai ser são outros quinhentos. Isso é o povo que vai decidir e não será o subconsciente do povo, o que vai decidir, indiscutivelmente, será a posição marcante do povo nas urnas em 15 de novembro depois de tantos e tantos anos. Citou o Deputado Paulino Delazeri, o ex-Governador Paulo Maluf e falou em corrupção do ex-Governador de Alagoas.

Ora, ninguém neste País, mas ninguém, desde que acompanho a vida política nacional, ninguém foi tão acusado de corrupto neste País, como o Senhor Paulo Maluf. E ninguém neste País, desafiou tanto os seus acusadores como o próprio ex-Governador de São Paulo.

E, vejam bem, o homem que mais foi acusado de corrupção neste País, segundo pesquisas publicadas hoje, no "Estado de São Paulo" já passou na preferência popular, do candidato Mário Covas, "O Tucano", que se candidata à Presidência da República.

Então, alguma coisa está errada até na própria análise do Deputado Paulino Delazeri. Eu acho que ele tem que rever a sua posição para voltar em outra ocasião a esta tribuna, para fazer uma análise, como ele diz, que pretendia ser coerente.

Sinceramente, não entendi aonde ele pretendia chegar. E, quando ele citou Maluf, em duas ou três oportunidades, eu repito: o homem que mais foi acusado de corrupção neste País, já passa, já havia passado folgadoamente o candidato "Tucano" nas eleições, e agora passa, por incrível que pareça, o candidato Leonel Brizola, que indiscutivelmente, é um forte candidato a Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Há quinze anos o Paraná lutou para sediar aqui em Araucária, o pólo petroquímico. Mas, o gaúcho, principalmente o gaúcho de fronteira, bom brigador, bom guerreiro, que tinha amparado na retaguarda um gene-

ral do Rio Grande do Sul, que era o Presidente da República, conseguiu o pólo petroquímico, para o seu Estado.

Ao Paraná restou um prêmio de consolação: Projeto Xisto; Projeto que poucos acreditavam na sua viabilidade econômico-financeira: no retorno do capital que ali pudessem ser investido. Mas, o paranaense, como em todos os projetos em que se dispôs a levar avante, com a sua tenacidade, com a sua garra, peculiares ao povo do nosso Estado, tornou o Projeto Xisto rentável.

Quando faltam apenas 37 milhões de dólares para a conclusão do Projeto, a PETROBRAS, através do seu Conselho de Administração, diz à Nação que o Projeto Xisto seria desativado, cometendo com isto um ato de lesa ao Estado do Paraná.

As forças políticas do Estado, os segmentos sociais do Paraná levantaram-se como um todo, contra a pretensão da desativação do Projeto, e o Governador do Estado levou no bolso o Certificado de Enquadramento para o Projeto Xisto emitido pela FINAME, que faz parte do Sistema BNDS; e o Governador Álvaro Dias mostrou que o BADEP, agente financeiro do FINAME já havia locado recursos para financiamento de máquinas e equipamentos.

Mas, as operações não podiam ser concretizadas por causa da Resolução nº 1.469 do Conselho Monetário Nacional, que impede o repasse de recursos a estatais. Mas, este não era o principal argumento que o Governador levou a Brasília. Os números do Projeto Xisto é que falaram mais alto. Uma produção prevista por ano, de um milhão de barris de óleo de xisto, 17 mil toneladas de enxofre, 41 mil toneladas de gás de xisto, uma receita aproximada de 45 milhões de dólares anuais.

Então, eu pergunto: o que pode haver de errado com um Projeto que rende esta quantia, e que só desembolsou até agora 15 milhões de dólares previstos como investimento total na ordem de cento e três milhões de dólares? A briga do Governador Álvaro Dias e aí, então, é que dou razão também ao Deputado Antônio Annibelli, quando ele diz que ele próprio mais os Deputados Anibal Khury, Acyr Mezzadri e Max Rosemann lutaram a favor da continuidade daquele projeto. E aí que eu dou valor ao segmento político.

O Ministro Fialho veio ao Paraná e voltou impressionado. Ele viu lá a fábrica que a INCEPA está construindo, alimentada pelo gás de xisto da usina, e ficou sabendo que a fábrica vai gerar dois mil e quinhentos empregos, dez milhões de dólares em impostos, dezesseis milhões de dólares de exportações, noventa milhões de dólares de faturamento anual bruto. E o Ministro Fialho que não entende nada nem de minas e nem de energia, ele está lá porque é

compadre do Sarney, ficou sabendo mais: que o gás de xisto que a usina de São Mateus produz tem capacidade para abastecer três fábricas iguais àquela que a INCEPA está construindo, que vai proporcionar dois mil e quinhentos empregos anuais numa região, carente, numa região pobre. Ficou sabendo, ainda, que o gás de cozinha que a usina produz anualmente, vejam bem, Senhores Deputados, esqueceu disso o Nobre Deputado Antônio Annibelli, é suficiente para abastecer uma cidade de quatrocentos e cinquenta mil habitantes.

Eu pergunto: será pouco para um País que importa gás liquefeito a preço do dólar, gerados pela agricultura deste Estado e pela agricultura deste País?

Ao final do encontro entre o Governador e os Deputados Antônio Annibelli, Acyr Mezzadri, Anibal Khury, Max Rosemann, um encontro que houve com as chaminés da usina ao fundo, uma verdade ficou evidente: a reserva de xisto do Paraná é de um bilhão e oitocentos milhões de barris de óleo e temos tecnologia para aproveitá-la, isso que é o importante num País carente de energia renovável. Basta apenas que não nos atrapelhe, não se aborte um projeto que gera tantos empregos, que no momento está gerando quinhentos diretos e setecentos indiretos, que já tem 80% da realização física da sua obra encaminhada.

O que o xisto de São Mateus precisa é de vinte e um milhões de dólares para 1990. E este dinheiro será muito, vinte e um milhões de dólares, num Estado que produz tanto, que contribui tanto para o equilíbrio da balança comercial brasileira? Não é nada, vinte e um milhões de dólares não representa nada. Basta que o Presidente deixe de viajar duas vezes com cento e cinquenta convidados ao exterior, estão aí os vinte e um milhões de dólares. Eu não entendo a insensibilidade da tecnocracia deste País, não entendo sinceramente. Um projeto que, eu dei dados aí irrefutáveis, vai constituir São Mateus e região num pólo industrial. O que necessita aquela região que está lá adormecida desde a emancipação política do Paraná? Necessita, exatamente, do término do projeto xisto para que se torne uma região rica, para que se torne uma região orgulho do povo paranaense. Porque é aquilo que eu disse, os projetos tocados pelos paranaenses todos deram certo, todos, porque a usina do xisto não daria?

Então, está aí uma batalha que é necessário que os anais da Casa registrem que, nesta batalha, méritos ao Governador do Estado, méritos ao segmento político, aos Deputados que eu citei, que representam tão bem aquela região, mas que foram lá e bateram o pé e protestaram.

O Paraná tem um defeito, quando nós

perdenos o pólo petroquímico que seria de Araucária para o Rio Grande do Sul, eu não vi uma única voz paranaense no Congresso Nacional protestar.

Agora não, agora a coisa foi diferente, o segmento político teve um papel preponderante e decisivo, na vitória dessa questão.

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy, eu apenas quero cumprimentá-lo e dizer que não citamos os dados que Vossa Excelência citou, porque queríamos que a Assembléia tivesse conhecimento, os nossos Pares que eu sei que seriam unânime em nos apoiar nesta causa, mas para valorizar a figura do Governador, que partiu na primeira hora, com o segmento político, quando deveria talvez ter sido os nossos Senadores da República e aí Vossa Excelência tem razão quando há a distorção, um é candidato a Presidência da República, outro não sei aonde anda.

Nós fizemos um apelo ao Senador José Richa também, para que tomasse as providências, mas o Governador, no primeiro minuto partiu à frente e fez valer o seu prestígio. Não sei se o Governador não fosse o homem que é, se nós teríamos em quinze dias revertido este processo contra o Paraná, efetuado pelos tecnocratas incompetentes que governam este País.

O SR. ERONDY SILVERIO - Eu agradeço a Vossa Excelência e são gestos como este, posições como esta tomada pelo Governador, Álvaro Dias, é que me levam a apoiar a sua administração aqui na Assembléia Legislativa do Estado, porque ainda ele não me decepcionou, ainda ele tem colocado as questões paranistas acima dos seus sentimentos políticos pessoais. Ele tem sido um defensor intransigente das causas paranistas.

Por isso é que eu quis fazer este registro para que a Casa registre nos seus Anais, que o Governador do Paraná, que os Senhores Deputados que representam a região, na Assembléia Legislativa do Estado, ao contrário do Senado Federal, protestaram. Também aqui méritos ao Deputado Maurício Fruet que eu escutei pronunciamento de Sua Excelência, candente, veemente, condenado a atitude enusitada do Conselho de Administração da Petrobrás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à representação do PFL, se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à representação do PDS.

Com a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Pretendo requerer a devolução da mensagem do Governador Álvaro Dias, que cria mais um orçamento no Estado do Paraná para que o Palácio Iguazu corrija um evidente erro nas contas constantes da mensagem governamental.

Sua excelência ou os técnicos da Casa Civil, elaboram num erro matemático, Senhor Presidente, de mais de duzentos milhões de cruzados novos, quando pretendem, a guisa de fazer a readaptação do orçamento estadual, face aos altos níveis de inflação do Governo do partido a que pertence o Governador Álvaro Dias.

Sua Excelência pratica erros na contabilidade que apresenta à Assembléia Legislativa.

Inicialmente, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, apresentei esta tarde à Mesa da Assembléia Legislativa, um requerimento solicitando que a Mensagem do Governador fosse retirada da Ordem do Dia, por três sessões, para que nós pudéssemos fazer uma análise dos decretos de suplementação orçamentária já ocorridos no presente exercício.

Entretanto, verifiquei na Ordem do Dia de hoje, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que a matéria que é de Lei Orçamentária tem apenas o Parecer sobre a sua constitucionalidade, dado pela Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa.

Entretanto a matéria não foi nem à Comissão de Finanças e muito menos à Comissão de Orçamento. E, em consequência não pode ser analisada pelo Plenário nesta tarde.

Mas o que assusta mais, Senhor Presidente, o que causa espécie a este Parlamentar, e provavelmente a qualquer Parlamentar imbuído do espírito de fiscalização da coisa pública, é que no quadro anexo constante da Ordem do Dia de hoje, na Mensagem assinada pelo Governador Álvaro Dias, Sua Excelência traz dois quadros, às páginas 3 da Mensagem do Governador, um fazendo um relato do orçamento provável de 89, em razão de uma inflação que já ultrapassa a 1.163% no Governo do PMDB, depois faz um quadro da Lei Orçamentária aprovada por esta Casa no ano passado com uma previsão orçamentária na época em torno de 638%, depois fala sobre a famigerada autorização que esta Assembléia concedeu a Sua Excelência para que ele, por Decreto, destinasse 30% do Orçamento do Estado, e quando falo em famigerada autorização, Senhor Presidente, Senhores Deputados, recorro aqui os discursos inflamados dos então Deputados do PMDB, quando o PDS estava no Governo e quando o PDS solicitava a possibilidade de uma suplementação de 5 a

10%, os Anais estão aí para provar, os Parlamentares do PMDB, então na Oposição, diziam que era um absurdo que o Governo queria sem o conhecimento do Poder fiscalizador que é esta Casa, destinar altas quantias apenas por Decreto Governamental.

Pois bem, o Decreto, a suplementação por Decreto que esta Assembléia aprovou para o Governador Álvaro Dias este ano, bate em torno de 586 bilhões de cruzados, enquanto que a Lei Orçamentária aprovada pela Assembléia Legislativa para este ano de 89 é da ordem de 1 bilhão, 954 milhões de cruzados. Somados estes dois valores, Senhores Parlamentares, nós teremos alguma coisa em torno de 2 bilhões e 600 milhões de cruzados.

Mas o que pede o Governador logo em seguida: pede uma necessidade de autorização adicional, só nos recursos da administração centralizada da ordem de 2 bilhões e 91 milhões de cruzados, isto é, Sua Excelência manda um novo orçamento para esta Casa, pois enquanto que no ano passado, dizia que a arrecadação e a despesa do Estado seria 1 bilhão e 900, mais 580 milhões de cruzados, o que dá algo em torno de 2 bilhões de cruzados novos, agora com uma simples mensagem de 3 páginas, sem especificar todas as despesas, apenas generalizando-as, Sua Excelência pede uma autorização de 2 bilhões e 91 milhões de cruzados.

Ora, Senhores Parlamentares, o orçamento provável para este ano, segundo o próprio Governador Álvaro Dias, a ser efetivado até final deste exercício, será da ordem de 4 bilhões e 436 milhões de cruzados. E ele quer, que este pedido de autorização adicional de recursos, ter a capacidade de gerir sem o conhecimento desta Casa mais de 2 bilhões de cruzados, isto sem contar, Senhores Parlamentares, com a solicitação que ele faz dos recursos de outras fontes, isto é, da administração descentralizada. Quer Sua Excelência como valor provável de recursos que vão entrar para a administração descentralizada um valor equivalente a quase 1 bilhão de cruzados novos, para ser mais preciso: 915 milhões de cruzados novos.

Enquanto esta Assembléia votou o orçamento que já tinha embutido a previsão inflacionária de quase 700%, enquanto esta Assembléia votou um valor total de recursos da administração descentralizada da ordem de 537 milhões de cruzados, Sua Excelência agora requer uma autorização adicional de mais 217 milhões de cruzados.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, e porque há um evidente equívoco nas contas do Governador Álvaro Dias, e que é de todo prudente para esta Casa no mínimo retirar a matéria de apreciação nesta tarde, feitas as contas até

por assessoria da liderança do Governo e com as outras lideranças partidárias. Comprovado o erro governamental, esta Casa precisa, para cumprir com o seu mandamento constitucional, no mínimo devolver ao Governador a mensagem e solicitar do Governo do Estado que ao menos mande as contas corretas para este poder fiscalizador.

Concluindo, Sr. Presidente, quero solidarizar-me pessoalmente com os Deputados agredidos pela imprensa e por comentários maldosos. Os Parlamentares desta Casa, vieram para cá, ungidos pela vontade popular e aqui exercem o seu mandato, procurando o bem-estar da população. Enquanto que, os que os tentaram atingir, são uns homens que têm apenas a confiança de uma pessoa só. Entre a confiança de milhares de paranaenses e a confiança do "príncipe" do palácio, fico com a confiança popular.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra. (Declina)

PDC com a palavra. Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero manifestar o meu apoio ao pronunciamento do Deputado Luiz Alberto Oliveira quando analisa a Mensagem do Executivo que está na Ordem do Dia dos trabalhos de hoje, e que visa, suplementar créditos do atual orçamento. Em segundo lugar acrescentar: além do aspecto conteúdo, o projeto ou a mensagem é manifestamente inconstitucional. A Constituição da República ela é taxativa e expressa, quando proíbe a delegação de poderes. Esta Casa já errou quando deu poderes a Sua Excelência em suplementar até 30% o atual orçamento. E não pode esta Casa novamente desrespeitar a Constituição Federal, dando agora, poderes ao Governador - como disse o Deputado Luiz Alberto Oliveira - de manipular, não suplementação de crédito, mas de manipular um novo orçamento até o final do corrente ano (se é que já não foi manipulado) e a Mensagem não é, meramente, para acertar contabilidade.

Dizia que é importante o pronunciamento desta Casa a respeito da constitucionalidade. Porque quem decide se a matéria é constitucional ou não, não é o Governador do Estado nem sua assessoria é esta Casa de Leis, iniciando pela Comissão de Constituição e Justiça que fez uma reunião num dia impróprio, num horário espremido, apesar dos apelos que foram feitos anteriormente para que não houvesse a convocação da reunião. É esta Casa quem tem que, desde logo, dizer que é inconstitucional e é esta Casa que tem obrigação de dizer que nós iremos respeitar a Constituição Fede-

ral. Respeitar a Constituição Federal é não aceitar essa Mensagem. Suplementação de crédito deve vir, individualmente a esta Casa. E não se alegue que esta Casa é morosa, porque, até hoje, nenhuma Mensagem do Governo do Estado ficou estancada nas gavetas por morosidade da Casa.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós falamos que estamos diante de uma matéria inconstitucional, cabe uma última indagação: esta Casa está investida de poderes constituintes, o trabalho árduo e penoso dos Srs. Deputados está determinando o surgimento de uma nova Constituição do Paraná, que, tenho certeza, será uma excelente Constituição. Mas, no momento em que nós estamos empenhados em escrever uma Constituição Estadual, temos o direito de desrespeitar a Federal dentro da nossa estrita competência? Que moral temos nós para escrever a Constituição do Estado, se com a direita escrevemos a Constituição do Estado e com a esquerda nós rasgamos a Federal?

Eu faria um apelo a esta Casa: coerência minha gente, coerência. Porque, se não, qualquer pessoa poderá dizer: não respeitarei a nova Constituição Estadual porque os Parlamentares não respeitam a Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra. (Declina)
PT com a palavra. (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Sr. Antônio Celso Bertolini, Prefeito Municipal de Clevelândia e do seu Vice-Prefeito Genir Crestani.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 12 de julho do corrente ano, está filiado ao Partido de Reconstrução Nacional. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Nilton Barbosa, constante do expediente, comunicando que estará ausente desta Casa no período de 10 a 18 de agosto do corrente ano, em razão de viagem ao exterior. Anote-se.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Se-

nhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 126/89. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem,
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Pela Ordem, Deputado Nereu Carlos Massignan

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem).

Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lindolfo Júnior)
(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - 30 (trinta) Senhores Deputados responderam à chamada. Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Hermas Brandão, queiram levantar-se.

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem)
Eu gostaria que Vossa Excelência repetisse o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) -(lê o requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Aprovado o requerimento.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 126/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga o Art. 2º da Lei n. 8.756, de 27 de abril de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem)
Vossa Excelência continua o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado...

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que rejeitam o projeto, Fls. 01 do avulso item 1. 11 (onze) Senhores Deputados rejeitam.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Senhor Presidente, quantos Deputados rejeitam?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) 11 (onze).

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

15 (quinze) Senhores Deputados rejeitam.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se 3 (três).

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, eu solicitaria a

Vossa Excelência que agisse como das vezes anteriores, e que considerasse como presentes, os Senhores Deputados que responderam à chamada anteriormente.

Nós já estávamos em processo de votação, era um requerimento que se referia a este projeto e vários Deputados, 30 dos Senhores Deputados responderam "presente". Como o requerimento era matéria atinente a este projeto e como Vossa Excelência tem agido costumeiramente desta forma, eu solicito que Vossa Excelência o faça neste momento.

O SR. PRESIDENTE - Anibal Khury) A Mesa já decidiu sobre esta matéria. O requerimento é independente do projeto. Não procede a questão de ordem de Vossa Excelência.

18 (dezoito) dos Senhores Deputados responderam à chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão, sem votação. Está encerrada a discussão do projeto de Lei n. 126/89.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 157/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, que reduz em 70% (setenta por cento) os percentuais incidentes sobre o valor de referência regional, de que trata o anexo I, da Lei n. 7.711 de 29.12.83, conforme específica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 157/84
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam reduzidos em 70% os percentuais incidentes sobre o valor de referência regional, de que trata o Anexo I - da Lei n. 7.711 de 29.12.83. (Taxa de serviços do DETRAN).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.84.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

O aumento irreal e desenfreado nas taxas dos serviços do Departamento de Trânsito, vem causando à população paranaense clima de revolta e insatisfação.

Para se ter uma base do aumento sofrido nos serviços de trânsito, faremos a comparação dos valores das taxas nos anos de 82 a 84, sobre o exame psicotécnico um serviço prestado pelo DETRAN.

Em 82 - O exame psicotécnico custava Cr\$ 764,00.

Em 83 - O mesmo exame passou a custar Cr\$ 1.510,00

De janeiro a maio de 84 - este mesmo exame passou a custar Cr\$ 8.692,00 - e a partir de maio de 84, o mesmo exame psicotécnico passou para Cr\$ 36.270,00 - valor esse a ser cobrado até 31.10.84 - quando será revisto novamente o valor referência sobre os quais incidem essas taxas.

Esse é um dos exemplos que queremos expor para demonstrar tal absurdo no aumento dessas taxas.

A redução proposta ocasionará oportunidade de uma correção mais coerente e atualizante sem exploração ao povo num serviço que deve ser prestado pelo poder público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 157/84

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, pretende reduzir em 70% os percentuais incidentes sobre o valor regional, de que trata o Anexo I - da Lei n. 7.711, de 29 de dezembro de 1983 (Taxa de Serviços do DETRAN).

Na justificativa o projeto pretende demonstrar o aumento irreal e desenfreado nas taxas dos serviços do Departamento de Trânsito e faz comparação dos valores das taxas nos anos de 82 a 84, referente ao exame psicotécnico.

O presente plano de lei quer trazer o equilíbrio na cobrança da taxa de serviços do DETRAN, porém vem marcado com o vício da inconstitucionalidade, pois fere o artigo 47 da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é CONTRÁRIO à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 157/84

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, visa reduzir em 70% os percentuais incidentes sobre o valor de referência regional, de que trata o anexo I, da Lei n. 7.711 de 29.12.83.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre o aspecto legal e constitucional da matéria tomou a posição CONTRÁRIA a aprovação desta, por ferir o art. 47, da Constituição Estadual.

Esta Comissão de Finanças, através de seu Relator, chamada a opinar no que trata

de sua competência, é pelo Parecer CONTRÁRIO por ter o mesmo entendimento que a Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, pela razão da matéria ser inconstitucional, por ferir a Constituição Estadual em seu art. 47 somos pela rejeição do Projeto de Lei n. 157/84.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e posterior arquivamento do Projeto de Lei n. 157/84, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, eu não pedi arquivamento de nada. Deve referir-se, este Requerimento, a um projeto de lei por mim apresentado a esta Casa em 1984, quando do início do Governo do PMDB, transferir um veículo no DETRAN pagava mais de taxa do que o custo do veículo. Naquela oportunidade, o povo foi massacrado, naquela oportunidade o povo foi vilipendiado, foi pisado, com a majoração absurda das taxas do DETRAN. Eu tentei corrigir a situação, mas as forças majoritárias da Casa não permitiram que o projeto viesse à Ordem do Dia. Só agora veio, por deferência especial de Vossa Excelência, que eu agradeço neste momento.

Eu peço a retirada da Ordem do Dia porque eu sei que fatalmente ele será rejeitado. Então, prefiro aguardar uma oportunidade para reapresentá-lo corrigido e atualizado tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A súmula do requerimento assinado por Vossa Excelência diz o seguinte: "Requer a retirada da Ordem do Dia e posterior arquivamento do Projeto de Lei n. 157".

O Sr. Erondy Silvério - Mas, tem uma observação, do lado: "Vale a rasura". Deve estar escrito.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Procede. Só que Vossa Excelência não riscou a súmula. Mas, vale o requerimento.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 218/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE" com sede e foro na cidade de Cascavel. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.D.C.,

por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ.DA.nº 74, de 02.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 218/88

P A R E C E R:

Referido Projeto de lei de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a Associação de Capoeira Serpente do Oeste, com sede e foro no Município de Cascavel.

Tendo em vista os préstimos da referida entidade ao desenvolvimento cultural e esportivo paranaense, e não encontrando princípio constitucional violado, nosso parecer é FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22/11/88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente;

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 218/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, o presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Ao analisar o projeto em trâmite por esta Casa de Leis à luz do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, este Relator opina favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei, por julgá-lo dentro da legislação vigente e não contrariar qualquer princípio de convivência de nossa sociedade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/06/89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente;

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 242/88, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO GERAL DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ" UGESP, com sede e foro em Piraquara. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ.DA.Nº 87, de 22.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 242/88

P A R E C E R:

I. O Deputado José Afonso Júnior, pro-

Curitiba, terça, em 08.08.89

põe seja declarada de Utilidade Pública a "União Geral dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná - UGESP", com sede e foro em Piraquara.

II. O projeto, bem justificado, tem por princípios e objetivos, a defesa dos interesses da classe, bem como, realizar programas educativos, prática de esportes, assistência social, conforme se infere dos seus Estatutos Sociais.

Parecer favorável, pela aprovação, posto que nada contraria as leis e a constituição.

Sala das Comissões, em 25/04/89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente;

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 242/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei nº 242/88, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a UNIÃO GERAL DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. (Sede e Foro em Piraquara).

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar ter interesse para o consumidor a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução nº 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/06/89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente;

LEONIDAS CHAVES

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 275/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS" - ANAD, com sede nesta Capital. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Publ.DA. nº 101, de 27/09/88

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 275/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado, José Domingos Scarpellini, declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS - ANAD", com sede e foro nesta Capital.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, lei que define as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Por tal fato, manifestamos o nosso Parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 02/05/89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N° 275/88

P A R E C E R:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei n° 275/88, de autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpellini, que visa declarar de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS - ANAD".

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar seu interesse para o Consumidor a sua Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução N° 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/06/89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente;

NEIVO BERALDIN

Relator.

Encerrada a discussão.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Questão de Ordem) -

Sr. Presidente, antes que esvazie o Plenário, eu pretendo levantar uma questão, aqui, que interessa a todos os Senhores Deputados. Nós acabamos de receber, hoje, o Projeto de Constituição Estadual n° 02 e estamos tomando conhecimento da matéria. Eu gostaria de ponderar a Vossa Excelência, como Presidente da Constituinte e fazer algumas indagações. Em primeiro lugar, é sabido que publicado o projeto, nós temos um espaço para emendas, que é de 15 dias. E um prazo de 20 dias para a discussão do projeto. Hoje nós estamos no dia 8. Pelo que determina o Regimento, nós teremos, então, um retorno à discussão das emendas com os pareceres a partir do dia 28 de agosto. Neste sentido é que eu estou levantando as minhas preocupações. No sentido de que, em primeiro lugar, quando ha-

verá a reunião da Assembleia Constituinte Estadual? Quando faremos uma reunião de Lideranças para encaminhar os prazos de emendas e os prazos de discussão? É sabido de todos os Líderes, que há um entendimento no sentido de se reduzir este prazo de 20 dias. Razão porque necessário que se faça reunião prévia de lideranças; se convoque a Assembleia Constituinte Estadual para, eventualmente se proceder à mudança do Regimento, sob pena Sr. Presidente de nós retardarmos ainda mais o encaminhamento deste importante assunto.

Sei da preocupação de Vossa Excelência em promulgar a nova Constituição no dia 5 de outubro. Preocupação essa pela qual todos nós também nos associamos a queremos dar ao Paraná no dia 5 de outubro sua nova Constituição. Razão porque estas perguntas que eu faço a Vossa Excelência como condutor da Assembleia Constituinte Estadual embutido das preocupações que são as preocupações da própria sociedade paranaense.

Para encerrar, dando encaminhamento então a esse questionamento. Quando se fará reunião das lideranças; quando e a partir desta reunião de lideranças vamos determinar novos prazos em que se reduz o adiamento de discussão, virá para menores prazos e, conseqüentemente ganharemos tempo para promulgar no dia 5; e quando haverá a reunião da Assembleia Constituinte Estadual para apreciar, eventualmente a mudança do Regimento Interno.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta as lideranças se desejam fazer a reunião das lideranças hoje ou amanhã pela manhã. A Presidência está à disposição.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, me parece que dado o adiantado da hora era interesse, nós tínhamos conversado com alguns líderes, de se fazer hoje depois da sessão.

Mas em razão disso, eu acho que seria mais razoável, não sei se os outros líderes acham e concordam, de se fazer amanhã às 9 horas da manhã ou às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Marcada para amanhã, às 10 horas, reunião de lideranças.

A Mesa vai convocar uma sessão da Constituinte para amanhã após a Sessão Ordinária para recebimento em plenário do projeto n° 01 da Constituição.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - E se houver propostas das lideranças de alteração regimental também se poderá discutir nessa sessão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu creio que nós poderemos votar na sessão de depois da manhã.

A Mesa está à disposição das lideranças, do Plenário, a partir desta data nós estaremos aqui dia e noite.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu agradeço a Vossa Excelência comungando da mesma preocupação quanto os prazos para que possamos terminar a nossa Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ordem do Dia.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 277/88, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA", com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ.DA.N° 101, de 27/09/88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 277/88.

P A R E C E R:

O Projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, tem, por finalidade, declarar de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA", com sede e foro em Curitiba.

Analisado sob o crivo da legislação aplicável à espécie, Lei n° 6998, de 10 de janeiro de 1978, infere-se que o plano de lei se encontra formalizado com as exigências impostas pela nominada lei, inexistindo, em consequência, óbices que possam desestimular sua normal tramitação por esta Casa de Leis, bem como, sua aprovação.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22/11/88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente;

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 277/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Bárbara, visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA, com sede e foro nesta Capital.

Este Relator ao analisar o projeto em tramitação nesta Casa de Leis não encontrou impedimento para seu trâmite, uma vez que está fundamentado nas exigências legais e não incorre em qualquer confronto

com os princípios desta Comissão.

Sendo assim, opino favoravelmente à aprovação do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/06/89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente;

PAULINO JOSÉ DELÁZERI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 50/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 33/89), que objetiva ajustar o lançamento e cobrança da IPVA, que trata a Lei n° 8.925, de 28/11/88. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (D.A. 07, de 13.03.89, mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 50/89

PARECER:

Objeto de presente exame, o Projeto de Lei n° 50/89, originário da Mensagem Governamental n° 33/89, objetiva ajustar o lançamento e cobrança do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, de que trata a Lei n° 8925, de 28 de dezembro de 1988, às novas medidas econômicas editadas pelo Governo Federal denominadas de "Plano Verão".

Tal iniciativa prende-se ao fato de que as medidas econômicas tomadas pelo Governo Federal, extinguiram a OTN, usada pela lei estadual como referencial para atualização da base de cálculo do IPVA, bem como do tributo não pago nos prazos regulamentares.

Com a alteração proposta, passa-se a adotar os critérios e índices que forem utilizados pela União para atualização do valor monetário dos seus tributos.

A medida é altamente justa, pois a não atualização da base de cálculo, mantendo-se com os valores de novembro de 1988 e a não atualização do tributo vencido e não pago, não só incentivaria a inadimplência, como causaria graves prejuízos a receita do mesmo.

Por tais fatos, e não existindo impedimento tanto Legal, Constitucional ou Regimental, que obstem a sua regular tramitação e consequente aprovação, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, pela aprovação da matéria em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 50/89

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental N° 3/89, objetiva ajustar o lançamento de IPVA, que trata a Lei N° 8.925/88, e novas medidas econômicas editadas pelo Governo Federal denominadas de "Plano Erão".

A Junta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o aspecto constitucional e legal do projeto de lei em questão, não encontrou qualquer impedimento a normal tramitação do mesmo, sendo o seu parecer FAVORÁVEL.

Esta Comissão de Finanças, no que lhe compete opinar, entende que este projeto de lei é de real importância e interesse público. Pois, as alterações procedidas devem-se ao fato de que as medidas econômicas mencionadas extinguíram a OTN, usada pela Lei Estadual como referencial para atualização da base de cálculo do IPVA, bem como do tributo não pago nos prazos regulamentares. Com a alteração, passa-se a adotar, para tal fim, os critérios e índices utilizados pela União para atualização do valor monetário dos seus tributos.

A medida ora proposta torna-se indispensável, em razão que a não atualização da base de cálculo, incentivaria a inadimplência e causaria graves prejuízos à receita do tributo.

Nestas condições e por ter esta Comissão de Finanças o mesmo entendimento que a Junta Comissão de Constituição e Justiça, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei N° 50/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.89

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 78/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera a redação do Art. 8° da Lei n° 8.246, de 13/01/86. (Falecendo o pensionista, o benefício será transferido ao seu cônjuge, filhos menores e incapazes, na forma da Lei). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 21, de 12.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 078/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão o presente plano legal pretende alterar o artigo 8° da Lei 8246, de 13 de janeiro de 1986, e tem por objetivo estender o benefício da pensão ao cônjuge, fi-

lhos menores e incapazes.

Analisando o processo verificamos que não existe qualquer impedimento de ordem regimental, legal ou constitucional que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por esta razão apresentamos opinião FAVORÁVEL a este Projeto de Lei. Pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 79/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 41/89), que concede pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a APARECIDA SPARAPAM TITATO, viúva do ex-suplente de Delegado de Polícia VANDIR TITATO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 21, de 12.04.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 79/89

PARECER:

O projeto de lei em exame, origina-se da Mensagem Governamental n° 41/89, que visa conceder a Aparecida Spasapan Titato, viúva do ex-suplente de Delegado de Polícia, Vandir Titato, uma pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência, deixando esta de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

A medida é por todos os aspectos indiscutivelmente justa e oportuna, uma vez que o Senhor Vandir Titato, ex-suplente de delegado de Polícia de Iguaraçu, perdeu a vida em decorrência do cumprimento do dever, na defesa da integridade física, moral, intelectual e do patrimônio do povo do Paraná.

Por outro lado a iniciativa está plenamente de acordo com os dispositivos Constitucionais, uma vez que a matéria ora proposta é de competência exclusiva do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, como preceitua o artigo 25, parágrafo 1°, letras "a" e "c", da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, e não existindo óbice algum para a aprovação do presente plano de lei, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 25.04.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 079/89

PARECER:

O presente Projeto de Lei, originário do Poder Executivo, através da Mensagem n° 41/89, tem por finalidade conceder Pensão Mensal de valor equivalente a 2 salários mínimos de referência a Aparecida Sparapan Titato, viúva do ex-suplente de Delegado de Polícia Vandir Titato.

Sobre a matéria da Douta Comissão de Constituição e Justiça, houve por bem, analisando-se no seu aspecto legal e constitucional dar parecer FAVORÁVEL a mesma. Isto devido a iniciativa ser legal e constitucional (art. 25, § 1°, letras "a" e "c", da Carta Estadual) e por ser medida justa e oportuna, uma vez que o Senhor Vandir Titato, perdeu a vida em decorrência do cumprimento do dever, na defesa da integridade física, moral, intelectual e do patrimônio do povo do Paraná.

Assim sendo, por ter esta Comissão de Finanças o mesmo entendimento que a Douta Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer é FAVORÁVEL a aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.89

(aa) QUIÊLSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 93/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. n° 46/89), que objetiva criar, no Departamento de Trânsito - DETRAN, dois cargos de provimento em comissão de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 7-C e cinco cargos de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 8-C. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 26, de 24.04.89).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 98/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que revoga a Lei n° 8851, de 25 de julho de 1988. (A referida lei torna sem efeito a cessão, por doação, à Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, de imóvel situado na Colônia Argelina, Município de Curitiba). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 27, de 25.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 98/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva revogar a Lei n° 8851, de 25 de julho de

1988, a qual tornou sem efeito o Decreto n° 12.202, de 26 de novembro de 1941, através do qual o Governo do Estado cedeu, por doação, à Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, um imóvel situado na Colônia Argelina, neste Município de Curitiba.

Como depreende-se da justificativa do autor, os efeitos da lei que se pretende revogar, além de interromper a continuidade dos trabalhos assistenciais que vem desenvolvendo a Sociedade há mais de 40 anos, em benefício dos leprosos, naquela área, existem projetos para ali serem implantados novos setores, visando ao atendimento da população carente.

Sendo assim, julgamos que a referida lei deva ser revogada, pois além de causar angustiantes problemas aos portadores de hanseníase, que ali são assistidos, colide com a própria política de ação governamental, que é, justamente, o implemento da assistência aos necessitados.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, não há nada que impeça o prosseguimento da matéria.

Nestas condições, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 98/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. n° 60/89), que altera os limites para abertura de créditos suplementares fixados na Lei n° 8905, de 05 de dezembro de 1988 (artigos 5° e 9°), relativos tanto à Administração Direta quanto à Indireta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 171/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 8905, de 05 de dezembro de 1988, à conta de receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor de NCz\$ 2.091.723.359,00 (dois bilhões, noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e nove cruzados novos), em acréscimo à autorização já contida no art. 9° daquela lei, a fim de atender despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive transfe-

rência de recursos para as entidades vinculadas da administração indireta.

Art. 2º - Fica também o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos orçamentos próprios das autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e órgãos de regime especial, aprovados pelo Decreto nº 4609, de 30 de dezembro de 1988, à conta de Receita de Recolhimento Descentralizado, até o valor de NCz\$ 217.505.652,00 (duzentos e dezessete milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzados novos), em acréscimo à autorização já contida no art. 5º, § 2º da Lei nº 8905/88, a fim de atender às programações de cada entidade.

Art. 3º - Servirão como fonte de recursos para a cobertura dos créditos referidos nos artigos 1º e 2º, quaisquer das formas especificadas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.89.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 171/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei em tela, originário da Mensagem Governamental nº 60/89, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado e aos orçamentos próprios das autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e órgãos de regime especial.

Como foi devidamente justificado na Mensagem Governamental, tal pedido se baseia principalmente na aceleração do processo inflacionário.

Assim sendo, chamada esta Comissão de Constituição e Justiça para opinar sobre o aspecto legal e constitucional da matéria em questão, nada encontramos que possa impedir a legal tramitação da mesma por esta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela Aprovação do Projeto de Lei nº 171/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

do com as normas legais vigentes. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Para efeitos de cálculo das pensões, pagas às viúvas de ex-Deputados Estaduais, deste Poder, de que tratam as Leis nº 4763, de 05 de novembro de 1963 e 5463, de 22 de novembro de 1963, levar-se-á em conta a legislação do salário-mínimo, sempre atualizada de acordo com as normas vigentes.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de junho de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.07.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Conforme Protocolado sob o nº 6081/89, deste Poder, Ilka Accioly Rodrigues da Costa e outras, requerem a revisão dos valores das pensões por elas percebidas.

Do exame da matéria, a Procuradoria desta Casa manifestou-se favorável à normatização para a efetivação dos cálculos sempre atualizados.

Esta Comissão Executiva conclui pela apresentação do projeto de resolução em anexo, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas futuras sobre a interpretação e sistemática de cálculo das pensões de viúvas de ex-Deputados Estaduais, correspondendo deste modo à intenção de garantir a atualização sistemática de acordo com as normas legais vigentes.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1446, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1447, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1448, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1449, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1450, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1451, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1452, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1453, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 38/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que regulamenta o pagamento de pensão às viúvas de ex-Deputados Estaduais, de acor-

Requerimento de nº 1397, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1516, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1516-A, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1483, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1483-A, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1395, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massigan, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1396, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1398, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1399, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1400, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1401, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1539, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1541, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1542, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1402, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1403, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1404, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1405, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1406, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1407, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

cuussão.

Requerimento de nº 1408, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1409, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1410, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1411, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1412, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1413, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1414, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1415, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1416, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1417, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1418, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1419, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1420, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1431, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1432, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1433, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1434, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1435, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1436, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de nº 1437, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante

Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1481, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1482, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1484, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1485, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1486, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1487, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1488, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1489, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1490, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1491, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1492, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1494, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1496, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1495, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1497, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1498, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, cons-

tante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1499, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1500, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1501, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1503, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1523, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1524, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1526, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1527, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1533, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1534, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1535, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1536, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1537, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1538, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1549, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1547, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1548, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1504, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1505, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1506, de autoria do

Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1507, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1508, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1509, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1510, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1511, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1512, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1517, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1518, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1520, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1521, de autoria do

Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 1522, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, às 14:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/89.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 218, 242, 275 e 277/88, 50, 78, 79, 93, 98 e 171/89, e do Projeto de Resolução n° 38/89.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/89.

Marca, ainda, uma Sessão da Assembléia Constituinte Estadual para logo após, para leitura do Projeto n° 01, da Constituição Estadual.

Levanta-se a sessão.